

Apresentação

Este número da revista foi pensado com o objetivo de destacar pesquisas sobre a produção intelectual, nas mais diferentes áreas, que se ocupou do enfrentamento dos problemas nacionais e da busca por soluções, contribuindo para um melhor entendimento do País e para o desenvolvimento de áreas específicas de conhecimento.

As interpretações sobre as trajetórias e ações de diferentes estudiosos da natureza e da sociedade brasileira têm aumentado significativamente desde pelo menos os anos de 1990 (Botelho & Schwarcz, 2009). As abordagens das relações entre a produção científica e as maneiras de apresentar e representar o Brasil tem se demonstrado frutíferas para a compreensão da sua configuração. Trazendo ângulos e níveis estratigráficos variados de análise, esses estudos enriquecem o debate sobre o desenvolvimento político, social e científico do País.

Muitas vezes, a indistinção entre ciência, pensamento social e literatura, presente nas trajetórias dos personagens e projetos aqui reunidos, possibilita perceber outras tramas, com fronteiras disciplinares e temáticas sinuosas, evidenciando ações complexas e contextualizadas por parte de sujeitos que estiveram firmemente envolvidos na identificação, desenvolvimento e interpretação do Brasil.

É notório que nas duas últimas décadas houve o fortalecimento e, pode-se dizer, a consolidação de uma área de pesquisa denominada “Pensamento Social do Brasil”, que vincula pesquisadores interessados em questionar e compreender a atuação de

intelectuais que produziram interpretações sobre a sociedade brasileira. A importância do escrutínio do pensamento desses intelectuais se dá não apenas para o entendimento da sua atuação e lugar social no passado, mas contribui também para recuperar a dimensão processual da construção do que entendemos hoje como Brasil (Botelho & Schwarcz, 2009). É nessa área que podemos colocar em contato cientistas, literatos e gestores de políticas públicas, unidos pelo empreendimento de conhecer e pensar o país.

Diante disso, o Cadernos de História da Ciência, editado pelo Laboratório Especial de História da Ciência - Instituto Butantan, tem procurado apresentar tais diálogos, interfaces e interpelações, reforçando o interesse interdisciplinar nas ações e no pensamento.

Neste número temos dois artigos que abordam importante momento na história da ciência brasileira, destacando a idealização e a execução de uma expedição científica concebida por brasileiros, com forte teor nacionalista presente desde o planejamento até a composição da Comissão que levaria adiante o projeto. Trata-se da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861), incumbida de escutinar a natureza e a sociedade do Norte do País. O primeiro artigo de Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante “Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861)” apresenta o trabalho da Comissão contextualizando-a na especificidade do desenvolvimento das ciências naturais e suas práticas, inserindo-a num projeto pragmático de Estado com relação a utilização da natureza sob o seu domínio. Destaca também, a especificidade da presença e da prática dos cientistas nas localidades do Ceará. Os procedimentos de descrição e de coleta de exemplares da flora, fauna, solo, rios, e pedras causavam estranhamento junto à população local. Esses estranhamentos são somados a outras dificuldades de viabilização do trabalho dos pesquisadores que, segundo a autora, cumprem, apesar dos problemas, boa parte dos objetivos iniciais da incursão ao Norte do País.

Já o artigo de Karoline Viana Teixeira “Comissão Científica de Exploração: uma experiência de transição no fazer científico brasileiro” procura se contrapor a boa parte da historiografia sobre o tema que entende o empreendimento de maneira pejorativa. A autora constrói seu trabalho demonstrando o lugar da Comissão e a perspectiva da ciência num momento em que o Império brasileiro pretendia investir em seu processo civilizatório e de construção de uma nação moderna e civilizada.

O artigo de Alberto Luiz Schneider “Pensamento social e linguagem n’*Os sertões* de Euclides da Cunha, traz elementos importantes para pensar esse clássico da história e da literatura brasileira. Schneider analisou as concepções de ciência e os determinismos raciais que permearam a escrita d’*Os sertões* articulando – ciência e escrita, com as idiosincrasias de Euclides, o contexto da virada do século XIX para o XX no País e a recepção da obra entre alguns dos principais intelectuais da época. O artigo de Schneider aborda um aspecto importante d’*Os sertões* – a linguagem, sua forma e sua força na descrição/interpretação das cenas compostas de paisagem e de personagens com as quais Euclides da Cunha se deparou na trágica Canudos.

Também uma reflexão sobre ciência e literatura é trazida por Daniel Pinha da Silva a partir da análise de alguns aspectos da obra do crítico literário Silvio Romero. Para o autor, Romero considerava a literatura como fundamental para a formação da nacionalidade e a ela conferia a missão de ir para além do texto, exercendo um papel mais ativo frente ao projeto de uma nação independente que o próprio Romero defendia. Mas era preciso que os literatos e também os jornalistas e políticos – entendidos por Romero como responsáveis pela formação mental dos brasileiros, conhecessem o novo repertório científico que circulava pelo País.

Ainda na relação entre ciência e outras artes destacamos o artigo de Jorge Carreta sobre o desenhista e ceroplasta Augusto Esteves que atuou no meio científico de São Paulo na primeira metade do século XX. O artigo demonstra o lugar do

desenho e da ceroplastia na composição das ciências do período e a especificidade desse tipo de trabalho no percurso vivido por Esteves entre o Instituto Butantan, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A resenha deste número é sobre a tese de Ana Carolina Vimieiro Gomes “Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)” – o trabalho foi premiado pela Sociedade Brasileira de História da Ciência e nos é apresentado por Márcia Regina Barros da Silva.

Por fim na seção de Documentos, publicamos o discurso de 1918 de Arthur Neiva, então diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, na inauguração do Horto Oswaldo Cruz no Instituto Butantan. No discurso, Neiva liga a criação do Horto às aspirações de D. Pedro II e o apresenta como um lugar de estudo da flora brasileira com a finalidade de ser útil à indústria e à medicina do País. A homenagem a Oswaldo Cruz, falecido um ano antes, aparece como forma de comprometer o Instituto Butantan a honrar o nome do prestigioso cientista. Os destinos do Horto ainda estão por serem mais bem esclarecidos. No entanto, o documento é emblemático do imaginário da época e do projeto de ciência que se desenvolvia nas instituições de pesquisa do estado de São Paulo. A visibilidade que damos a este documento está relacionada ao Projeto de pesquisa (do Laboratório Especial de História da Ciência e do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas) que objetiva compreender a atuação de Arthur Neiva à frente da gestão da saúde no estado de São Paulo.

Um número cujos trabalhos se concentram entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX e que apresentam elementos importantes para se pensar o desenvolvimento da ciência brasileira nas articulações produzidas pelas humanidades e pelas ciências naturais, num contexto de constituição da ideia de nação.

Boa leitura!

Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861)

*Brazilian science
in action: nature
and history in
the investigations
of the Scientific
Committee Exploration
(1859 – 1861)*

Francisca Hislly
Bandeira Cavalcante¹

¹
Mestre em História pela
Universidade Estadual do Ceará
(UECE), professora de História e
coordenadora de área (Ciências
Humanas) na rede pública de
ensino do Estado do Ceará
(SEDUC - CE). Contato:
hislly@gmail.com.

Resumo

O presente artigo apresenta a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, formada em 1857 com o objetivo de mapear e explorar as prováveis riquezas naturais, culturais e históricas do interior do Império brasileiro, tendo como objeto os apontamentos que resultaram das investigações dos cientistas brasileiros elencados para participar dessa viagem naturalista. O papel que a Comissão Científica, juntamente com as instituições científicas, culturais e políticas do Império exerceram no processo de afirmação e legitimação de uma identidade brasileira homogênea e grandiosa e das ciências naturais no Brasil no século XIX, assim como se articulou a formação e execução dessa expedição constituem algumas discussões presentes neste trabalho. Nesse sentido, pretendo analisar como a preocupação em perscrutar a natureza brasileira - dotando-a de significados simbólicos, históricos e culturais - e reunir elementos e documentos para a elaboração da História do Brasil e para a construção de sua identidade enquanto uma nação soberana fizeram parte do

projeto que tornou possível a existência e realização da Comissão Científica de Exploração.

Palavras-chave

Comissão Científica de Exploração; Ciência Nacional; Identidade Nacional.

Abstract

This paper presents the Scientific Committee for the Exploration of the Northern Provinces, established in 1857 aiming to map and explore the likely natural, cultural and historical resources of the interior of the Brazilian Empire, having as object the notes resulted from investigations of the listed Brazilian scientists who participated in this naturalist trip. The role of the Scientific Committee, along with the scientific, cultural and political institutions of the Empire exercised in the affirmation and legitimization of a homogeneous and great Brazilian identity and the XIX century natural sciences in Brazil, as well as the way the expedition was formed and executed are some issues to discuss in the present study. Accordingly, intend to analyze how the concern in peer Brazilian nature - giving it symbolic, historical and cultural meanings - and gather information and documents for the writing of the history of Brazil and its construction of identity as a sovereign nation were part of the project that made possible the existence and implementation of the Scientific Committee of Exploration.

Keywords

Scientific Committee of Exploration; National science; National Identity.

Introdução

Viajar, estudar e escrever - eis três ações indispensáveis no desenvolvimento do trabalho de um naturalista no século XIX. A viagem representava a possibilidade de entrar em contato com os elementos naturais (botânicos, zoológicos, minerais, geográficos, entre outros) e humanos de territórios distantes e desconhecidos, para estudá-los, classificá-los e

Botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, considerado o pai da taxonomia moderna. “A ciência lineana deixou marcas duradouras na história natural europeia e americana, mas Lineu não foi apenas o sistematizador da nomenclatura binomial e o propositos do sistema sexual para a classificação dos vegetais: o eminente naturalista foi também um “filósofo” da natureza” (Kury, 2011, p.02).

delinear alternativas de exploração e dominação. Escrever e narrar as experiências adquiridas nessas viagens era uma prática constante e aconselhável, sendo sugerida nos manuais de História Natural produzidos pela ciência do século XIX, herdeira dos pressupostos do Iluminismo.

Esses manuais de História Natural circulavam pela Europa desde meados do século XVIII. Para os naturalistas luso-americanos, responsáveis pela disseminação desses pressupostos no Brasil, “a adesão aos sistemas classificatórios e à nomenclatura propostos por Lineu operaram como porta de entrada ao circuito internacional da história natural.” (Kury, 2011, p.02). De acordo com Kury (2011), Lineu² e seus discípulos envolveram-se com a aplicação utilitária dos três reinos naturais e rebateram críticas da época - século XVIII - contra a história natural, acusada de ser apenas uma curiosidade fútil. Para eles, investigar seres e coisas aparentemente inúteis levaria os homens a conhecerem a ordem do mundo e a utilidade de todas as coisas. “A obra lineana é um conjunto poderosamente articulado de métodos, pressupostos filosóficos e intervenções práticas que se tornou uma forte referência para a história natural na Europa e nas Américas.” (Kury, 2011, p.02). As teses e viagens de Lineu serviram de exemplo para muitas experiências posteriores. No bojo dessas atividades em história natural forjada no século das luzes estava o objetivo de mapear todo o planeta terra e dessa forma permitir conhecer, coletar, classificar e determinar usos e funções de produtos naturais úteis para a alimentação, para a vestimenta, para a ciência e para a indústria.

Segundo Thomas (1996, p.32), “para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana.” Era usual considerar o mundo como feito para o homem e todas as outras espécies como subordinadas aos seus desejos. Um dos processos disseminados para que o homem alcançasse a total dominação foi o desenvolvimento

de estudos científicos dos animais, da vegetação, dos minerais, do clima, do solo e da água.

Os estudos botânicos seriam responsáveis por conferir um uso pragmático para o mundo das plantas. Dentro de contextos científicos e comerciais essa atividade oferecia uma perspectiva útil, possibilitando explicações para o bom êxito ou não de determinadas práticas agrícolas, industriais, medicinais e ornamentais. Conforme Dean (1991), a valorização da Botânica explica-se pelo fato de esse ramo da Ciência estar intimamente ligado à Agricultura, à Medicina, à Química, à Mineralogia e à Metalurgia, áreas que geravam preocupações explícitas por parte dos Estados, afinal, através desses conhecimentos era possível pensar políticas governamentais, seja para a melhoria da qualidade de vida da população, seja para proveito econômico das Nações.

Também eram de ordem prática os intentos da Zoologia. Os estudos dos animais eram estimulados para determinar se eles tinham alguma serventia ao ser humano, como alimento ou remédio; e se esses ou quaisquer outros usos deles poderiam ser aprimorados. Esse ramo da história natural seria essencial para determinar “o proveito que as artes, a medicina, a economia doméstica, poderiam tirar das numerosas legiões de viventes que povoam o ar, a água e a terra” (Lagos *in* Braga, 2004, p.201), observando e registrando as possíveis aplicações econômicas e medicinais da fauna a ser explorada.

Fauna e flora dos mais diversos espaços do planeta passaram a ser observados como meios de determinar possíveis potencialidades materiais, assim como passaram a ser estudadas não só pelo seu valor de uso, como também pelo significado cultural e político, como estabilizadoras de identidades e de sentimentos de pertença. Viajar para experimentar o contato direto com esses animais e vegetais, estudá-los minuciosamente e determinar seus usos e proveitos e divulgar esses estudos, escrevendo os relatos das experiências propriamente ditas e os tratados científicos pautados nos ditames da Ciência de então eram ações necessárias e incentivadas, sendo assim, a viagem científica aparecia como uma excelente

proporcionadora da atividade científica em história natural, do desenvolvimento econômico das nações e da formação de identidades culturais próprias de cada extensão da Terra.

No decorrer do século XIX, mais especificamente na sua segunda metade, o Ceará, uma modesta província do Império do Brasil, foi palco de uma viagem científica que transportou para cá naturalistas que perscrutaram sua fauna, sua flora, seu solo, seus rios, suas pedras e sua gente e relataram através da escrita as experiências obtidas nessa parte do norte brasileiro. Em um desses relatos nos deparamos com a seguinte impressão:

O povo do Ceará (...) tem idéias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é o Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro. Têm êles para si que o Ceará é superior a tudo o mais, e só conhecem superioridade em outros povos pelos artefatos que eles admiram, e não concebem como se fazem. O seu país (Ceará) está todo minado de metais preciosos; e cheio de tesouros escondidos pelos Flamengos, Jesuítas etc. etc. O país está cheio de tradições, em que acreditam religiosamente; e certificam com contos de fenômenos naturais, que já hoje se não vêem, ou que apenas ainda vislumbram em certos lugares e tempos, (...) são contos e tradições antigas, que têm a mesma origem, mas que impressionam mais por saírem da noite dos tempos revestidos de circunstâncias fantásticas e exageradas. (Alemão in Damasceno e Cunha, 1961, p.311).

A escrita denuncia incredulidade quanto a essa superioridade que o cearense denota, relegando esse sentimento ao estatuto de imaginação, revestida de “circunstâncias fantásticas e exagerada”. O que determina o tom dessa escrita; o que mais foi escrito, quem escreveu, para quê, por que, a mando de quem, em qual contexto histórico, baseado em que, a partir de que lugar físico e social? São questionamentos que norteiam esse artigo, tendo como objeto central de estudo os escritos dos cientistas que viajaram pelo Ceará entre 1859 e 1861,

3
Para fins de simplificação, a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte será referenciada nesse texto, a partir de agora, apenas como Comissão Científica, Comissão ou simplesmente Científica.

4
Chamamos aqui de gabinete os espaços físicos de atuação científica, ou seja, laboratórios, museus, jardins botânicos, associações científicas, universidades, entre outros, todos eles destinados a investigação e produção científica, especialmente em ciências naturais. No gabinete, o trabalho de campo é substituído por bibliotecas, coleções, herbários, animais empalhados, estampas, desenhos, amostras, mapas e objetos.

estudando-o e mapeando-o, como integrantes da Imperial Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte do Brasil. Vejamos adiante possíveis respostas a essas inquietações.

Ciência, Império e Nação: marcas de um projeto de civilização

A Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte ou Comissão Científica do Império, ou ainda Imperial Comissão Científica de Exploração ou apenas Comissão Científica de Exploração, Comissão do Ceará ou até mesmo suas nomeações jocosas e depreciativas como Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora³, são títulos diferentes para uma mesma experiência: uma viagem naturalista empreendida por cientistas brasileiros ao interior das províncias mais distantes da Corte Imperial na segunda metade do século XIX.

A viagem naturalista, desde os princípios do século XIX, passou a ser considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em conhecimento científico e em produto para o mercado. Através das viagens seriam desvendados seus mistérios e usos possíveis, elaborando-se um detalhado inventário do mundo natural.

As investigações em ciências naturais aconteciam, principalmente, em dois espaços de atuação científica: o gabinete⁴, onde atuava o naturalista sedentário e a viagem, onde atuava o naturalista viajante. O trabalho do viajante era primordial para o do naturalista de gabinete; assim como os estudos, tratados e classificações do naturalista sedentário eram essenciais para o naturalista viajante. Apesar das disputas por influência e financiamentos entre sedentários e viajantes, os homens que faziam ciência no século XIX entendiam a importância do deslocamento, bem como, desde os primórdios da configuração da ciência moderna, entendiam a relevância dos trabalhos executados nos gabinetes.

Desde o período colonial o Brasil era alvo de curiosos e estudiosos europeus, muitas eram as riquezas naturais a serem observadas e cobiçadas

na colônia portuguesa na América, no entanto, a coroa portuguesa nunca incentivou ou autorizou esses estudos, afinal o território lhe pertencia e só a Portugal interessava o que nele existia. Portanto, os relatos e estudos feitos por aqui não eram aprovados pela metrópole e muitos deles eram frutos de viagens de aventureiros ou nobres que visitavam a América para saciar sua curiosidade de ver e experimentar sensações no novo mundo. De acordo com Silva-Filho (2006), durante a segunda metade do século XVIII houve um grande esforço por parte do Estado português para “inventariar as riquezas do seu império – em especial o Brasil – por meio da ciência.” Com esse intento, juntaram-se ao governo instituições como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o Museu da Ajuda. Nesse contexto, foram organizadas as Viagens Filosóficas que seriam responsáveis por fazerem um levantamento das possibilidades de explorações econômicas que o território brasileiro abrigava.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, naturalistas estrangeiros passaram a ser aceitos e recebidos com mais facilidade por aqui e o próprio estado português passou a favorecer viagens exploratórias em sua colônia, agora residência oficial do rei e sede do governo e, a partir de 1815, elevada a categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Muitos viajantes passaram a percorrer o Brasil, realizando inventários da fauna, da flora, da geografia e dos habitantes do país. Mapas, diários, relatos, amostras, estampas, herbários eram produzidos e enviados para a Europa, promovendo estudos e auxiliando no reconhecimento e controle econômico e territorial do Brasil. Depois da Independência, aumentou o fluxo de viajantes estrangeiros esquadrinhando os recursos naturais e humanos do país e difundindo conhecimento dentro e fora desse território.

Vale ressaltar que a ciência praticada pelos naturalistas estrangeiros que se embrenharam pelos interiores do Brasil estava alicerçada nos pressupostos da ciência iluminista, ciência essa que devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em

um fenômeno local, difundindo conhecimento, elaborando tratados, instruções, descrições de técnicas, induzindo mudanças de hábitos e usos, uma ciência prática, voltada para o didatismo, preocupada em publicar e disseminar seus achados, em condensar as informações, escrevendo e divulgando as pesquisas, fazendo-as conhecidas por um público de especialistas e leigos; uma ciência elaborada como uma atividade de grupos de pessoas em interação que procuravam também o reconhecimento dos pares e a propagação de suas investigações.

Dentre essas expedições, algumas foram financiadas pelo governo, tanto brasileiro, como de seus países de origem, e outras foram financiadas por particulares. Alguns naturalistas brasileiros eram convidados a participarem dessas viagens, como auxiliares e colaboradores nas coletas e classificações do material recolhido na natureza. Apesar dessas participações, o papel desempenhado pelos brasileiros era obscurecido e os interessados em ciências naturais no Brasil ficavam à margem dos estudos de estrangeiros, e, como declarou Manuel Ferreira Lagos em 1856, o país era melhor conhecido por estrangeiros do que pelos cientistas nacionais. Lagos fez severas críticas ao fato do Brasil ser extremamente estudado por cientistas estrangeiros. De acordo com seu discurso, proferido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 30 de maio de 1856, “era na Europa que se dava a conhecer o país, era mais fácil estudar o Brasil nos museus europeus do que nas instituições do Brasil.” (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12).

O século XIX, especialmente em sua segunda metade, vai delimitar no Brasil o momento de sua afirmação enquanto uma nação soberana e independente. Após o processo de Independência abandonava-se a condição de colônia e passava a se constituir enquanto um Império, um Estado-Nação que seguiria a partir de então com suas próprias pernas rumo à civilização e ao progresso. Delinear um perfil para o novo país, conferindo-lhe uma identidade transformou-se numa questão crucial. Pensar a nacionalidade significava lançar as bases políticas,

históricas, culturais, naturais e sociais sobre as quais se ergueria a nação independente. Para tanto, era necessário que fossem bases fortes, autônomas e singulares, consolidando um Estado Nacional dotado de uma identidade própria diante das outras nações e de acordo com os princípios que norteavam a organização da vida político-social no século XIX.

A legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, unânime, valiosa e, para tanto, de acordo com Guimarães (1988), tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história, conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país, além de esclarecer e educar a sociedade e criar nela um sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional. É nesse momento que cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais brasileiros irão dedicar seus esforços para a elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural, para a construção da totalidade nacional e para a escrita da história nacional.

Escrever a História da nação significava criar símbolos identitários, recolher e organizar documentos, desnudar o passado, que passou a ser acessível pela via do documento escrito e na sua forma de memória, convocar os sentidos e sentimentos do povo, seja no sentido pedagógico – educar as massas, focar no progresso, no futuro promissor, para a adesão a uma comunidade imaginada. Imaginada porque mesmos os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (Anderson, 2008, p.33). Ainda segundo Anderson (2008), a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Para Hobsbawn (1990), critérios como a língua, as etnias, a história, o território e traços culturais comuns foram utilizados para tentar definir ou não a existência de uma

nacionalidade, sendo o conceito de nação, no sentido basicamente político, um fenômeno do mundo moderno. No caso da formação do Estado-Nação brasileiro, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de coisas em comum entre todos os habitantes do Império tinha que ser construído e fundamentado no conhecimento de tudo que compunha seu território.

A iniciativa, tanto pública como privada, de criar instituições e sociedades científicas como o Museu Nacional (1818), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN (1828), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838), o Arquivo Nacional (1838), a Sociedade Velloziana (1850), a Palestra Científica (1865) entre outros espaços científicos e educacionais nos permite identificar preocupações que circulavam pelos campos políticos, científicos, culturais e históricos do país, objetivando estabelecer no Brasil um ideário de nação que o enquadrasse nos moldes da civilização e do progresso propagados principalmente na Europa.

Nesse contexto, as investigações históricas, etnográficas, geográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, mineralógicas e estudos sobre as raças, hábitos, línguas e costumes dos habitantes de todas as terras brasileiras apareciam como passos importantes a serem dados para a construção de um passado precioso para o Brasil, que deveria adquirir uma personalidade histórico-cultural própria, e na construção dessa personalidade a natureza brasileira, natureza essa que desde as primeiras visitas dos viajantes que fizeram dela objeto de observação e reflexão passou a ser considerada esplêndida, ocuparia lugar de destaque como elemento simbólico da singularidade nacional, ao invés de realizações históricas e culturais significantes.

A História Natural e a divulgação de suas teorias entre a elite letrada conquistaram relevância para além das questões exclusivamente científicas. Em meados do século XIX os homens de ciência no Brasil compunham uma comunidade Científica em vias de consolidação. Um sistematizado esforço era

feito na tentativa de inventariar as riquezas do Brasil por meio da ciência, especialmente as ciências naturais. Com a consolidação de instituições científicas e culturais, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os cientistas locais iniciaram um processo de afirmação do que seria uma ciência nacional. Essa ciência nacional seria realizada exclusivamente por brasileiros, preparados nos maiores centros de ciência na Europa, que deveriam observar tudo que possuía a nação e produzir conhecimento acerca dela. A formação de instituições dedicadas a reunir e publicar trabalhos dos “cientistas nacionais” seria de extrema importância para o alargamento dos conhecimentos do território nacional realizado por filhos legítimos desse solo.

Certos de que apenas os brasileiros poderiam e saberiam desvendar a natureza e o passado do Brasil, os cientistas congregados no IHGB, na SAIN e no Museu Nacional passaram a defender a efetivação de meios que possibilitassem uma série de estudos, os quais desvendariam os segredos dos lugares mais distantes da corte imperial, desbravando os espaços desconhecidos, como os sertões, idealizados como espaços de extensas matas inexploradas, povoações retraídas e incultas e povos indígenas a caminho da inexistência em seu “estado primitivo”, tornando-os conhecidos, colocando-os sob maior controle da gestão nacional, esquadrinhando, assim, todo o território - campo e cidade - e suas gentes, que haviam se transformado no ‘eldorado’ dos naturalistas estrangeiros.

A natureza brasileira assumiu um importante papel nas representações que foram elaboradas para o Brasil no século XIX. Uma natureza variada, exuberante, grandiosa e, em grande parte, virgem, intocada pela civilização. O mundo civilizado de então era visto como distante e oposto ao mundo natural, portanto, quanto mais próximo e refém dessa natureza intocada, mais distante estava-se do status de civilização almejado para o país.

Ao mesmo tempo em que assumia o posto de grande símbolo nacional, o meio natural não domesticado aparecia como entrave ao progresso.

Transformar a natureza, civilizá-la e aproximá-la do convívio dos homens por sua intervenção, provocando transformações que ao mesmo tempo favorecessem o engrandecimento do país, sem macular a imagem da natureza como elemento máximo do imaginário nacional estava entre as grandes preocupações do momento. Diante dessa configuração o Brasil no XIX foi representado por intelectuais e cientistas “como um verdadeiro caleidoscópio de uma natureza simultaneamente variada e incógnita.” (Naxara, 1999, p.08). O espaço natural passa então a ocupar um lugar de destaque na definição da singularidade da nação, nele se encontraria o “Brasil profundo”, que cabia compreender, assimilar ao movimento da História, à cultura e à sociedade brasileiras. Segundo Murari (2009), a natureza era a fonte de riqueza e matéria bruta a ser trabalhada, espaço a ser desbravado e povoado e assumia também um significado simbólico, como universo sensorial, manancial de vida e de identidade, força de resistência a ser submetida à ação humana, paisagens que constituíam o cenário da experiência, da memória social e da construção de uma imagem do Brasil, para si mesmo e para o mundo.

As tentativas de racionalizar o meio natural, fruto do predomínio das concepções do Iluminismo luso-brasileiro marcado pelo pragmatismo científico, em prol da afirmação e legitimação da nação estiveram presentes no discurso daqueles que dedicaram seus esforços intelectuais para forjar uma identidade para o Brasil. Mas além do paradigma científico-razional, o imaginário nacionalista incorporou a força simbólica da natureza, poderosa fonte de símbolos e cenários da memória. Nesse contexto, seria essa natureza a instância do sagrado, o modelo de conhecimento, o meio físico, o espaço da barbárie, o território a ser averiguado e capturado, as fronteiras a serem definidas, o ambiente de luta pela sobrevivência, o espaço exótico dos trópicos, a fonte de riqueza na forma de matérias primas e terrenos, a paisagem natural e rural, enfim, um espaço múltiplo - o lugar do simbólico e do sensorial, mas também o lugar da modernidade e da ciência em expansão

continua, que pretendia, entre outras coisas, encurtar as distâncias e forjar uma identidade grandiosa e exclusivamente brasileira.

De acordo com Murari (2009), a natureza era a principal referência de origem que possuíamos, portanto, para que a História da pátria fosse escrita era indispensável escrutinar essa natureza, desvendar todas as suas potencialidades, pois seria na sua representação onde se encontraria a expressão do legitimamente nacional. O meio natural permeava as mentes pensantes do Brasil no XIX como sendo a verdadeira grande expressão da singularidade da nação. Esse universo guardava o que de mais precioso o Brasil possuía.

Situar e conhecer todo o território do país, bem como seus habitantes, era o objetivo das ciências naturais ao mesmo tempo em que era o objetivo da política imperial. Sendo assim, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas.

A marca do nítido esforço de associação entre a natureza brasileira, as investigações em História Natural e a construção da nacionalidade pode ser localizada, especialmente, na atuação de dois espaços de investigação científica: o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, funcionou durante o século XIX como a instituição que, em associação com as outras entidades de e para o fazer científico, mais desenvolveu pesquisas em ciências naturais. O Museu vai se constituir no lugar de convergência de um conjunto de iniciativas que vão viabilizar a consolidação das ciências naturais no país. No Museu, e não em universidades, o conhecimento científico brasileiro do século XIX era produzido. Lugar de produção de pesquisas que auxiliaram na criação de visões, representações e perspectivas para a nação.

Favorecer as pesquisas desenvolvidas no Museu era um objetivo comum daqueles que praticavam ciências no país. A Comissão Científica de Exploração esboça, desde os primeiros momentos de sua idealização e divulgação, como uma de suas

metas o enriquecimento do material de estudo das ciências naturais disponibilizado pelo Museu. Nos discursos de defesa e justificativa para formação da Comissão e nas suas instruções de viagem o Museu Nacional já aparece como a principal instituição a ser beneficiada com as coleções, mapas, publicações e material recolhido durante a viagem. Uma das justificativas usadas por Manuel Ferreira Lagos para que a Comissão fosse aprovada pelos sócios do IHGB era a necessidade de formar e fortalecer coleções de História Natural para essa instituição.

O IHGB formou-se no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional. Pensar e delinear um perfil para o Brasil era um de seus principais objetivos. “O Instituto retiraria a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem.” (Guimarães, 1988, p.15). Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição científica e cultural do Império, acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país.

A partir da segunda metade do século XIX o IHGB se tornaria um centro de estudos bastante atuante, estimulador da vida intelectual e principal elo de ligação entre o que era produzido pelos estudiosos e homens das ciências e os meios oficiais, ou seja, a administração imperial e o próprio Imperador. A relação do Instituto com o monarca foi crucial desde sua fundação, desde então D. Pedro II foi convidado a participar das reuniões e a ser seu protetor. O imperador assumiu diante do IHGB o compromisso de participar ativamente da construção de uma memória para o Brasil, memória essa que seria perpetuada através da escrita da História da nação e do reconhecimento e estabelecimento de uma cultura genuinamente nacional.

Foi no cerne do IHGB que se elaborou um dos projetos mais ousados na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias e possibilitar o fortalecimento de uma nacionalidade brasileira homogênea, solidificada e de um território com regiões estreitamente ligadas. Em sua seção ordinária de 30 de maio de 1856,

contando com a presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos lançou uma proposta que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro dos homens de ciência do país. Em seu discurso, destacou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas. (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12. Suplemento).

Lagos tornava pública a intenção de se estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas e percebidas pelo governo central como menos produtivas e mais arreadas ao seu domínio. Entretanto, quais seriam os ganhos para os naturalistas nacionais e para o governo imperial se acatassem essa sugestão de Lagos? Ele mesmo ensaia uma justificação: formar para o Museu Nacional uma coleção de produtos que facilitassem e engrandecessem os estudos científicos no país e, de forma ainda discreta, resalta a preocupação em saber como estavam organizadas as atividades produtivas nas regiões distantes da corte. Por causa de sua atuação como naturalista Lagos deveria preocupar-se muito mais com os ganhos para a ciência, mas tinha compreensão que um empreendimento desse tipo necessitava apresentar ganhos materiais para o governo imperial, afinal, somente garantindo ganhos para o governo do Império os cofres do mesmo ficariam à disposição de uma expedição de exploração. As províncias que faziam jus ao status de menos conhecidas nesse período eram as localizadas no Norte do país, afinal, eram consideradas pelos dirigentes do governo e pela elite letrada, radicada no Rio de Janeiro, as mais distantes, obscuras e arreadas do centro do governo

Tomando como referência a atual divisão territorial do Brasil podemos identificar que o que chamamos de Região Norte na segunda metade do século XIX congregava além dos atuais estados dessa região os da que hoje chamamos de Região Nordeste. Só a partir de 1969 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu o Nordeste como uma região brasileira, formada pelos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, até então (desde 1837 quando foi promulgada a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834) esses estados, na época Províncias, faziam parte do Norte brasileiro.

imperial. Essa imagem fora fortalecida especialmente pelas várias revoltas e tentativas de separação vivenciadas na região Norte⁵ desde o final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

Como vimos, no Brasil do século XIX a natureza tornou-se o principal símbolo da nação e a viagem com o objetivo de exploração Científica e econômica alinhava-se ao contexto político de conquista do território. Segundo Lagos,

Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da Topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais e, por consequência, a renda nacional (...) (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.14. Suplemento).

O discurso do naturalista evidencia o intuito de conhecer o Brasil para melhor dominar as possíveis potencialidades ainda não exploradas. Pondo fim às diferenciações, encurtando as distâncias físicas e culturais, seria possível conhecer que riquezas o país tinha a oferecer para aumentar, como Lagos ressalta, a renda nacional. Com certeza esse discurso agradou ao Imperador, que prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro, portanto, na mesma seção em que foi lançada, a proposta foi aprovada pelos membros do IHGB.

Lagos deixa claro o incômodo que os cientistas nacionais sentiam pelo pouco conhecimento que possuíam dos recursos naturais do Brasil e mais incomodados eram pelo fato de ser o Brasil melhor conhecido por estrangeiros. A projeção da Ciência nacional era indispensável para a consolidação da homogeneidade e do status de civilização almejado para o país.

Além da exaltação da inteligência nacional, uma justificativa colocada para a necessidade da

Comissão direcionava a atenção para o Museu Nacional. Buscava-se através das aquisições de material orgânico e inorgânico tornar o museu um espaço com condições de trabalho para os estudiosos da História Natural como eram os museus europeus. Essas aquisições eram umas das tarefas principais dos estudiosos designados para essa empreitada, sendo primordial para o sucesso da Comissão.

Aprovada a ideia, iniciados os preparativos, justificada a necessidade da Comissão, chegava o momento de definir um itinerário e fazer a viagem propriamente dita. Vejamos a seguir como foi projetada e colocada em prática essa expedição exploradora.

Uma expedição verdadeiramente nacional

Segundo Braga (2004), a escolha da província do Ceará como primeiro pouso se deu em princípios de 1857. Primeiramente pensou-se em começar a viagem por um dos grandes rios brasileiros, que possibilitasse o autoconhecimento das regiões mais centrais do país. Havia também a possibilidade de se fazer a viagem pelas regiões fronteiriças, afinal o governo imperial não estava isento dos riscos que a proximidade do Império monárquico com os países republicanos possibilitava, tanto por causa do perigo, mesmo que remoto, de invasões por parte de aventureiros que poderiam se lançar pelo território brasileiro, como pela influência ideológica que as Repúblicas americanas representavam. No entanto, desde a ocasião da apresentação das Instruções de Viagem, em 1857, quando ainda não se sabia ao certo quais províncias seriam visitadas e exploradas já existiam indícios, como em correspondências pessoais entre os membros da Comissão, de que a província do Ceará era uma forte candidata para sediar os primeiros trabalhos da Científica.

Entre todos os fatores que colaboraram para a escolha do Ceará como primeira Província a ser visitada, boa parte dos estudiosos da Comissão defendem que essa escolha esteve alicerçada na divulgação da suposta existência de grandes jazidas de metais preciosos nas serras cearenses. As notícias de que o subsolo cearense abrigava riquezas minerais

começaram a circular especialmente através dos relatos do naturalista João da Silva Feijó, “um entre os diversos naturalistas que trabalharam a serviço da Coroa portuguesa no levantamento dos recursos naturais da então colônia portuguesa da América, na transição do século XVIII para o século XIX.” (Silva, 2007, p.179). Feijó chegou ao Ceará em 1799 e realizou diversos trabalhos em Ciências naturais por aqui, dando ênfase a aspectos ligados aos campos da mineração, da Mineralogia e da Geologia daquele período. As amostras de minerais da província existentes no Museu Nacional fortaleciam a opinião que defendia a existência de riquezas minerais na província. Sendo, portanto, essa provável existência de metais preciosos apontada como a razão fundamental da escolha do Ceará como primeira província a ser explorada.

Os preparativos para a viagem contaram com as facilidades e incentivos governamentais. Gonçalves Dias e Gabaglia cuidaram da aquisição dos instrumentos e da literatura científica na Europa, enquanto Lagos e Capanema na corte se encarregaram de comprar o que fosse necessário para o transporte da Comissão. A Lei de orçamento e despesas dos anos 1857 e 1858 garantiu os recursos para a compra de material, ficando o governo com a responsabilidade financeira para manter a Comissão, enquanto o IHGB assumia a responsabilidade técnica e científica. Dessa forma, equipava-se a Comissão com livros, aparelhos, instrumentos, preparando-a para fazer trajetos por terra e por água. Deu-se ênfase para o material bibliográfico - dois mil volumes de livros e periódicos foram comprados, grande parte dessa coleção foi incorporada a partir de 1863 à Biblioteca do Museu Nacional.

Enquanto ficavam prontos os preparativos para a viagem, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista nacional. As Seções criadas e seus respectivos chefes foram as seguintes: *Botânica* para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão⁶; *Geológica e Mineralógica* que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema - futuro Barão de Capanema⁷; *Zoológica*,

7

Engenheiro, doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, lente substituto de Mineralogia da Escola Central, amigo pessoal do Imperador Pedro II e sócio do IHGB, entre outras funções, Capanema figurava entre os mais influentes políticos e intelectuais do século XIX.

8

Autor da proposta de criação da Comissão, o zoólogo e ornitólogo Manoel Ferreira Lagos estudou humanidades e cursou Medicina no Rio de Janeiro. Em 1839 ingressou no IHGB e cerca de seis anos depois passa a ocupar o cargo de secretário perpétuo. Naturalista respeitado por toda a comunidade científica nacional do século XIX.

9

Professor da Academia de Marinha, astrônomo, geógrafo e bacharel em matemática, tendo se especializado na Europa em hidráulica aplicada a portos e canais.

10

Alemão, Carta a Von Martius (25/01/1859).

assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos;⁸ *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia⁹ e *Etnográfica e Narrativa de Viagem*, tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias - o poeta indianista. Além dos chefes das Seções, foi designado para a Comissão o pintor José Reis de Carvalho. Autônomas quanto aos seus objetivos, as Seções deveriam colaborar entre si, agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi escolhido Francisco Freire Alemão.

A Ciência nacional atuando em terras cearenses

Em fevereiro de 1859, os integrantes da Comissão chegaram ao Ceará. Segundo Gonçalves Dias estavam

(...) cheios de entusiasmo com a idéia de que iam prestar um serviço relevante ao seu País, almejavam com veras o momento de entrar em exercício, e confiavam não tanto em um possível lance da fortuna que os ilustrasse, como no zelo, na boa vontade, no amor pátrio de que se achavam animados. (Dias in Braga, 2004, p.246).

Em carta dirigida a Von Martius um dia antes de embarcar para o Ceará (25 de janeiro de 1859) Freire Alemão ressalta suas expectativas sobre a viagem: “é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns trabalhos ulteriores e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro”¹⁰ (Alemão in Damasceno e Cunha, 1961, p.151). O dever pátrio e a responsabilidade de engrandecer a nação perpassam o discurso de Dias e Freire Alemão.

Nas terras cearenses buscavam encontrar recursos essenciais ao desenvolvimento do Brasil e desvendar uma série de novidades para as Ciências, para a Cultura e para a História brasileira. “Para o povo, a Comissão vinha em busca das minas, das jazidas inesgotáveis que nutriam a crença cearense e oferecia a todos uma expectativa de riqueza súbita e imprevista.” (Dias in Braga, 2004, p.246). Essa impressão inicial que o povo cearense demonstrou

Neologismo. O termo faz referência aos nativos, aos visitados durante as viagens de cunho exploratório. A autora lança mão desse vocábulo para sublinhar a interação, as trocas materiais, culturais e simbólicas que se constroem no encontro entre visitantes e visitados, viajantes e viajados (Pratt, 1999).

acerca da Comissão mudaria. Durante as viagens pelo sertão, inicialmente vistas como uma oportunidade grandiosa de revelar as riquezas ainda escondidas que as terras cearenses abrigavam, a Comissão começou a ter sua imagem desgastada entre a população local. A não apresentação de ganhos imediatos e a incompreensão por parte dos viajados¹¹ dos estudos científicos que eram feitos - o povo não entendia, por exemplo, qual a necessidade e benefício que existia em colher ramos e flores de árvores, caçar insetos e répteis, guardar pedras, desenhar casas e objetos de uso doméstico, ou seja, coisas tão comuns ao cotidiano sertanejo, mas que geravam interesse e admiração nos cientistas da corte - geraram desconforto para os viajantes. Em seu diário pessoal, Freire Alemão relata algumas dessas incompreensões com os trabalhos da ciência, assim como as desconfianças da população quanto às reais motivações de tal empreitada. Após dois meses de viagem pelo sertão Freire Alemão escreve:

(...) certas vezes nos eram negados [hospedagem e comida] pela gente, que estava prevenida contra nós, e não nos olhava com bons olhos, havia se espalhado ideias extravagantes em todo o Ceará, a respeito da Comissão e de seus fins. Éramos estrangeiros que vínhamos explorar a província para entregar aos Ingleses, em pagamento da nossa dívida, e outras coisas semelhantes. (Alemão, 2011, folha 97, p.105).

Essas concepções que o povo construiu sobre a Comissão a acompanhariam durante toda peregrinação pelo Ceará. Em seus deslocamentos pelo interior da província, Freire Alemão iria se deparar com essas ideias em vários momentos. Ao mesmo tempo em que observava, também era observado e o estranhamento mútuo perpassava as relações de contato entre eles. O olhar para o “outro” assumia um caráter interativo, viajantes e viajados construíam relações de interação e troca, elaborando conceitos e visões pautados muitas vezes no estranhamento, mas também no reconhecimento e admiração dos saberes de que eram portadores. Se, por um lado, os

científicos eram constantemente questionados sobre os propósitos de tal viagem e o porquê de tanto investimento feito para dar a conhecer o que para os cearenses eram materiais comuns e estranhavam o zelo com que colhiam pedras, matos, flores, borboletas e insetos, e isso cooperava para que fossem vistos com desconfiança, como estrangeiros, inimigos e invasores; por outro lado, eram também admirados por seus modos diferentes, pelos conhecimentos acadêmicos, pela fala culta, pela parafernália científica que traziam e pelos serviços que prestavam às pessoas, principalmente aos doentes, pelo sertão. Já para os científicos, os habitantes da província, seus hábitos (alimentares, culturais, sociais, políticos, familiares) e as relações que estabeleciam com a natureza, muitas vezes causavam espanto e reprovação, eram confrontados com saberes e práticas oriundas de um conhecimento empírico, popular e que funcionavam, em muitos casos, como entraves aos saberes das ciências. Mas também não faltavam admiração e reconhecimento de saberes tradicionais do sertão que se mostravam tão ou mais eficientes que os saberes científicos e que ultrapassavam seus doutos conhecimentos.

Oposições surgiram de muitas partes – do povo, do governo, dos desafetos políticos dos membros da Comissão, o que fez o trabalho dos científicos no Ceará ser marcado por contradições, barreiras, dificuldades de deslocamento, atrasos, disputas, desentendimentos e vários outros problemas durante sua marcha pelo território cearense.

De março a agosto de 1859 os científicos permaneceram em Fortaleza. O período das chuvas impossibilitou a ida imediata ao interior da província, assim como a demora na aquisição de animais para o transporte e de mantimentos para os mesmos. Durante os cinco meses que permaneceram em Fortaleza as Seções não ficaram inativas, trabalharam em torno da capital, nas localidades que prometiam interessantes investigações como Pacatuba, Maranguape e Messejana.

Na segunda quinzena de agosto de 1859 a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense.

Por conveniência de abastecimento, diversidade e proximidade de estudos e afinidades pessoais, dividiu-se a comitiva em três turmas. A primeira era composta das Seções Botânica e Zoológica e levava consigo o pintor José dos Reis Carvalho e seguiria pelas margens do Jaguaribe; a segunda, das Seções Geológica e Etnográfica, cujos chefes Capanema e Gonçalves Dias nutriam fortes laços de amizade, viajaria seguindo o caminho de Baturité e Quixeramobim e a terceira era formada apenas pela Seção Astronômica e Geográfica que, para dar maior fluidez e rapidez aos seus trabalhos, subdividir-se-ia em algumas outras turmas, coordenadas pelos adjuntos de Gabaglia, os quais seguiriam por diversas direções do espaço geográfico cearense. Antes de partirem de Fortaleza combinaram para o ano seguinte o reencontro no Crato.

No início de 1860, achavam-se reunidas no Crato quatro das Seções da Científica, faltando apenas a Astronômica. Enfrentavam graves problemas financeiros por falta de liberação das verbas que haviam deixado na tesouraria da Província para o pagamento de serventes e cargueiros. No Crato, a Comissão deveria descansar, esperar a passagem do inverno, estudar o material recolhido até então, fazer apontamentos e notas e dali seguir viagem pelo restante do Ceará e por outras Províncias. No entanto, cortes financeiros e falta de esclarecimentos ao presidente da Comissão acerca da liberação dos recursos para a jornada acabaram levando à decisão de retorno antecipado das seções à Capital da Província. Isso aconteceu em março de 1860, um ano antes do que havia sido planejado quando se retiraram de Fortaleza, em agosto de 1859.

Conforme afirmava Gonçalves Dias em 1862, o desgaste da Comissão em meados de 1860, já era grande. Não se dispunha mais de meios para uma excursão tão larga quanto desejavam. No Ceará e na Corte muitas eram as críticas e cobranças. Em Fortaleza, combinou-se um novo itinerário para cada seção, não conforme seria mais vantajoso, mas como era possível nas circunstâncias em que se achavam seus recursos e seus membros. Os

problemas enfrentados pela Comissão extrapolavam os financeiros, decorriam também das condições climáticas, das precariedades do sertão, dos conflitos pessoais entre alguns de seus membros, dos mal entendidos com as autoridades e populações locais e de problemas de saúde enfrentados por quase todos os membros da Comissão, que chegaram a levar dois deles ao óbito.

A imagem da Comissão estava bastante desgastada. Os científicos passaram a enfrentar contrariedades no Ceará logo nos primeiros meses de estadia na província. Foi alvo de ataques e adquiriu alguns nomes e apelidos que denegriam sua reputação. Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora foram dois nomes atribuídos à Científica para fazer referência ao comportamento pessoal e profissional reprovável de alguns de seus membros. O apelido de Comissão Defloradora, por exemplo, refere-se ao comportamento boêmio de alguns de seus integrantes, especialmente Gonçalves Dias, Capanema, Gabaglia e o pintor José dos Reis Carvalho, pregado por alguns desafetos que possuíam na Corte.

Diante das muitas adversidades, que perpassavam os aspectos econômicos, profissionais, científicos, políticos, sociais, relacionais e particulares da Comissão, os roteiros pensados no início da viagem foram refeitos. Em outubro de 1860, os científicos retornaram aos trabalhos pelo interior da província, trabalhos esses que se sustentariam por mais dez meses. Nesse mesmo mês, quando já se achavam as Seções espalhadas por toda a província, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império expediu um aviso no qual constava uma nova tabela dos vencimentos que os membros e empregados da Comissão deveriam receber a partir de então. Conforme Braga (2004), tal tabela, válida a partir da promulgação da Lei de Orçamento, reduzia os vencimentos dos chefes de Seção e os quantitativos relativos às despesas com materiais e gastos com os animais.

Quando os recursos para a continuidade dos trabalhos no Ceará foram reduzidos, Capanema não poupa críticas à postura do Gabinete Ferraz, que presidiu o Brasil de agosto de 1859 a setembro de 1861:

A Comissão é forçada a cair durante as suas jornadas em quanto casebre há, chega em contato com a grande massa do povo, vê as suas misérias, o seu estrago; conhece as suas necessidades, vê de que melhoramentos o país carece para se tornar próspero, estuda seus recursos hoje inteiramente abandonados. A Comissão tem o dever de representar isso tudo ao governo, e dessa representação nasce para o mesmo governo o imperioso dever de remediar o mal. É justamente isso que ele procura evitar porque diz o velho ditado: em águas turvas pesca-se melhor. Até hoje o governo tinha uma desculpa bastante plausível para a sua incúria: não conhecia as raízes do pólipio que rói o país, e que o vai definhando. Contra mal que não se conhece não se pode aplicar remédio. Hoje as coisas mudam de figura, as raízes do pólipio podem ser postas à mostra, procura-se desgastar a Comissão, e quando ela quiser dizer alguma coisa, dirá o governo aos diferentes chefes de Seção: a vós compete dizer que qualidade de erva há; a vós, se há ouro e diamante; a vós, quais as latitudes e longitudes das vilas e cidades por onde passastes, a vós, se há muita qualidade de rato no sertão; e a vós se ainda existe caboclo! Sois uma Comissão de naturalistas, tudo quanto sair dessa esfera não é da vossa competência. (Capanema, 2006, p.261).

Para Capanema, os ataques e tentativas de desestabilizar a Comissão e forçar seu fim estavam relacionados aos trabalhos que desempenhavam no Ceará e pela falta de interesse do governo pelo país, pela falta de vontade e esforço em resolver os verdadeiros problemas da Nação. O geólogo desvia a importância da Comissão dos estudos científicos e foca nas contribuições que poderia dar ao país ao fazer o mapeamento das mazelas que afligiam o povo do sertão. Mas, segundo ele, isso não seria interessante para o Ministério, pois uma vez que seus problemas fossem conhecidos, exigiriam uma solução, uma intervenção estatal e não se estava disposto a isso. O verdadeiro descobrimento que a Comissão operaria não seria o das riquezas ainda escondidas da nação, mas o do reconhecimento de suas questões mais

Gonçalves Dias ausentou-se do Ceará no final de 1860. Em janeiro de 1861 passou alguns dias em sua terra natal – Maranhão – e de lá rumou para a Amazônia e não retornou mais ao Ceará. De lá, voltou para o Rio de Janeiro, em dezembro de 1861.

urgentes. Como ele escreve, não se pode remediar o que não se conhece, mas a partir do momento que se tem um diagnóstico é necessário aplicar um remédio, uma solução e o governo não estava preparado, decidido e preocupado com isso. Para ele, Capanema, residia nessas questões a força motriz dos ataques do Ministro Ferraz, do senador Dantas, do historiador Mello Moraes e de outras figuras que por antipatias e interesses pessoais contribuíram para influenciar o juízo negativo sobre a Científica e até abreviar sua existência e importância, reduzindo seus recursos e desmoralizando seus membros.

A incerteza da remessa dos fundos necessários, as dificuldades de comunicação, os problemas que surgiram com a instituição da nova tabela de gastos, a falta de trabalhadores, a demora no repasse dos recursos, muito dificultou a marcha da Comissão. Conforme Gonçalves Dias, “a Comissão conservava apenas um simulacro de vida, que só servia para tornar mais grave perante o governo e perante o país a responsabilidade daqueles que a representavam” (Dias in Braga, 2004, p.283).

Nesse momento (primeiro trimestre de 1861), a Seção Astronômica encontrava-se no norte da província; a Botânica em Sobral; a Geográfica e a Zoológica em Granja e a Etnográfica achava-se no Amazonas, para onde Gonçalves Dias havia partido para realizar uma excursão pela bacia amazônica¹². Em abril de 1861, reuniram-se os chefes de Seção em Fortaleza e diagnosticaram que a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para retornarem à Corte. De acordo com seu Diário de viagem (folha 321), em 4 de junho de 1861, Freire Alemão recebeu a Comunicação do governo imperial autorizando a volta da Comissão ao Rio de Janeiro. No dia 13 de julho embarcaram rumo à capital do Império, aonde chegaram no dia 24 do mesmo mês.

No Rio, os membros da Comissão assumiriam uma nova fase de seus estudos científicos. Era necessário catalogar o material recolhido, estudá-los e, principalmente, apresentar resultados concretos que justificassem a existência da Comissão e mostrassem a utilidade dos trabalhos desenvolvidos durante os

dois anos que ficara no Ceará. Dois dias após o desembarque, 26 de julho de 1861, os titulares das Seções da Comissão compareceram à reunião do IHGB, que contou com a presença do Imperador.

Era necessário ser apresentado algum resultado satisfatório para o governo e para o IHGB, por isso o presidente do Instituto pediu brevidade no prazo de apresentação dos relatórios. Os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos foram lidos nas sessões de 4 de outubro, 22 de novembro e 6 de dezembro, respectivamente. Gonçalves Dias não apresentou relatório. O de Gabaglia, segundo Capanema nos seus *Apontamentos sobre as secas do Ceará*, foi escrito e estaria nas mãos de particulares: “Nas largas discussões havidas não vieram à luz as preciosas séries de observações meteorológicas do falecido Dr. Gabaglia. São elas propriedade do Estado, mas não sei que destino tiveram, e no entanto deviam ter sido publicadas.” (Capanema, 2006a, p.167). O relatório da Secção Etnográfica não foi escrito. Gonçalves Dias escreveu a partir da sua atuação na Comissão a Parte Histórica e os Proêmios dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, publicados em 1862.

A existência da Comissão não revelou os tesouros minerais esperados, e isso foi motivo de descrédito para a expedição, mas logrou êxito, especialmente no que diz respeito à aquisição de material para o Museu Nacional. Para essa instituição foram destinadas mais de quatorze mil amostras de plantas, a maior contribuição botânica para o acervo recebida até aquele momento; além do herbário, a Seção Botânica trouxe para o Museu desenhos e descrições de boa parte das plantas recolhidas e mais de seiscentos esboços de plantas cearenses. A partir dessa coleção, a flora cearense passaria a ser conhecida em muitos dos seus aspectos e suas potencialidades e alternativas de exploração passaram a ser delineadas. A coleção Zoológica, segundo a Introdução aos *Trabalhos da Comissão Científica*, era estimada em dezessete mil exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves. Era

De acordo com Braga (2004, p.104), a Seção Zoológica levou do Ceará para a Corte imperial alguns exemplares de animais vivos. “Os menos comuns ou mais curiosos, apanhados sobretudo no Cariri. Eram, no início mais de 100 mamíferos, aves e répteis. Lagos partiu do Crato com numeroso comboio, trazendo uma porção de gaiolas povoadas deles, inclusive um tamanduá-bandeira. Mas foram morrendo durante a travessia sertaneja, estada em Fortaleza e viagem por mar, de modo que poucos chegaram ao Rio. Não dispondo o Museu de acomodações para abrigá-los, o diretor entregou-os ao zelo de um particular.”

composta também por animais vivos - espécimes de mamíferos, aves e répteis¹³.

No Museu também ficaram os instrumentos e materiais para uso na preparação de plantas e animais, objetos de uso científico especializado, adquiridos nos mais renomados centros de produção de ciência na Europa; assim como os livros, mais de dois mil títulos, que iriam constituir uma parte da Biblioteca do Museu, assim como alguns chefes de Seção, que continuaram nas dependências do Museu os trabalhos iniciados no Ceará. Lá também foram depositadas as estampas de zoologia, etnologia e mineralogia, recolhidas principalmente por Dias e Lagos.

Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do material conseguido pelos naturalistas no Ceará. Gonçalves Dias vasculhou boa parte dos arquivos municipais por onde passou, principalmente o do Icó e o do Crato, e obteve documentos e notícias acerca da História e Geografia do Ceará. O mesmo fizeram Lagos e Freire Alemão (Freire Alemão copiava os livros das Câmaras municipais, cartas das vilas, livros paroquiais geralmente fornecidos pelos vigários - que emprestavam documentos antigos das vilas e cidades, como também revistas e jornais vindos da corte, ou seja, eram os principais fornecedores de fontes de informação de Alemão -, pelos escrivães e juizes municipais; matérias de jornais e revistas locais e revirava os arquivos procurando documentos para a História do Ceará). Essa documentação foi entregue ao Instituto, assim como parte do material indígena coletado por Gonçalves Dias.

Considerações finais

Nos anos que se seguiram ao retorno da Comissão à Corte continuou-se a fazer, principalmente nas dependências do Museu Nacional, os trabalhos de classificação, preparação e divulgação do material recolhido, apesar do pequeno apoio que seus membros recebiam para isso. Em 1864, com o deflagrar da Guerra do Paraguai, os Chefes de Seção, que até então continuavam recebendo seus salários, deixaram de receber seus vencimentos e foram

suspensas as publicações, por medida de economia. “O conflito, que se arrastaria por cinco longos anos, exigindo enorme sacrifício de sangue e dinheiro, levaria a Comissão em sua torrente caudal” (Braga, 2004, p.113).

A Comissão aparece referenciada oficialmente pela última vez no Relatório do Ministro do Império de 1867. A escrita do Ministro evidencia o pouco ânimo que se dava a sua existência naquele momento.

Os diversos trabalhos de que ainda estão incumbidos os chefes das Seções desta Comissão vão sendo feitos pelo modo possível. A natureza de semelhantes trabalhos, a necessidade que têm aqueles chefes de desempenharem cumulativamente outras funções e a circunstância de não perceberem atualmente retribuição alguma pôr eles, não permitem que se fixe prazo para a sua conclusão. (Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro do Império José Joaquim Fernandes Torres apud Braga, 2004, p.113-114).

O momento não era favorável à continuação desses trabalhos de investigação naturalista, era imperativo garantir a vitória do país em uma guerra, para a qual foram canalizados os esforços científicos, militares, políticos e monetários. Nos relatórios do governo dos anos seguintes não aparecem mais referências à Comissão Científica. Oficialmente chegara ao fim. Ao concluir suas atividades estava obscura e até desacreditada. Cumpriu uma considerável parcela dos objetivos para os quais, com grande pompa, foi criada em 1857. Deixou muitos traços da sua existência, que por um largo espaço de tempo foram relegados ao esquecimento. Atualmente, tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos, que destacam desde sua importância para a história da ciência brasileira, como para a formação da identidade brasileira forjada pelo Império. Mas ainda há muito a ser desvendado.

Referências

- Alemão FF. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza (CE): Fundação Waldemar Alcântara, 2011.
- Anderson BR. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Hobsbawn EJ. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).
- Capanema GS. Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte. In: Porto Alegre MS. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza (CE): Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.153-323.
- Capanema GS. Apontamentos sobre secas no Ceará (1878). In: Capanema GS, Gabaglia GR. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza (CE): Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006a, p.155-185.
- Damasceno D, Cunha W. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão* – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional – v(81), 1961.
- Dean W. A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1991. v(4) n(8): 216-228.
- Dias AG. Proêmio. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-180.
- _____. Parte Histórica. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.181-187; 244-293.

- Guimarães MLS. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988. v(1)n(1): 5-27.
- Kury L. As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011 [Acesso em 2011 Nov 19]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucNPQ.pdf.
- Lagos MF. Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 201-217.
- Murari L. *Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)* – São Paulo: Alameda, 2009.
- Naxara MRC. *Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. [Tese de doutorado]. Campinas (SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1999.
- Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1856. t(19) suplem.: 10-12 / 114-116.
- Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1861. t(24).
- Silva CP. As “Viagens filosóficas” de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. *História: Questões & Debates*. Curitiba (PR), 2007. n(47): 179-201.
- Silva-Filho ALM Nota Explicativa. In: Alemão FF. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão, 1859 – volume I*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.9-39.
- Thomas K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-393.

Pratt ML. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

Data de Recebimento: 30/06/2014

Data de aprovação: 11/11/2014

Conflito de Interesse: Nenhum declarado

Fonte de Fomento: Nenhum declarado.

Comissão Científica de Exploração: uma experiência de transição no fazer científico brasileiro

*Scientific Committee
of Exploration:
an experience of
transition in Brazilian
scientific practice*

Karoline Viana Teixeira¹

¹
Doutoranda em História Social
pela Universidade Federal do
Ceará (UFC). Contato:
karolineteixeira@gmail.com

Resumo

Em sua época, a Comissão Científica de Exploração conheceu a glória de ser a primeira expedição formada exclusivamente por brasileiros, destinada a encontrar no Ceará materiais e técnicas que acelerassem a marcha civilizatória do Império brasileiro – mas que logo se transformou em pecha de iniciativa malfadada, cara e inútil. O legado desta viagem exploratória passou décadas sem suscitar interesse entre os pesquisadores. Nos últimos anos, mesmo retomado por estudos acadêmicos, o tema ainda é lembrado mais pelo seu teor anedótico e por suas alcunhas pejorativas, chegando-se quase sempre à conclusão de que foi um empreendimento que não correspondeu às expectativas e investimentos. Além de proceder a uma revisão crítica das interpretações da expedição às províncias do Norte, gostaria de abordar aqui a experiência da Comissão Científica dentro das possibilidades e limites no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Império, um país que buscava lidar com a herança colonial e, ao mesmo tempo, estabelecer-se como

A Comissão Científica foi dividida em cinco seções: Botânica, a cargo de Francisco Freire Alemão (que também era o presidente da Comissão); Geológica e Mineralógica, chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, destinada ao naturalista Manuel Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, confiada ao matemático Giacomo Raja Gabaglia; e Etnográfica e Narrativa de Viagem, encarregada ao escritor e historiador Antonio Gonçalves Dias. Além dos adjuntos, mateiros e outros ajudantes, acompanhava a expedição o pintor José dos Reis Carvalho, ex-aluno de Debret e professor de desenho da Escola Imperial da Marinha.

nação moderna e civilizada, capaz de empreender o conhecimento de seu próprio território.

Palavras-chave

Comissão Científica de Exploração, história natural, nação

Abstract

In its time, the Scientific Committee of Exploration knew the glory of being the first expedition formed exclusively by Brazilians naturalists, destined to find in Ceará materials and techniques which may accelerate the march of civilization in Brazilian Empire – but it soon turned into reproach as an ill-fated, expensive and useless initiative. The legacy of this exploratory trip went decades without raising interest among researchers. In recent years, even taken by academic studies, the topic is still remembered more for its anecdotal content and its pejorative nicknames, and almost invariably coming to conclusion that it was a project that did not meet expectations and investments. In addition to undertake a critical review of the interpretations of the expedition to the northern provinces, I would like to address here the experience of the Scientific Commission within the possibilities and limits the use of science as an intellectual arm of the development of the Empire, a country that sought to deal with the colonial legacy and, at the same time, establish themselves as modern and civilized nation, able to take the knowledge of its own territory.

Keywords

Scientific Committee of Exploration, natural history, nation

Em meados do século XIX, o Império brasileiro – ex-colônia tornada país neófito e governada por descendentes da antiga metrópole – manda ao Ceará alguns dos nossos mais destacados naturalistas do período², com o fito de explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil. No discurso proferido na sessão de 30 de maio de 1856 do Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro – que idealiza a viagem exploratória, juntamente com o Museu Nacional –, o zoólogo Manoel Ferreira Lagos justifica o projeto ao imperador Pedro II ao questionar os resultados da viagem do naturalista Francis de la Porte, conde de Castelnau, às regiões centrais da América do Sul. Já era tempo, segundo Ferreira Lagos, não apenas de desmentir o exame feito por este e outros viajantes estrangeiros de má-fé ou levianos. Dever-se-ia mostrar que aqui não nos faltavam pessoas de talento e com as habilitações necessárias para a pesquisa científica (Braga, 1962, p. 15-17).

A opção de uma viagem por terra às províncias do Norte, “parte do Império menos conhecida e mais digna de ser estudada”, é justificada pela “crença geralmente aceita de ser o solo do Ceará porventura o mais metalífero de todo o Brasil” (Dias *apud* Braga, 1962, 159-160), a partir de investigações promovidas desde finais do século XVIII. Tal atitude pode ser identificada com a política pombalina de procurar tesouros naturais em suas colônias tropicais, que incluía desde o envio de “vassalos ilustrados” formados em Coimbra até a mobilização de comerciantes e lavradores ilustrados a fazer experimentos agrícolas e redigir memórias em troca de promessas de privilégios fiscais, de monopólios e preços especiais (Dias, 2005, p. 50-51).

Nesse sentido, o protagonismo do Brasil numa empreitada de exploração técnico-científica dessas regiões concorreria não apenas para a necessidade estratégica do governo imperial em conhecer as potencialidades geográficas e naturais de seu território, “como também instituir um discurso de saber, de cariz nacional e devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios de observação direta e rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional” (Silva Filho, 2006, p. 9).

Mas uma série de contratempos políticos e financeiros, além de episódios destacados pelo tom anedótico – como o suposto comportamento libertino de Capanema e Gonçalves Dias, a malfadada aclimação de 14 camelos vindos da Argélia para o transporte dos comissionados e a perda do material

Manuel Freire Alemão, o Freirinho, sofreu uma rutura de aneurisma em 14 de maio de 1863. Botânico assistente de Freire Alemão durante a viagem ao Ceará, esperava-se que ele desse continuidade ao legado do tio, já em idade avançada. Um ano depois, após tratamentos de saúde malsucedidos na Europa, Gonçalves Dias morreria no naufrágio do navio que o trazia de volta ao Brasil, sem escrever o relatório da Seção Etnográfica (Braga, 1962, p. 90 e 99).

da Seção Geológica no naufrágio do iate Palpite – tornariam a expedição “mal falada, de reputação duvidosa, [sendo que] alguns chegaram a referir-se a ela como comissão defloradora (...). Seu principal apelido foi, no entanto, Comissão das Borboletas, o que desvia a crítica da moralidade para a inutilidade da empreitada” (Kury, 2001, p. 29). A imprensa do Ceará e da Corte tornaram-se a arena palpitante tanto das notícias sobre as desventuras da Comissão quanto das réplicas e tréplicas de comissionados, como Gonçalves Dias e Capanema.

Além de compor o acervo do Museu Nacional, os produtos trazidos do Ceará foram objeto de várias exposições públicas, incluídos na mostra de produtos nacionais levada para a Exposição Universal de 1862, em Londres. Mas, diferente do que se ambiçionava, não houve nenhuma grande publicação dos resultados da Comissão Científica. A morte prematura de alguns dos membros da Comissão³, os problemas de saúde que limitaram o trabalho do presidente da Comissão, Freire Alemão (que trouxera o maior acervo de espécimes e escritos), a transferência de recursos para a guerra contra o Paraguai e o fato de Capanema e Lagos terem assumido cargos na estrutura do Império, também contribuíram para o esparsamento de publicações em relação ao vasto acervo trazido da província cearense.

Excetuando o estudo referencial de Renato Braga pelo centenário da vinda dos científicos ao Ceará, nos últimos anos a historiografia tem retomado o tema em artigos, estudos acadêmicos e publicações. Além de um ensaio crítico-histórico sobre a empreitada, a *História da Comissão Científica de Exploração* (1962) traz documentação inédita ou até então só publicada parcialmente, como as Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil, a Introdução aos Trabalhos da Comissão Científica, os Relatórios apresentados no IHGB por Freire Alemão, Capanema e Lagos, a Parte Histórica elaborada por Gonçalves Dias, além de 39 aquarelas de Reis Carvalho em preto e branco.

A expedição também é referenciada por Margaret Lopes num tópico da obra *O Brasil descobre os sertões* (1995). A autora conclui que, apesar das divergências no seio da comunidade científica emergente no país e das possíveis discrepâncias entre suas capacidades individuais, a Comissão teria “cumprido seu papel”. Forneceu não apenas as coleções naturais para o então Museu Imperial, como a biblioteca arrebanhada na Europa serviu de impulso para estudos posteriores na instituição (Lopes, 1995, p. 141-143). Em 2003, Maria Sylvia Porto Alegre segue um percurso similar ao de Braga em *Comissão das Borboletas*, denotando já desde o título uma abordagem da expedição como algo que não correspondeu às expectativas. A autora dedica as primeiras 50 páginas a um estudo introdutório do périplo cearense. Já as 42 páginas restantes trazem uma memória inédita sobre os índios da Serra da Ibiapaba escrita por Freire Alemão e uma descrição dos acervos do presidente da Comissão e das obras do pintor Reis Carvalho. Mais recentemente, uma coletânea de textos analisando o legado da expedição, ricamente ilustrada pelas aquarelas de Reis Carvalho, desenhos de Freire Alemão e litografias de Henrique Fleiuss dos objetos indígenas trazidos por Gonçalves Dias da Amazônia, foi organizada por Lorelai Kury em *Comissão Científica do Império, 1859-1861* (2008).

Em 2006 e 2007, o Museu do Ceará publica a coleção Comissão Científica de Exploração, que merece destaque. No primeiro volume, *Os Ziguezagues do Dr. Capanema*, organizado por Sylvia Porto Alegre, temos os artigos escritos por Guilherme Capanema, sob pseudônimo, publicados no *Diário do Rio de Janeiro* entre 1860 e 1862, como forma de rebater as críticas sobre a expedição. Em *A Seca no Ceará*, encontramos escritos de Capanema e Giacomo Raja Gabaglia sobre o tema, com estudo introdutório de Kênia Sousa Rios sobre o processo que passou a relacionar o “flagelo das secas” com o estabelecimento de uma política de integração e identidade nacionais na segunda metade do século XIX. Já os dois últimos livros trazem a lume a primeira parte do

diário de viagem de Freire Alemão, acompanhado de estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho sobre a Comissão Científica como empreendimento estratégico e seu papel na construção de um saber de cariz nacional, além de levantar questões sobre a escrita do diário de viagem e os principais temas abordados pelo chefe da expedição neste documento. Em 2012, o texto integral do diário foi publicado pela Fundação Waldemar Alcântara.

Na parte de artigos acadêmicos, temos novamente Margaret Lopes (1996) e Lorelai Kury (2001), que abordam o tema num apanhado geral, porém bem delineado, localizando a experiência no contexto das viagens científicas feitas à época. Da área de Ciências da Terra, Heitor de Assis Júnior (2007) faz um levantamento biográfico sobre o pintor da expedição, José dos Reis Carvalho, e sua participação na Comissão Científica. Ele termina por analisar as aquarelas a partir de indícios da “influência de Freire Alemão nas escolhas dos motivos das obras pictóricas e desenhos de Reis Carvalho” (2007, p. 323), comparando em que medida certas descrições feitas por Freire Alemão em seus manuscritos “coincidem” com desenhos feitos pelo pintor.

Com relação às dissertações, Rachel Pinheiro (2002) desloca a correspondência de Guilherme Schüch de Capanema, chefe da Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica, da função de fonte complementar com que muitas vezes foi abordada para estabelecer a trajetória da Comissão no âmbito das viagens científicas. Temos também o trabalho de Cláudio José Alves (2006) na área de História da Ciência, que apesar de ter o objetivo de delinear um “padrão estético próprio” de José dos Reis Carvalho nas obras por ele feitas no Ceará, procede apenas à descrição das aquarelas e algumas suposições sobre as opções estéticas do pintor. Por fim acaba caindo num certo anacronismo, ao avaliar tais obras como apreensões fidedignas da “realidade social”, que fortalecem “nossa identidade de povo brasileiro” (2006, p. 88). Em 2011, Paulo César dos Santos apresenta, a partir de uma abordagem transversal, uma análise dos temas e tipos observados

na produção colhida em campo e trabalhada pelos “científicos”, com suas estratégias e práticas discursivas de apreensão do espaço.

O que se percebe nestes trabalhos sobre a Comissão Científica, em maior ou menor medida, é a abordagem generalista do tema. Em alguns casos pode-se compreender esta abordagem dentro de uma retomada da Comissão como objeto de pesquisa, que começava a dar seus primeiros passos. Entretanto, identifica-se por vezes uma recorrência viciada de fontes, abordagem de fontes e mesmo de análises; a busca de uma visão total desta experiência acaba dessa forma esbarrando na impossibilidade de dar conta do complexo legado destes naturalistas e de sua viagem à província cearense. Há que se notar um hiato significativo entre a obra de Renato Braga, ainda hoje referencial, e os estudos e publicações realizados nos últimos anos, voltados para a publicação de documentos referentes à Comissão e estudos mais específicos. Muitos deles, entretanto, acabam praticamente repisando os passos e a tônica de Braga. Mesmo quando a proposta é focar no trabalho de um dos membros da Comissão, como por exemplo no caso de Alves (2006), percebe-se uma tendência a tergiversar e uma certa dificuldade em fazer uma análise mais profunda que contemple as relações entre arte e ciência nas obras pictóricas realizadas pela Comissão Científica.

Assim, a proposta do presente artigo é analisar o empreendimento da Comissão Científica não em termos de “erros” ou “acertos”, como colocam as interpretações feitas sobre a expedição na historiografia, mas dentro dos limites existentes no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Estado. Acredito que, mais do que formar coleções, a Comissão Científica era um projeto voltado para a articulação de diversos saberes obtidos a partir da experiência do deslocamento pelos sertões, como textos, coleções, desenhos e outros registros que buscam contribuir na formação de uma identidade social e espacial do Brasil. Considerando os limites do formato artigo, vamos nos concentrar na fase preparatória desta expedição científica.

4
Relatório dos Trabalhos
do Instituto no Sexto Ano
Acadêmico, pelo 2º Secretário
Perpétuo, Manoel Ferreira
Lagos. In *Revista do IHGB*, tomo
VI, 1844, p. 20-21.

5
Discurso do presidente do IHGB,
sr. Visconde de Sapucaí. In
Revista do IHGB, tomo XVIII,
1855, p. 480.

Ao retomarmos, por exemplo, a proposta da Comissão Científica de Exploração, referenciada no início deste artigo, é preciso destacar certos elementos a fim de tirar o episódio de sua “forma consagrada”. O próprio Renato Braga caracteriza o propositositor da Comissão como “vivo, laborioso, com capacidade de compor e redigir habilmente”, porém pouco afeito a catalogar e publicar seus escritos (Braga, 1962, p. 29). De fato, a memória sobre a viagem do conde de Castelnau, lida nas sessões do IHGB desde 1855 e que causou tal furor a ponto de suscitar um dos empreendimentos científicos mais vultosos do Império brasileiro, não chegou a ser publicada. E tal ausência soa mais estranha diante do Relatório dos Trabalhos do Instituto, que figura na edição de 1844 da *Revista do IHGB*.

Ferreira Lagos, então segundo secretário perpétuo, após dar notícias sobre a “afouta investigação” efetuada pelo cônego Benigno José de Carvalho, em busca de uma cidade antiga encravada nos sertões da Bahia – que, assim como a Comissão Científica, conhece a glória da expectativa e a condenação pela falta dos resultados esperados – lembra aos consócios a importância de o governo imperial seguir o conselho do naturalista bávaro Carl von Martius e apoiar comissões estrangeiras, como as dos “Srs. Conde de Castelnau, Visconde de Osery, I. G. Strain, e D. Pasquele Pacini”⁴, fazendo-os inclusive acompanhar de alguns jovens engenheiros e naturalistas nacionais que, uma vez praticando com distintos sábios, colheriam muitos esclarecimentos de que ainda careciam. O que, afinal, mudou no pensamento daquele que considerava Castelnau um exemplo a ser seguido no relatório de 1844 e do autor da memória que, segundo o presidente do IHGB, revelava uma “viagem inçada de inexatidões, crespa de erros e frequentemente adversária da verdade das cousas de nossa terra”⁵.

Diferente de Martius, que atribuía à influência da Corte Real (e seus desdobramentos no Império) o progresso e a civilização do Brasil, Castelnau fez em seu relato de viagem duras críticas à herança lusitana. O conde faz notar a burocracia das instituições,

a ausência das mulheres no convívio social, o trato brutal em relação aos escravos e o ódio aos estrangeiros como principais fatores do atraso da civilização em nossas plagas. A extrema indolência, segundo ele, contamina até os patricios que aqui permanecem por mais tempo, como um francês de nome Guilherme “antigo militar, grande literato e admirador entusiasta das doutrinas de Fourier, (...) que havia resolvido, segundo dizia, a partir de então, levar uma vida exclusivamente intelectual, embora condescendesse às vezes em passar a escova em cavalos ou mulas” (Castelnau, 2000, p. 46). Nem mesmo o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, “que passa por ser um dos homens mais instruídos do Brasil”, escapou à crítica mordaz do naturalista (Castelnau, 2000, p. 46).

O que se depreende deste episódio é que a Comissão Científica de Exploração foi formada, antes de tudo, como uma afirmação da legitimidade do poder imperial e de um tipo de historiografia engendrado no seio do IHGB. Ao lado de um amadurecimento do poder imperial, percebe-se um forte apelo romântico ao associar a viagem científica à busca simbólica de uma singularidade nacional, entendida como a essência de cada povo. Algo particularmente sensível para uma elite letrada que, visando alcançar economicamente as nações do Velho Mundo e da América do Norte em plena expansão imperialista, volta-se para a criação de uma brasilidade enviando seus sábios para as regiões inexploradas do sertão.

A Comissão mobilizou alguns dos intelectuais e naturalistas mais renomados da época, participantes ativos de uma comunidade acadêmica que vinha se estabelecendo no país ao longo do século XIX, apoiada em redes institucionais de ensino, pesquisa, belas-artes e formação de coleções arqueológicas e do mundo natural. Instituições como os já citados IHGB e o Museu Nacional, e outras como a Academia Imperial de Belas Artes, as Faculdades de Medicina, o Colégio Pedro II, a Escola Central, eram abertas e/ou mantidas pelo mecenato do governo, num processo iniciado desde a instalação da Corte

joanina na colônia americana e seguida após a independência por seus descendentes, Pedro I e Pedro II. Por seu turno, tal política era associada ao estabelecimento de novas nações e nacionalismos no cenário mundial, tanto na Europa quanto nas antigas regiões coloniais, tendo na história natural um aliado estratégico importante para reforçar a posse de novos territórios e para a descoberta de materiais e técnicas que ampliassem os ganhos na Revolução Industrial em curso.

Um dia antes de embarcar no vapor Tocantins rumo ao Ceará, o botânico Francisco Freire Alemão escreveu mais uma missiva para Carl Friedrich von Martius, naturalista bávaro que percorreu o país durante a Expedição Austríaca e dedicou o restante de sua vida ao estudo das plantas brasileiras. Responde à reclamação de seu correspondente sobre a demora em enviar avaliações dos fascículos da *Flora brasiliensis* e amostras de plantas de restingas e madeiras locais que, contrariando a ideia de Martius, “não são fáceis de obter por meio de um moleque ladino”. Relata-lhe sua atual situação profissional, jubilado da Escola de Medicina, mas chamado a reger uma cadeira de botânica, agora na Escola Central – frustrando o plano de estabelecer-se de vez no Mendanha, onde nascera. E só ao final do parágrafo anuncia-lhe estar “em véspera de uma grande viagem”.

A viagem de que trato é uma expedição científica que o governo manda a explorar algumas províncias do Brasil. Sobre o resultado dessa expedição nada quero adiantar, é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns moços a trabalhos ulteriores, e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro. Parece que a primeira província a explorar-se será o Ceará. Espero e confio em Deus que voltaremos, e que Vossa Senhoria será logo informado do que se fizer de bom ou de mau, grande ou pequeno⁶.

Anos antes, em carta a Giovanni de Brignoli, após discorrer sobre a extensão de nosso país e a escassez de sua povoação, fazendo com que consequentemente

7

Resposta à carta de Martius, em 20 de julho de 1844. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 117.

8

Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli, 30 de setembro de 1840. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 115 e 116.

comunicações entre as províncias fossem difíceis e as viagens, longas e dispendiosas, Freire Alemão diz ter em mente visitar as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, “(...) lugar do meu nascimento; [mas qu]e eu não tenho visto nem a vigésima parte de seu território”. Parece ser o máximo a que sua ambição e condições materiais então chegavam: uma excursão às províncias circunvizinhas da Corte. Além da dificuldade em acessar áreas de mata, que muitas vezes só se alcançam após derrubadas⁷, provavelmente o botânico faria esta viagem “longa e dispendiosa” por conta própria, como já era seu trabalho de coleta de espécies botânicas, cuja demora tanto incomodava Martius. Pois, justifica Freire Alemão, se tanto “os brasileiros se dão pouco à cultura das ciências naturais” quanto “os governos, que se sucedem rapidamente e sempre agitados pelos movimentos políticos, não têm tido repouso bastante para fazer o inventário do rico legado com que a Natureza nos dotou”, não é de admirar que as “riquezas naturais do Brasil fossem melhor examinadas e descritas pelos estrangeiros”⁸.

A despeito das potencialidades que o mundo natural oferecia nos sertões brasileiros e o sensível interesse de outras nações pela América portuguesa, que desde a abertura dos portos enviavam para cá naturalistas, comerciantes, diplomatas, religiosos, militares etc., a institucionalização e o apoio às ciências ainda caminhavam a passos lentos, num país que mesmo depois da independência se via às voltas com insurreições internas e ameaças externas, com a adoção da via republicana por nossos vizinhos latino-americanos. Entretanto, as “circunstâncias do país” nas décadas de 1850 e 1860 prometiam ser outras: o Brasil vivenciava as benesses do Gabinete de Conciliação e o monarca, entusiasta das artes e das ciências, incentivava e patrocinava instituições letradas e viagens aos sertões, alinhando tais pesquisas aos imperativos políticos, econômicos e estratégicos da nação.

Mesmo considerando o tom geralmente obsequioso e humilde de Freire Alemão, surpreende em princípio o tratamento “de aprendizado” dado à

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresden [n], 05/05/1857. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 219.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresden [n], 05/05/1857. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 219.

expedição. Não só pelos arroubos com que Manoel Ferreira Lagos a propôs, o apoio imediato do impedidor e o esmero que se vinha empregando na preparação das instruções de viagem e dos equipamentos importados da Europa – que incluía um vultoso acervo de livros científicos, material de acampamento, medicamentos, equipamentos de precisão, microscópios, produtos de preservação de espécies coletadas e até câmeras fotográficas. Percebe-se inclusive um clima de expectativa se formando na comunidade internacional, diante da possibilidade de uma expedição ao interior; desafiadora, mas rica em possibilidades. Em carta a Capanema, de 5 de maio de 1857, Gonçalves Dias, que se encontrava em Dresden na preparação da compra dos materiais da Comissão, comenta:

Só te devo dizer que o Sturtz com o seu costumado abelhudismo, pediu uns apontamentos relativos à tua comissão ao Dr. Gustav Ienzsch, de Dresden, que neste momento acabo de ler. Não sei que valor tem isso, mas o moço fez o que lhe pediu o Sturtz, e um pouco vexado de semelhante incumbência⁹.

Gonçalves Dias faz referência na carta a João Diogo Sturtz¹⁰, cônsul geral do Brasil na Prússia. O círculo de amizades que Dias buscava cultivar na Europa permitiu-lhe tomar conhecimento das indagações de Sturtz sobre a Comissão, que entretanto estavam longe de um mero “abelhudismo”. Sturtz encabeçava um grupo de empresários que tentava obter, desde 1837, a concessão para explorar a navegação a vapor nos rios Amazonas, Tocantins, Solimões, Negro e seus afluentes. O projeto apresentado à Câmara dos Deputados previa a introdução de linhas regulares de vapores na região, solicitando em contrapartida uma série de vantagens, como o privilégio de exclusividade da navegação por 40 anos, isenção de impostos de importação sobre quaisquer compras realizadas fora do País para manutenção da atividade e “a doação de todas as minas de carvão ou qualquer outro mineral que fossem descobertos nos

primeiros anos de atividade” (Gregório, 2009, p. 190 e 191, grifo meu).

Mesmo com a incerteza em relação ao projeto, que levaria mais de duas décadas para ser finalmente rejeitado pelo Senado, em 1864, fica clara a intenção de Sturz de se cercar do maior número de informações sobre os estudos geológicos a serem feitos pela Comissão Científica. Mesmo sem sabermos o teor dos apontamentos “encomendados” por Sturz (que poderia muito bem tê-los pedido diretamente à Capanema, já que ambos eram servidores do Império), tais informações poderiam levar a empresa a descobrir jazidas de carvão próximas à região amazônica antes do governo. Como a Seção Geológica também se ocupava da navegabilidade dos rios, poder-se-ia mesmo introduzir linhas a vapor no Ceará – estabelecendo de antemão nos contratos de concessão vantagens de exploração de minerais. Nas discussões na Câmara e no Senado, havia os que argumentavam que tais privilégios na navegação a vapor eram essenciais para o estabelecimento da atividade em regiões de difícil acesso. Por outro lado, a busca de informações “por fora” nos indica que o temor professado por alguns setores do Legislativo de que “um estrangeiro” como Sturz conseguisse tantas vantagens a ponto de fazer predominar interesses externos ao Império numa área estratégica não era de todo infundado.

No meio científico, Gonçalves Dias assevera ao imperador “que os jornais alemães se tem ocupado da nossa Comissão, e que eu pretendo deixar as cousas arranjadas de forma que possamos dar notícia dos seus trabalhos nas publicações alemãs, inglesas e francesas”¹¹. Em carta a Manuel de Araújo Porto Alegre, de 6 de agosto de 1859, Martius considera “(...) objeto da minha mais viva simpatia a expedição científica, que o governo brasileiro neste momento dirige para a exploração das províncias do norte, e espero que no Ceará, tão pouco conhecida província, já se colheram faustos imensos”. O naturalista bávaro pede-lhe então notícias a respeito do andamento da Científica para que possa comunicar a seu país “(...) o desvelo dos viajantes, cuja peleja

12
Carta de Martius a Porto Alegre. In: *Revista do IHGB*, actas das sessões de 1861. Tomo 64, p. 738-740. *

13
Carta ao Doutor Martius, 20 de janeiro de 1863. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 155.

contra perigos e incômodos não favorece uma correspondência comigo”¹².

Haveria aí uma queixa velada a Freire Alemão, por não conseguir obter dele as notícias botânicas que tanto ansiava? Somente em 20 de janeiro de 1863, o presidente da Comissão Científica retoma a correspondência com Martius. Relata-lhe ter recebido a carta de 12 de março de 1857, quando estava no Crato. “Não respondi de logo a ela, porque daquele lugar era fácil desencaminhar-se a minha carta; e depois que cheguei ao Rio de Janeiro, julguei melhor esperar algum tempo para acompanhar a minha resposta com a primeira publicação (...) da Seção de Botânica”¹³.

O que se percebe é que mesmo os cientistas não estão imunes a certas veleidades, e entre mesuras recíprocas e troca de plantas, as cartas também serviriam para jogos de esconder e revelar. Para Freire Alemão, como para qualquer outro naturalista de seu tempo, presidir uma expedição como a Comissão Científica representaria não um treinamento para jovens naturalistas, mas o coroamento de sua trajetória profissional, tendo como principal referência a importância que a viagem ao interior do Brasil teve para seu interlocutor bávaro. Levando-se em conta todos os esforços empregados por Freire Alemão para se inserir na comunidade científica mundial, desde publicações pagas do próprio bolso até a formação de uma extensa rede de correspondentes, esta postura reticente pode indicar nele um desejo mais ambicioso do que participar do trânsito de pareceres e amostras botânicas. Freire Alemão criava expectativas e atrasava notícias no fito de garantir que o Brasil não mais seria um mero fornecedor de espécies, enviando-se as plantas já devidamente classificadas. Um expediente para angariar reconhecimento intelectual e uma posição de protagonismo tanto para si quanto para o império do qual era ilustrado servidor.

Outras inquietações, entretanto, poderiam ter inspirado aquela postura acautelada da carta. As primeiras críticas ao projeto da Comissão Científica surgiram menos de seis meses após sua proposição. Uma das matérias de capa do *Diário do Rio de Janeiro* intitulava-se “A Comissão Exploradora e

Os senadores nesse período eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista triplíce, com candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Para o cargo, que era vitalício, somente podiam ser candidatos cidadãos natos ou naturalizados com idade mínima de 40 anos e rendimento anual acima dos 800 mil réis.

“A Comissão Exploradora e o Ceará”. *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de novembro de 1856, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

o Ceará”, fazendo considerações sobre as instruções de viagem redigidas por Cândido Batista de Oliveira. Ele e Manuel de Araújo Porto Alegre redigiram as instruções da Seção Astronômica e Geográfica e da Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, respectivamente, enquanto seus chefes estavam na Europa em busca de materiais para empreender a viagem.

Apesar de louvar a “inteligência tão vasta quanto esclarecida” de Oliveira, então diretor do Jardim Botânico e senador pela província do Ceará – ressaltando, com ironia, este representante vitalício de uma província “que tão espontaneamente o elegeu para advogar (...) a sua causa e os seus interesses”¹⁴ –, a matéria questiona o artigo 14 das instruções, que coloca como medida para combater as secas na região a sondagem para a instalação de poços artesianos. Ora, fontes artesianas atenderiam apenas o fornecimento de água para a população e os animais, desnecessárias numa província cujos povoados quase todos estão situados à margem dos rios, bastando cavar “dois ou três palmos de areia para rebentarem veias abundantes e inesgotáveis de água doce e salubre”. O flagelo da seca só seria aplacado com a “introdução de uma grande massa de água corrente e perene (...), [que] entretinha a umidade atmosférica, melhoramento que só por si bastará para conservação da verdura das matas, e por conseguinte para a extinção das secas”. A melhor solução seria canalizar o rio São Francisco para encher o leito do rio Jaguaribe. Afinal, o autor diz esperar que o “tão ilustre brasileiro a quem nos referimos não poupará nenhum dos imensos recursos de que dispôs para livrar a província que tão dignamente representa no parlamento, de um flagelo assustador que ameaça tragá-la nas voragens de um abismo, qual é a seca”¹⁵.

Na imprensa pululam manifestações acerca da utilidade ou desvantagem desse tipo de exploração, com destaque ora para o engrandecimento da nação pelo conhecimento, ora para os “imensos recursos” que mobilizam – e que melhor seriam aproveitados em outras necessidades do país. Para o bem ou para o mal, a Comissão Científica figura como referência nestas questões. Novamente o *Diário do Rio*

de Janeiro alerta sobre a inutilidade de enviar outra comissão para explorar o rio Tibagi, no Paraná, por já se conhecer de antemão suas inúmeras corredeiras e a pouca profundidade de seu leito (o que inviabilizaria fazer o trajeto em canoas), bem como o risco de expor os viajantes a caminhos com poucos recursos, em que é preciso “carregar os objetos em costas de animais, por cujo frete se pede grande quantia”. Destaca, porém, o papel aglutinador que se esperava da Comissão Científica, considerada mais proveitosa do que pequenas explorações. “Pois que o governo há de auxiliar essa comissão e lhe há de fornecer dinheiros, pois que essa comissão científica há de fazer aquilo que as comissões exploradoras foram encarregadas, é claro a todas as luzes o que deixamos dito”¹⁶.

Mesmo assim, denota-se no texto uma discussão há muito superada, em que o imperativo da exploração do interior já se sobrepõe a perigos e despesas, numa tradição iniciada com a ambiciosa (e trágica) expedição La Condamine (1735-1745), passando pelas viagens científicas de Alexander von Humboldt (1799-1804) e a realizada por Martius e Spix (1817-1820) – para ficarmos apenas em explorações na América do Sul.

Estes vastos conteúdos seriam conhecidos não por meio de linhas finas sobre um papel em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grandes rotuladas nas quais as entidades são inseridas. A totalidade finita destas representações ou categorias constitui um “mapeamento”, não só de linhas costeiras ou rios, mas de cada polegada quadrada, ou mesmo cúbica, da superfície terrestre (Pratt, 1999, p. 64).

Um mês antes, o Correio Mercantil iria na contramão, conclamando os cidadãos na festa do 7 de setembro a estimar e prezar o que é da pátria. Pátria esta que surpreende os que aqui vêm estudar nossos usos, costumes e grau de adiantamento, desvanecendo a reputação inferior pintada no estrangeiro. O artigo referia-se à recente partida no porto do

Rio de Janeiro da fragata Novara, trazendo os membros da comissão austríaca que fariam uma viagem de circum-navegação pelo globo, considerada a última grande expedição científica global do século XIX. Informa que a fragata voltaria ao Rio antes de aportar definitivamente na Europa, a fim de fazer permutas científicas com a nossa Científica, que a este tempo já haveria retornado à Corte. A comparação tanto das iniciativas quanto dos dois países reforça o valor de uma exploração em nossas províncias interiores.

*Este exemplo, dado por um governo absoluto, e que, como diz o vienense Saphir, está atrasado de um século, deve mostrar que não foi um plano absurdo o de mandar ao nosso interior uma Comissão Científica dirigida pelo sábio Dr. Freire Alemão. Se a Áustria colherá disso não pequenas vantagens, por que não tirará o Brasil igual ou maior proveito de uma expedição do mesmo gênero?*¹⁷

Nos dois artigos evidencia-se uma compreensão extremada do fazer científico; por um lado subestimado pela “inutilidade” diante de outras urgências, e por outro exagerando a capacidade de a comissão, por si só, equiparar o Brasil às demais nações civilizadas. Não se levava em conta que o historiador natural era guiado por demandas distintas de conquistadores e comerciantes – embora várias vezes tenha se associado a estes para alcançar regiões mais remotas e atuado como agente da expansão imperialista. Sua área de atuação era precisamente o sertão; e os conteúdos dessas massas de terra à água, cuja pujança e diversidade se impunham como verdadeiras barreiras naturais, quase intransponíveis, seu objeto de estudo. No meio de densas florestas ou entocada em áreas de caatinga poderia muito bem haver eldorados ou vestígios de civilizações tão antigas quanto os astecas, incas e maias, das quais os indígenas seriam “descendentes degenerados”. Ou, como destacara Manoel Ferreira Lagos em seu argumento a favor da Científica, a descoberta de uma simples folha ou animal que abrisse novos mercados ou rivalizasse

com os existentes era justificativa mais que suficiente para o investimento em viagens científicas.

Mesmo em condições ideais de financiamento, equipamento e pessoal, era impossível prever todos os percalços de um percurso. Ou, sendo a viagem bem-sucedida, garantir a descoberta de conhecimentos e produtos que pudessem ser utilizados a curto e médio prazo. Mas o que se observa na trajetória das ciências no Brasil, mesmo com os esforços empregados num reformismo científico desde finais do Setecentos, é que o investimento na formação de vassalos ilustrados, exploração do interior das colônias e divulgação de conhecimentos úteis não impediu que a constituição de redes de informação científica esbarrassem em entraves burocráticos, na influência ainda forte do catolicismo sobre o conhecimento, que conferia “à religião um caráter natural e à Natureza, um sentido religioso” (Costa apud Neves, 2012, p. 288), sem falar em certas tradições políticas e culturais, baseadas em relações de proteção e favores. Assim, “sem auditório capacitado para captar as mensagens de persuasão científica, sem estarem assegurados os mecanismos de difusão e popularização dos sucessos e achados, o trabalho dos cientistas perdia oportunidades de consolidação” (Cardoso apud Neves, 2012, p. 289).

A tradição instrumental herdada da monarquia lusitana ainda pesava na estrutura do Império — e, por conseguinte, sobre nossos naturalistas, que dependiam do seu financiamento. A presença desses naturalistas em várias instituições científicas do Império pode ser um indício não só de um projeto unificado, mas também da dificuldade de manutenção de quadros, tanto em relação a número de profissionais quanto de recursos, obrigando-os a atuar em mais de uma frente para complementar a renda. A comunidade de naturalistas emergente no Brasil também não era tão coesa quanto a fala de Lagos tenta colocar, dividida em interesses e ideias científicas distintas, quando não francamente conflitantes.

Comparativamente ao período anterior, as Ciências Naturais [em meados do século XIX], de modo geral, não tiveram presença marcante nesse projeto que consolidou a economia agrária, dependente e escravocrata brasileira. A outra “face da moeda” desse projeto, de institucionalização das Ciências Naturais no país, que se destaca foram as iniciativas da emergente comunidade científica que disputou, com relativo êxito, apoio político e mecenato imperial para cada uma de suas ações e de seus diferentes interesses (Lopes, 1997, p. 325).

Acredito que essa posição das ciências naturais no período seja menos de ausência do que uma dificuldade em colocar as projeções em prática, devido às circunstâncias do país, interpenetrada por ideologias e interesses. Isso pode explicar em parte o desapeço que a expedição aos sertões cearenses sofreu. Um exemplo disso são as desavenças, ocorridas ainda durante a fase de preparação da Comissão Científica, entre o chefe da Seção Geológica e o marquês de Olinda, então chefe do gabinete imperial e ministro do Império. Renato Braga atribui, apoiado na correspondência entre Capanema e Gonçalves Dias, o atraso na compra de materiais para a viagem na Europa e a postergação do retorno de Dias e Gabaglia para o início da Comissão a uma orientação do próprio Capanema, motivado por questões políticas e pessoais com o ministro. Além das reservas contra o velho regente, Capanema teria tomado as dores do cunhado, Araújo Porto-Alegre, quando este dirigia a Escola de Belas Artes. Olinda teria nomeado para a cadeira de Pintura Histórica “um substituto de pouca habilidade artística, grande, porém, nas artes de alcovitice”, desautorizando Porto-Alegre, que se demitiu do cargo. A história é relatada por Capanema a Dias, ressaltando ao amigo ser uma imprudência ir para o sertão enquanto Olinda fosse ministro.

Ora supõe tu que o velho Marquês quando estivermos lá no interior se lembre de repente que os cofres públicos não suportam tal expedição e sem mais nem mais nos suspenda? Ou que al[guns] caretas, armados

de [ilegível] saibam gan[har os] bons afetos do Exmo. Presidente do Conselho e que o Excelentíssimo descubra que nós somos insuficientes para dar conta da mão, e nos ordene aceitar uns tantos inconvenientes estúpidos, ajudantes, companheiros ou chefes? Etc. etc. etc. Não crês que quem salta por cima de uma lei para proteger um afilhado seja capaz de pular por cima de nós? E depois do exemplo citado devemos confiar ao I. [imperador] que por nossa causa certamente não fará questão de gabinete, pois que em nós não está de certo a salvação da pátria¹⁸.

O que se percebe no trecho acima é que, mesmo com as dúvidas que Capanema levanta, nesta e em outras cartas a Dias, em relação à possibilidade de realizar a expedição tal como foi projetada, diante das restrições de suporte dos cofres públicos e de um número insuficiente de naturalistas empregados, o geólogo quer evitar a todo custo a ingerência de gabinetes políticos sobre a Comissão Científica. O chefe da Seção Geológica consegue defender, simultaneamente, a construção do Estado Imperial e seus interesses, como membro de numa comunidade científica emergente, que malgrado “suas divergências e desacordos, e possivelmente capacidades científicas diferenciadas” (Lopes, 1997, p. 143) procurava se impor numa certa unidade. E também a posição frágil da ciência dentro deste projeto, quando Capanema considera que nem mesmo o imperador, entusiasta de primeira hora da viagem exploratória e seu amigo de infância, entrasse em questão com o ministro Olinda diante da posição baixa da Comissão na lista de prioridades do governo.

Entretanto, uma hipótese plausível é de que a desconfiança de intenções fosse mútua. Na coleção marquês de Olinda, sob a guarda do IHGB, encontra-se a cópia de cartas de Capanema a Gonçalves Dias, chefe da Seção Etnográfica, compreendidas entre 1858 e 1861, com comentários dos comissionados sobre a organização e os rumos da Comissão Científica. O manuscrito é atribuído pela instituição a um funcionário da Secretaria do Estado do Ministério do Império. Em carta a Capanema, de 15

de maio de 1857¹⁹, Gonçalves Dias havia alertado o amigo que as cartas dele chegavam à Alemanha abertas, e que o mesmo havia acontecido com a correspondência de Gabaglia. A suspeita era de que a violação ocorresse na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (onde Dias e Ferreira Lagos tinham cargos de oficiais) ou na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de onde eram despachados cartas e ofícios para a Europa. A carta segue dando conta de atrasos de meses no recebimento de ofícios do Brasil (o que teria, segundo Dias, atrasado a compra de material para a Comissão).

A viagem exploratória podia contar com o apoio de Pedro II, mas uma burocracia imperial, por mais centralizada, é composta por diversas demandas e interesses, dos mais relevantes para construir um projeto de Estado, aos mais iníquos em termos de inimizades e malquerenças. A vigilância dos passos de membros da Comissão via espionagem interna indicam um movimento na querela pessoal entre Capanema e Olinda, tanto que a “vingança” não tardaria. O gabinete de Olinda é dissolvido em dezembro de 1858, e Capanema pode finalmente desfazer os entraves para a viagem. Olinda, entretanto, volta ao cargo de ministro dos Negócios do Império em 1862 e inicia uma investigação para apurar “escândalos e desmandos provocados por Guilherme Schüch Capanema”. Aparentemente, a investigação e o relatório resultante (que também se encontra na Coleção Marquês de Olinda) não tiveram maiores consequências, mas são um dado relevante para divisar a rede de intrigas. Pode denotar também uma preocupação motivada por um confronto de gerações, no tocante a iniciativas científicas. Conservador, sócio honorário do IHGB e participante ativo da política brasileira desde 1819, ao marquês de Olinda tais iniciativas de prospecção e formação de coleções, distante do pragmatismo das ciências de seu tempo de formação, poderiam parecer pouco confiáveis ou úteis.

Enfim, entre projeções e tropeços, gostaria de localizar a iniciativa da Comissão Científica de Exploração num período de transição de um fazer

científico institucionalizado. Se, nas palavras do próprio Gonçalves Dias no proêmio dos *Trabalhos da Comissão Científica*, apresentava-se ali tão somente “um leve bosquejo histórico (...), seguido dos relatos sumaríssimos dos trabalhos de cada uma seção”, era porque um estudo mais detido das coleções, notas e observações obtidas no Ceará era “negócio de meditação e tempo”. E cita como parâmetro a mesma expedição austríaca (1856-1859) que aportara na Corte na época em que a iniciativa da Comissão do Ceará fora aprovada, e que àquela altura (1862) ainda não havia apresentado os resultados da viagem.

Uma comissão idêntica, organizada pelo governo austríaco, e que há anos aqui esteve no Rio de Janeiro, na fragata Novara, viajando com outras comodidades, que não teve a Comissão brasileira, e hoje de volta à Europa, habilitada e dispondo de outros recursos, que estamos muito longe de possuir, para a mais pronta execução e apresentação dos seus trabalhos, pediu para isso quatro anos; e esse prazo mínimo, reclamado pela Seção Etnográfica, a cargo do ilustre Sr. Dr. Carlos Schertzer, a ninguém pareceu excessivo (Dias apud Braga, 1962, 159-160).

Conclusão

Se as sonhadas jazidas de ouro e metais não passavam de miragem ou se não foi possível catalogar e publicar os resultados da expedição, a Científica foi uma iniciativa marcante num movimento de reforma e consolidação das ciências naturais no Brasil, protagonizada pelo então Museu Imperial (atualmente Museu Nacional). Se o IHGB centrou seu papel nas diretrizes a orientar o projeto de uma exploração nacional feita por nacionais, o objetivo primeiro da iniciativa, explicitada na proposta de Lagos, é a formação de coleções para o Museu, feita por naturalistas com fortes laços com a instituição. Tanto que as espécies coletadas, a biblioteca, os instrumentos e materiais utilizados na viagem ao Ceará foram incorporados pelo Museu, implicando num salto qualitativo nas coleções e atividades do Museu Nacional dali em diante. Também terá um relevante papel

simbólico, na medida em que a exploração científica empreendida por estes homens, “debaixo da imediata proteção do imperador”, permitiriam a construção de saberes e a coleta de novas fontes para a escrita da História do Brasil, capazes tanto de conjurar conflitos territoriais que ameaçavam a unidade do Império quanto traçar uma genealogia da Nação (Ferreira, 2006, p. 278).

Bibliografia

- Alves CJ. *Ciência e arte em José dos Reis Carvalho: a pintura na Comissão Científica de Exploração do Ceará (1859-1861)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP, 2006.
- Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- Castelnau F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, Itataia, 2000.
- Silva Dias MOL. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005.
- Dias AG. “Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Parte Histórica (Proêmio)”. In Braga, R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- Ferreira LM. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 13, n. 2, Rio de Janeiro, abril/junho, 2006.
- Gregório, V.M. “O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 19 (1), janeiro-abril de 2009, p. 185-212.
- Kury L. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In Heizer, A. e Videira, A. A. P. (org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- Kury L. (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2009.

- Lopes MM. Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, volume III, março-junho de 1996.
- Lopes MM. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- das Neves GP. “Natureza, ciência e política no mundo luso brasileiro de inícios do século XIX. In: KURY, Lorelai e GESTEIRA, Heloísa (orgs.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012, p. 281-291.
- Oliveira Filho SWC. “Estranho em terra estranha”: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.
- Pinheiro R. *As Histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2002.
- Alegre MSP. *Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza, Museu do Ceará/ Secult, 2003.
- Pratt ML. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- Silva Filho, ALM. Nota Explicativa. In ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

Data de Recebimento: 12/08/2014

Data de aprovação: 03/11/2014

Conflito de Interesse: Nenhum declarado

Fonte de Fomento: Programa Reuni de Orientação e Operacionalização da Pós Graduação Articulada à Graduação (PROPAG).

Pensamento social e linguagem n'Os Sertões de Euclides da Cunha: entre a ciência europeia e a experiência sertaneja

Social Thought and Language in Os Sertões (Euclides da Cunha): between European science and northeast Brazil hinterland experience

Alberto Luiz Schneider¹

¹ É graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fez pós-doutorado no King's College London e na Universidade de São Paulo (USP). Foi professor convidado na Tokio University of Foreign Studies e professor temporário da USP. É autor de *Silvio Romero Hermeneuta do Brasil* (Annablume, 2005). Atualmente é professor do departamento de história da PUC-SP.

Resumo

O artigo explora o pensamento social e a linguagem – inclusive o estilo – d'*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, procurando discutir a maneira como a ciência – e os determinismos daí derivados – foram reconfigurados quando postos em contato com a experiência histórica da guerra de Canudos, gerando um livro complexo e sofisticado que, desde seu lançamento até hoje, permanece no cânone literário brasileiro.

Palavras chaves

Euclides da Cunha, *Os sertões*, raça, cientificismo, linguagem, estilo.

Abstract

The article explores the social thought and language – including the style – d'Os Sertões of Euclides da Cunha, trying to discuss how science – and thus determinism derivatives – were reconfigured when brought in contact with the historical experience of war Canudos of generating a complex and sophisticated book that, since its launch until today, remains in the Brazilian literary canon

Euclides da Cunha não estava sozinho na desilusão com a República que foi se enraizando logo após a Proclamação. Em 1890, Silva Jardim, o grande tribuno da causa republicana, que não conseguiu ser deputado constituinte naquele ano, desapareceu em 1891 de forma misteriosa, na Itália, ao cair numa fenda do Vesúvio. Raul Pompeia suicidou-se no natal de 1895, uma semana após ter sido demitido da Biblioteca Nacional. Em 1909, Euclides, homem versado em livros, mapas e pranchetas, de arma em punho, revive um duelo medieval com Dilermando, um profissional das armas, pois era cadete do Exército. Foi para matar, mas talvez quisesse morrer. (Hermes, 2002).

Keywords

Euclides da Cunha, Os sertões, race, scientificism, language, style.

O homem

Euclides da Cunha (1869-1909) foi um homem incomum, retorcido como a caatinga que descreveu. Indisciplinado, mas de formação militar. Cientificista, mas narrador de verve poética. Intelectual, mas avesso ao *chiquismo* da Rua do Ouvidor. Criativo, mas frustrado. Engenheiro militar e militante republicano, Euclides escreveu um dos livros mais enigmáticos da história intelectual brasileira: *Os sertões* (1902).

Rebelde, o jovem Euclides, em 1888, atirou sua espada aos pés do ministro da Guerra do Império como um ato de protesto republicano. Crítico feroz do utilitarismo cada vez mais comum na República pela qual militara e logo se desiludira. A República que esmagou Canudos, em 1897, foi também aquela que esmagara suas esperanças. A Canudos que emergiu de sua imaginação – científica e poética – seria, por um lado, uma seita fanática, sobrevivência de um passado eivado de atavismo, de uma gente mestiça e “desequilibrada”, ameaçada pela implacável civilização; mas, por outro lado, o homem do sertão, mestiço e rude, seria “antes de tudo um forte”, a própria “rocha viva da nacionalidade”, como se verá adiante.

Esse homem trágico, que viveu uma vida privada infeliz, morreu pelo gatilho ágil de Dilermando de Assis, o cadete do exército que fora o amante de sua esposa, de quem ela engravidara, em uma de suas longas ausências. Euclides – o mesmo que narrou a vida e a morte de Canudos, e que não deixou de simpatizar com os sertanejos, ainda que os considerasse retrógrados – foi também um homem de Estado, interessado em pensar o Brasil. Os seus leitores (ou interlocutores) estavam na elite letrada do seu tempo. Embora escrevesse para o poder, Euclides dedicava àquela República o mais sincero horror, como outros republicanos radicais de sua geração².

Euclides da Cunha foi nômade, nota Frederic Amory, em *Euclides da Cunha: Uma odisséia nos trópicos*. Para o autor, há correlação entre o nomadismo

do menino Euclides, que passou de tio em tio, após a morte precoce de sua mãe, e o nomadismo profissional do adulto – militar, jornalista, engenheiro, professor, sempre insatisfeito e desconfortável. O próprio pai do escritor, Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, em carta ao filho, datada de 16 de dezembro de 1906, censura a incapacidade de Euclides de se estabelecer e cuidar das responsabilidades que se esperava de um homem de certa posição social. Diz Amory (2009), “o pai tardiamente admoestou-o sobre sua presteza em viajar para qualquer lugar, numa missão qualquer, sem se preocupar com o sustento e o cuidado da esposa e dos filhos, ou do velho pai”. Euclides, ainda segundo Amory (2009), era assaltado pela imagem de uma mulher vestida de branco que misteriosamente lhe visitava. Teodoro Sampaio, amigo do escritor, chegou a afirmar que Euclides “talvez fosse um doente imaginário” (Amory, 2009).

Esse homem atormentado escreveu um livro que até hoje assombra a consciência brasileira. A memória d’*Os Sertões* de certo modo se confunde com a de Euclides da Cunha. Quando se pensa em sua obra, imediatamente remete-se ao autor. Criador e criatura parecem não se distinguir, como se fizessem parte de uma unidade. O próprio Conselheiro – minuciosamente retratado – nos remete a Euclides. Ambos foram traídos por suas mulheres, mas foram amados e cultuados por legiões de admiradores. E também foram odiados. Ambos possuíram uma verve talentosa: o velho sertanejo pregando um catolicismo antigo, prenhe de imagens medievalizantes e metáforas sebásticas; e o jovem intelectual escrevendo, tomado de poesia e ciência, de nacionalismo e beletrismo. À sua maneira, tanto Euclides como o Conselheiro levaram às últimas consequências seus ideais. Ambos embrenharam-se Brasil adentro. E, de certo modo, perderam, cada qual a seu modo. Mas nunca mais foram abandonados, nem pela história, nem pela literatura, vencendo o esquecimento³.

A obra de Euclides é fruto de multiplicidades de experiências, que vão da formação intelectual até a sensibilidade estética do autor, do clima de época à própria historicidade do Brasil daquela virada de

É importante notar que o polonês Gumpłowicz não teve a mesma importância no panorama intelectual da época, tal como tiveram Darwin, Spencer ou Renan, mas foi mencionado por Euclides várias vezes. O livro de Gumpłowicz *Struggle of the races* (Tradução inglesa de *Der Rassenkampf*, originalmente publicada em 1883) milita em favor do darwinismo social das noções de evolução, seleção natural à esfera social. (Murari, 2007).

século. Não se pode esquecer que o livro nasceu de uma viagem de apenas 16 dias ao sertão da Bahia, em 1897. Euclides havia escrito dois artigos de jornal, intitulados “A Nossa Vendaia” (Abreu, 1998, p.07), o que lhe proporcionou o convite de *O Estado de S. Paulo* para acompanhar *in loco* a guerra. As notas da viagem ao teatro (trágico) dos acontecimentos, somadas à pesquisa que certamente fez foram reescritas e estilizadas, gerando em 1902 uma obra singular: *Os sertões*. O jovem e desconhecido autor publicou o livro que mudaria a sua vida, garantindo-lhe um lugar de destaque no cânone literário brasileiro. Desde então, *Os Sertões* nunca mais deixou de povoar as cabeças ilustradas do país, a começar por uma imediata repercussão⁴.

O tempo

Entre 1870 e os primeiros anos do século XX, o Brasil havia passado por um período de intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. A Monarquia e a Escravidão foram abertamente contestadas, sobretudo por jornalistas, intelectuais, escritores, médicos, advogados, setores médios menos dependentes do latifúndio. O final do século XIX, em todo o mundo ocidental, foi um período de intensa sensibilidade nacionalista, em que os debates intelectuais sobre as supostas qualidades intrínsecas das “raças” humanas estavam na ordem do dia. No Brasil, como não poderia deixar de ser, os termos “raça”, “povo”, “nação” e “natureza tropical” compunham um vocabulário quase inescapável às discussões políticas do período. A “geração modernista de 1870” – segundo a expressão de Antonio Candido (1963) – dialogou e deixou-se impactar pela vida intelectual europeia da segunda metade do século XIX, marcada por um momento decididamente antiespiritualista e antimetafísico. Nesse período, as influências de autores como Comte (1798-1857), Darwin (1809-1882), Spencer (1820-1903), e Buckle (1821-1862), Renan (1823-1892), Taine (1828-1893) Haeckel (1834-1919) e Gumpłowicz⁵ (1839-1909) acionaram o determinismo, caracterizado pela adoção dos princípios constitutivos das ciências naturais, do saber empírico e da

6

A bibliografia sobre o tema é ampla: Ver principalmente: Sevcenko N. *A Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985; Ventura R. *O estilo tropical: história intelectual e polêmica literária no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; Abreu R. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funarte, 1998; Maio MC, Santos RV (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996; Skidmore TE. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; Schwacz LM. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Stepan NL. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005; Seyferth G. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

7

Ver: Sousa (2013).

mentalidade experimental⁶. As noções de “meio, raça e momento”, recolhidas em Taine, foram empregadas, com variações e ênfases diversas, por boa parte dos intelectuais brasileiros da época, como Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Araripe Junior, mas com notáveis exceções. Não se pode esquecer que os autores europeus, nem os escritores brasileiros que comparilhavam dessas ideias, compunham uma unidade; ao contrário, havia divergências de toda ordem. Mas, convém ressaltar que a República e a abolição da escravidão estavam associadas aos ideais progressistas, modernizadores e civilizatórios, e que o discurso científico foi elevado à condição de demiurgo, autêntico símbolo da vitória do novo contra o velho, o que se ajustava à temporalidade futurista da modernidade oitocentista, calcada sobre as noções de evolução e progresso (Blanckaert, 2004).

Durante toda a vida adulta de Euclides, o Brasil debateu-se com um monstro que habitou as consciências letradas de seu tempo: a inexorável condição mestiça do país, cujo único “branco”, no dizer jocoso do conde francês Arthur de Gobineau, teria sido o próprio Imperador⁷. Esses homens de letras – parte expressiva deles egressos das classes patricias – haveriam de ler, ávidos, o relato euclidiano sobre a Guerra de Canudos, um movimento em que os mestiços dos sertões enfrentaram o Exército da República com espantosa ousadia e competência, resistindo até o último homem.

Euclides da Cunha viveu um tempo de fortes apelos nacionalistas, o que ao menos em parte explica o pessimismo que grassava entre as elites brasileiras, afinal como poderia o Brasil ser um país próspero, moderno e civilizado com as gentes que dispunha? No auge do prestígio das teses racialistas, a presença de uma vasta população negra e uma vastíssima gama de mestiços de todos os tons atormentou o espírito (de classe) e mobilizou a consciência (racista) de boa parte das inteligências da época. Fenômeno que abarcou inclusive intelectuais progressistas, como Euclides da Cunha, que logo se desiludiria com a República liberal, mas oligárquica e conservadora,

8

Entre os grandes intelectuais do período, a Abolição era praticamente um consenso, mas não a República. A lista de monarquistas ilustrados é extensa, a começar por Machado de Assis e o Barão do Rio Branco, mas também Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Eduardo Prado, entre outros.

9

Sobre Manoel Bomfim e Euclides da Cunha, ver: Kropf S. (1996) e Ventura R. (1996).

10

Manuel Bomfim – em *América Latina: males de origem*, livro de 1905 – foi um dos poucos intelectuais a descartar a noção de “raça” como um problema, preferindo questionar o passado colonial ibérico e o desprezo pela educação e a ciência. Bomfim criticou a mentalidade aristocrática e formalista das elites ibero-americanas.

que Sérgio Buarque definiu como o verdadeiro “império dos fazendeiros” (Holanda, 1983).

Na geração letrada a que Euclides da Cunha pertenceu – formada por intelectuais abolicionistas e republicanos, mas não apenas⁸ – a questão da “raça” era recorrente. A aceitação de teses científico-racialistas, baseadas na suposta superioridade da “raça branca” representou um problema de grandes proporções, pois embargava a confiança de grande parte dos intelectuais brasileiros no futuro do país, com raras exceções, como Manuel Bomfim, em *A América Latina, males de origem* (Bomfim, 1905). Embora Euclides comunge do credo cientificista, diferentemente de Manoel Bomfim, ambos eram vozes dissonantes e não compartilhavam do que Silvio Romero chamou de “chiquismo da Rua do Ouvidor”⁹.

A junção tensa entre raça, mestiçagem e ciência foi um dos temas mais recorrentes no debate sobre a modernidade não apenas no Brasil, mas também em outras sociedades multirraciais, especialmente nas Américas (Stepan, 2005). A noção de “degeneração” das populações mestiças, desde a segunda metade do século XIX, foi comum entre cientistas, viajantes e intelectuais, cujas crenças racialistas condenavam os países formados por uma acentuada heterogeneidade étnica. A *intelligentsia* latino-americana e brasileira, inclusive, ou principalmente, deixou-se afetar – com algumas exceções – pelas teorias raciais vindas da Europa, procurando elaborar soluções locais para suas complexas sociedades multirraciais¹⁰. Euclides da Cunha partilhou dessa tradição intelectual, como se vê já no começo do livro:

[...] intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar dos futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e a deplorável situação mental em que jazem, as tornam, talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento antes as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias

11
Ver: Blanckaert (2004).

12
Romero S. "Academia Brasileira de Letras: Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção de Euclides da Cunha". In: *Provocações e Debate: contribuição para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.

13
Sobre a crítica em fins do século XIX, princípio do XX, ver: Weber (1997) e Guimarães (2004).

que começam a invadir profundamente a nossa terra (Cunha, 1995, p.7).

O século XIX foi marcado, intelectualmente, por um organicismo sociológico cujos vasos comunicantes com o naturalismo eram pronunciados. Esse fundo epistemológico tende a ver o pesquisador (sujeito que pesquisa) e o pesquisado (objeto da investigação) como instâncias separadas; postura "positivista" que marcou o nascimento das ciências sociais, o que implicaria em um projeto político destinado a administrar as populações e gerenciar os espaços públicos. Euclides da Cunha é, claramente, herdeiro dessa cultura intelectual¹¹.

Da repercussão

Nos sete anos que separam a publicação d'*Os sertões*, em 1902, e sua morte trágica, em 1909, o livro de Euclides ganhou três novas edições. Sílvio Romero, um dos mais importantes críticos literários da época, dissera que: "De Euclides da Cunha pode-se dizer que se deitou obscuro e acordou célebre"¹². *Os Sertões* atingiu 10 mil exemplares vendidos apenas naqueles poucos anos. Hoje, livros de pretensão intelectual raramente atingem a marca alcançada por Euclides da Cunha há um século, o que dá a dimensão do sucesso retumbante da obra, que continuaria a ser publicada durante todo o século XX, e ainda hoje é envolta numa atmosfera de prestígio, quando não alçada à condição de monumento da nacionalidade. Independente das qualidades da obra, o livro adquiriu uma força simbólica que transcende sua condição eminentemente intelectual (Nascimento, 2003).

Num primeiro momento, a consagração d'*Os Sertões* pode ser compreendida a partir do "espírito do tempo", eivado de sensibilidade nacionalista e vontade realista, daí a força do naturalismo e das perspectivas científicas na crítica literária então predominante¹³. O livro de Euclides de algum modo atendeu a essa agenda, ao descrever o que se poderia ser definido como "realidade sertaneja", a partir de modernos métodos científicos. Era a ciência a serviço da literatura (Abreu, 1998a). Essa

perspectiva foi decisiva para catapultar o livro à condição de monumento das letras pátrias, já pelos seus contemporâneos.

Sílvio Romero, ao discursar na posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em 1906, pronunciou um discurso inflamado, em que se pode apreender o sentido político da recepção de *Os Sertões*, pois reúne o elogio ao livro à crítica contra as condições políticas e sociais do país. Na frente de ninguém menos que o Presidente da República, Afonso Pena, Romero afirma que a República havia restabelecido os governos oligárquicos nos Estados, “governichos criminosos”, dos quais o país só se livraria por meio de uma revolução violenta. Para ele, o Brasil passava por uma evolução social desencadeada pela Abolição, mas a República teria comprometido a possibilidade de uma verdadeira revolução, impossibilitando a superação do legado colonial. Romero, não satisfeito, foi ainda mais radical, ao afirmar que a elite intelectual brasileira (a qual ele se referia jocosamente como crítica indígena), leu mal *Os Sertões*, elegendo a linguagem e as imagens literárias como um modo de esconder a radicalidade da crítica, pois Euclides da Cunha teria sido um escritor que sabia não apenas empregar pronomes, mas ter ideias e pensar o Brasil. Para Romero, *Os Sertões* é retratado:

(...) como um trabalho de sociologia – não como obra exclusivamente literária ou como panfleto político – voltado para a descrição da população de trabalhadores que sustenta materialmente, segundo ele, os embevecimentos de uma elite chique, ociosa e disposta nas magníficas cidades da franja litorânea brasileira (...) a intelectualidade local, para exorcizar a denúncia que contém, definiu a obra [Os sertões] como arte literária: (...) a crítica indígena (...) não vos compreendeu cabalmente. Tomou o vosso livro por um produto meramente literário (...). Viu nele apenas as cintilações de estilo (...) considerou-o ao demais como uma espécie de oposição política (...). Vosso livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos inquietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo (Romero, 1910, p.365).

Euclides da Cunha, aparentemente, não tinha padrinhos – recusava-os. Não tomava parte nos grupos intelectuais elegantes que frequentavam os cafés da Rua do Ouvidor, liderados por Machado de Assis, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e muitos outros. Quando o Presidente Floriano Peixoto, em 1893, recebeu Euclides no Palácio – talvez como uma homenagem a rebeldia do jovem cadete que havia se sublevado contra a Monarquia – perguntou-lhe que cargo gostaria de ocupar no governo. O engenheiro recém-formado respondeu que queria que fosse cumprida a lei, ou seja, um ano de estágio na Central do Brasil. Euclides – mais jacobino que o líder dos jacobinos – simplesmente detestou o Presidente. E assim se referia a ele, anos mais tarde, em *Contrastes e Confrontos* (1907):

O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas; cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. Subiu, sem se elevar – porque se lhe operara em torno uma depressão profunda (Cunha, 1975).

Não é o objetivo deste artigo investigar de modo mais profundo a recepção d'*Os Sertões*, mas convém notar, como lembra a pesquisadora Regina Abreu, que o livro foi assumindo na vida cultural brasileira um papel de “obra sagrada” e “bíblia da nacionalidade” (Abreu, 1998, p.22-24). Já a figura de Euclides foi revestida de ar heroico, desempenhando “funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário” (Abreu, 1998, p.23). Essa construção remonta às primeiras resenhas de Araripe Junior e José Veríssimo, passando pelo discurso de Silvio Romero na recepção de Euclides na Academia Brasileira de Letras (1906), chegando aos elogios fúnebres de Coelho Neto e Edgar Roquette-Pinto (1909). No início da década de 1950, Getúlio Vargas, ao visitar Canudos, quando da construção da Usina de Paulo Afonso, deixou-se fotografar com *Os Sertões* de baixo do braço. Juscelino Kubitschek, às vésperas da inauguração de Brasília, cita Euclides da Cunha,

colocando-se como o presidente-pioneiro, desbravador dos ermos profundos do Brasil. Euclides era apresentado como “o novo bandeirante de uma nova entrada para a alma da nacionalidade brasileira” (Abreu, 2009). Ana Maria Roland também chama atenção para a junção de uma recepção que identifica o texto euclydiano como “poema épico” e “crônica história” da formação brasileira (Roland, 1997, p.160).

Em *Os Sertões*, a ciência racialista (europeia) herdada da segunda metade do século XIX, que será abordada adiante, ocupa um lugar importante, mas a recepção da obra euclidiana elegeu como “lugar da memória” a dimensão literária do texto e certa sensibilidade nacionalista que perpassa à obra.

Estilo, ciência e linguagem

O arcabouço d'*Os Sertões* é conhecido. O autor narra o confronto de um movimento messiânico, milenarista e sertanejo. Entre 1896 e 1897 Antônio Conselheiro lidera 30.000 pessoas, provenientes de todo Nordeste brasileiro. Canudos chega a ser a segunda maior concentração urbana da Bahia formada por cearenses, pernambucanos, baianos, alagoanos que para a região convergiram. Após quatro expedições, finalmente o movimento é derrotado pelos melhores equipamentos militares de que o Brasil dispunha.

O livro está dividido em três partes: A Terra, O Homem e A Luta.

A Terra é narrada a partir da constituição geológica do continente americano. Envolve a flora, a fauna, o clima e, claro, o fenômeno da seca. Isso constitui o sumário da primeira parte. No capítulo *O Homem*, Euclides trata do povoamento, da miscigenação e das raças que o compuseram, fundindo história e biologia, segundo a tradição intelectual organicista do século XIX. *A Luta*, é a última parte do livro, a mais longa e a mais dramática. Euclides pretendia uma narrativa da guerra, seca, sem ardis literários.

A Terra é a analogia do sertanejo, dura, seca, espinhenta, mas protetora. Só penetra em suas entranhas quem a conhece. Nos mandacarus e outros cactos ficam farrapos das fardas dos soldados,

punindo-lhes a intromissão. As cabeça-de-frade – um cacto redondo, espinhento, de flor vermelha – faz lembrar a Euclides as cabeças decepadas da guerra. Uma guerra sem prisioneiros, pois degolados.

No capítulo *O Homem*, Euclides descreve os mestiços do Brasil do interior – de três raças em guerra-e-paz, em três séculos de história – com a cabeça povoada pela antropologia biológica, europeia, de seu tempo. O cientista letrado condena as “gentes cruzadas”, “degeneradas” e “neurastênicas” do Brasil profundo, mas absolve o homem do sertão de juízo mais severo.

A instalação da República destampou uma série de insatisfações. No Brasil inteiro pipocaram revoltas. A Guerra de Canudos foi o maior desses movimentos. A República se consolidou com um banho de sangue, para o qual o Brasil se mobilizou. Um terço do efetivo do exército nacional estava alocado no sertão da Bahia, cujos soldados e oficiais provinham do Rio Grande do Sul ao Pará.

Antes da Guerra, os jornais do Rio e de São Paulo consideram Canudos uma conspiração monarquista, cujo objetivo seria restaurar o Império. Terminada a Guerra – que Euclides assistiu *in loco*, como correspondente do *O Estado de S. Paulo* – foi possível perceber aquela experiência de outro modo.

Euclides da Cunha foi para o sertão da Bahia com a mesma cabeça dos seus pares do Rio e de São Paulo que, como ele, pertenciam às classes altas, lidas e políglotas. Ele – um republicano exaltado e radical educado na escola de engenharia do Exército – foi para Canudos para ver de perto “a conspiração monarquista”, que fatalmente significaria um retrocesso para o país. Não foi o que viu. Ainda em solo baiano Euclides começa, aos poucos, a mudar sua percepção. Ao voltar da Guerra, finda em 1897, começa a estudar a história do Brasil e de seu povoamento. O engenheiro passa a ler sobre antropologia, sociologia, psicologia social. Queria entender o homem, de modo científico, bem ao estilo positivista de fins do século XIX, com suas típicas considerações sobre as raças, as supostas inconveniências da miscigenação, entre outros legados do darwinismo social¹⁴.

Na Europa de fins do século XIX surgiram traduções rebuscadas de Homero, bem como dos demais textos trágicos gregos, em que se primava pela sofisticação das formas, que iam desde a construção da frase até a grafia dos termos. Segundo Jorge Coli, Euclides da Cunha escreveu uma epopeia decadentista¹⁵. Gosto decadentista que se esmerava no emprego de formas elegantes para descrever sangue, sexo, violência, podridão e outros aspectos da sordidez humana. Quem quer que empreenda a leitura d'*Os Sertões* há de notar o estilo tortuoso, gramaticalmente rebuscado e ricamente adjetivado da escrita, ornada com toda a terminologia científica da época, até o limite do esdrúxulo. Euclides não poupa os leitores dos detalhes mais cruentos da guerra.

Em conformidade com o espírito positivista de fins do século XIX, ele busca o relato preciso, a decifração da natureza (inclusive humana). Do compromisso com a ciência, evidenciado na linguagem e patente no arsenal teórico, preside a narrativa. Junto à fúria cientificista, há um elemento redentor, como uma espécie de verdade revelada, na qual emergem os homens de Canudos, seus valores, sua coragem, seus deuses, suas misérias e grandezas. Todos esses elementos representados enquanto verdade transcendente, religiosa, complexa e grandiosa, mais que uma mera verdade positiva, científica, rebaixada ao humano. Sua escrita instaura o mundo por meio do encontro do estilo e do conceitual. O estilo, aqui, não é retórica, invólucro ou verniz, mas fundante, capaz de fazer emergir a história e a geografia, a etnologia e a ecologia. O estilo alimenta a interpretação e não se dissocia da interpretação. Nesse sentido, a narrativa de Euclides lembra o romantismo histórico de Jules Michelet e a alta qualidade estilística de Ernest Renan, autores franceses que Euclides provavelmente leu, o que era comum entre os brasileiros letrados de seu tempo. Certa dimensão épica afeta o estilo de Euclides da Cunha n'*Os Sertões*. Épica da ciência, da miscigenação, das três raças, da guerra. Mas uma épica antes trágica que faustosa:

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara, conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranqüilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando denodo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares (Cunha, 1995, p.373).

A percepção do autor, hoje caduca, é revigorada pela potência da palavra, rigorosa e poética, subvertendo o próprio texto e permitindo múltiplas ressignificações e aproveitamentos. A palavra ilumina o particular, contradizendo a generalidade daquela ciência, hoje esquecida, como sugere sua leitura do sertanejo.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gíngame e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura geralmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de

De acordo com o depoimento do repórter Alfredo Silva, do jornal *A Notícia*, Euclides, ainda em Monte Santo, observava com precisão a natureza à maneira de um viajante-naturalista. Sobre isso, ver: Ventura (1998).

cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável (Cunha, 1995, p. 129).

O estilo “decadentista” emprestou uma linguagem ajustada à vida e à obra de Euclides, cujo texto narra a desventura de uma guerra que opôs os mestiços dos sertões profundos do Nordeste brasileiro aos mestiços do litoral a serviço do Exército, expondo nos confins da Bahia o drama de um país inteiro. *Os Sertões* foi capaz de tocar uma multiplicidade de questões que vão do econômico-social (o latifúndio, a pobreza) ao político (a República e seus limites), do intelectual (o cientificismo, o naturalismo, o decadentismo) ao religioso (o messianismo, o catolicismo popular). Por essas e outras razões, *Os Sertões* é um dos documentos fundamentais da história do Brasil, reflexo e reflexão de um país carregado de temporalidades polissêmicas e contraditórias.

A narrativa de Euclides da Cunha – apesar da linguagem trabalhada, com clara intenção literária – fundamenta a legitimidade de seu discurso na autoridade de quem presenciou os acontecimentos, como um viajante que observa a cena em questão. E nisso dialoga implicitamente com a tradição dos relatos de viagens e das expedições científicas. Tradição que remonta a Alexander Von Humboldt¹⁶. Euclides filia-se, argumenta Fernando Nicolazzi, “a uma tradição extensa de representação do real”, em que o narrador se pleiteia “a sinceridade do relato, o desenho correto dos eventos sem, todavia, fazer perder seu colorido e, por conseguinte, sua própria realidade” (Nicolazzi, 2009, p.68). Outra fonte de autoridade de *Os Sertões*, como já se disse, está no compromisso com a ciência, fundada na prova empírica, capaz de conduzir a leis gerais, de modo que decifrar a sociedade implicaria em seguir as mesmas leis que regiam a química ou a matemática, observa ainda Abreu (1998a, p.80). Em outras palavras, o narrador busca o relato objetivo e cientificamente informado, mas em linguagem cuidadosamente trabalhada, com passagens de teor

poético, a fim de descrever a natureza (ou o homem) do sertão, o que corresponde à expectativa da alta cultura de seu tempo, em que a literatura gozava de grande prestígio. A passagem a seguir demonstra o esforço em juntar literatura e ciência:

A mesmas assomadas gnáissicas caprichosamente cindidas em planos quase geométricos, à maneira de silhares, que surgem em numerosos pontos, dando, às vezes, a ilusão de encontrar-se, de repente, naqueles ermos vazios, majestosas ruinarias de castelos (Cunha, 1985, p.101).

E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens... (Cunha, 1985, p.103).

Além das tão comentadas influências do cientificismo positivista de Auguste Comte – particularmente forte na Escola Militar de Engenharia do Rio de Janeiro, onde Euclides se formou – é importante atentarmos para a ambiência literária que circunda a obra. Naquela virada de século, o prestígio da literatura de Émile Zola (1840-1902), talvez declinante na França, foi enorme no Brasil. O autor de *Germinal* (1883) foi uma espécie de paradigma do romance naturalista. Zola (1982) acreditava que o literato deveria emular o método do cientista, a fim de reportar a natureza (inclusive dos homens), o que produzia um efeito de verdade, impossível à imaginação romântica (contra a qual ele se insurgia). Nicolau Sevcenko notou que *Os Sertões* radicaliza a herança de Eça de Queiroz, contribuindo para formar um caldo de cultura realista, naturalista e cientificista, no qual Euclides bebeu, levando-o a ceder à ficcionalidade em benefício das potências naturais e das (supostas) realidades sociais (Sevcenko, 1985, p.200).

É preciso notar que o estilo não é verniz, mas um modo de pensar, na medida em que a linguagem não é uma variável neutra. O estilo cientificista não era exclusividade de Euclides da Cunha, mas partilhado por outros escritores da época, como Júlio Ribeiro, Aluisio Azevedo ou Raul Pompéia. Em outra trincheira estava Machado de Assis, cujo estilo – não raro arcaizante e subjetivista, com laivos de realismo mágico, (como em *Brás Cubas*, o defunto narrador) – era francamente oposto à linguagem objetivista dos cientificistas. Machado em *O alienista* (1882) ironizou o cientificismo e o determinismo reinantes em seu tempo. Não é à toa que Silvio Romero – um crítico que estava próximo dos valores esposados por Euclides da Cunha – tenha sido adversário de Machado de Assis¹⁷. Coerentemente, foi Silvio Romero quem saudou, em 1906, o autor de *Os Sertões* na Academia Brasileira de Letras.

Raça e mestiçagem ou dilemas do Brasil de Euclides da Cunha

A mobilização dos referenciais evolucionistas e cientificistas levaram Euclides da Cunha a vocalizar um profundo mal-estar em relação aos mestiços do litoral, especialmente os mulatos. Muito diferentes eram os mestiços do sertão. O sertanejo, adaptado ao meio, misto de europeu e indígena era uma “sub-raça”, muito mais homogênea que mestiços “degenerados do litoral”. Em geral a mestiçagem é, para Euclides, negativa, “ante às conclusões do evolucionismo”, tornando o mestiço “quase sempre, um desequilibrado”, quando não um “decaído”, sem “a energia física dos ascendentes selvagens” e sem a “altitude dos ancestrais superiores”. Seriam “as fatalidades das leis biológicas” (Cunha, 1985, p.97), que vão da incapacidade intelectual à fragilidade física. O mestiço, insiste Euclides, “não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente” (Cunha, 1985, p.97).

Mas de onde vem a “instabilidade” e o “desequilíbrio” do mestiço? Viria, argumenta Euclides, da “sobrecarga intelectual e moral de uma civilização”. Os artefatos da civilização seriam tão pesados para

Grosso modo, na época de Euclides da Cunha, o “Norte” compreendia os territórios localizados ao Norte de Minas Gerais, e o Sul abrangia de Minas para o Sul.

quem não atingiu o estágio evolutivo compatível, levando o mestiço ao desajuste mental. Em outras palavras, a “raça inferior” seria ferida pela “superior”, pois “neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização” (Cunha, 1985, p.99). No sertão, onde a civilização moderna não havia chegado, permitiu que o sertanejo se adaptasse ao seu meio, podendo aguardar a paulatina incorporação dos valores e dos instrumentos do mundo civilizado, diferentemente do “mestiço neurastênico do litoral”, atropelado pela civilização que o “degenera”.

Euclides destaca a existência de muitas “raças mestiças” no interior do território brasileiro, fruto da multiplicidade do “meio”, da “raça” e do “momento” (ou seja, da história, pois, mesmo sem usar repertório histórico, Euclides reconhece a existência de múltiplas temporalidades). O fato de não haver “um tipo étnico único, quando há, certo, muitos”, leva-o a argumentar, em tom pessimista, que “não temos unidade de raças. Não a teremos, talvez, nunca”, restando uma nesga de esperança, na medida em que o futuro e as circunstâncias haviam reservado ao Brasil “a formação de uma raça histórica em futuro remoto”. Como se alcançaria o futuro? Pela evolução (biológica, social, civilizacional), daí a frase famosa: “Ou progredimos, ou desaparecemos” (Cunha, 1985, p.63). O problema é que “progresso” do Sul¹⁸, de clima “ameno” e maior insidência de “brancos”, e o “atraso” do Norte, “mestiço”, de clima “tórrido”, herdeiro de outra história, poderiam inviabilizar o Brasil como uma nação étnica culturalmente integrada. Tudo seria contraste, desde os canaviais da costa e o sertão agreste no interior, até o mar e o deserto da caatinga:

Enfeudando o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole, voltada ainda para as últimas miragens da “Índia portentosa”, abriu-se separação radical entre o Sul e o Norte. Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por

destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, evoluindo sob os influxos de uma administração única. Ao passo que no Sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma – tudo isso contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do Norte – capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota. (Cunha, 1985, p.94).

Para Euclides, os sertanejos viviam em outra temporalidade, embora existindo no tempo físico do narrador (Euclides). Os sertanejos estariam fora da modernidade ocidental: o jagunço “está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro”, daí sua inadequação à República. Por essa razão, o sertanejo é um “retrógrado”, pois estaria preso a uma expectativa de amanhã messiânico e místico resultado de “uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido” (Cunha, 1985, p.210).

O sertanejo, tal como Euclides formulou, seria síntese do clima, do solo, das raças, das múltiplas mestiçagens. É um homem em “contrastes e confrontos” (nome de um livro menos famoso que fala de outro sertão, a Amazônia). O sertanejo seria valente, mas supersticioso; magro, raquítico até, mas forte; fanático, mas generoso. Seria crédulo, mas desconfiado. Não haveria uma “raça brasileira”, definida, mas teríamos um exemplo de formação futura. Embebido das teorias europeias, afirma que: “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial” e o mestiço é “quase sempre” um desequilibrado – e dá-lhe termos negativos (“decaído”, “híbrido moral”, etc). Mas usa esse “quase sempre”, “na maioria das vezes”, para salvar o sertanejo. Ou seja, diferentemente do mestiço do litoral, esse sim um “decaído”, o homem do sertão seria um “retrógrado”, mas não um “degenerado”, e, por fim a sentença célebre: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”

(Cunha, 1985, p.102). Fortes e estáveis, os “rijos caboclos” formariam “o núcleo de força da nossa constituição futura, a rocha viva da nossa raça” (Cunha, 1985, p.547).

Euclides foi para Canudos a fim de assistir e aplaudir a uma guerra legítima, mas diante da terra, do homem e da luta, ele complexifica extraordinariamente sua compreensão. O intelectual embebido de teorias raciológicas, sem suspender seu juízo, vê o homem do sertão com curiosidade e simpatia, apesar da artilharia cientificista. Horrorizou-se com degolas e torturas, levando-o a denunciar os massacres cometidos pelas forças republicanas. Em realidade, o centro de sua narrativa não é a revolta, mas a repressão. O sertanejo, em princípio, arcaico e bárbaro, torna-se objeto de sua admiração. Os militares, seus companheiros de formação, os proclamadores da República pela qual militara, e porta-vozes da modernidade, são ao fim e ao cabo vistos como absurdos e criminosos:

Havia ali uma inversão de papéis. Os homens aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna, é que eram materialmente fortes e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes que antepunham a esgrima magistral de inextricáveis ardis (Cunha, 1985, p.498).

Quando assiste, *in loco*, a cena da guerra, que ele próprio chamou de um “crime na acepção integral da palavra”, enoja-se com a imbecilidade e a ferocidade das forças oficiais. Maravilha-se com a astúcia dos insurretos, ante a estupidez cruel das forças da República. Admira o caráter de Antônio Conselheiro, mesmo vendo-o como “doente” num momento “atrasado” da evolução. Ainda sobre o Conselheiro, diz Euclides: “o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício” (Cunha, 1985, p.165). O Conselheiro encarna a grandeza épica e trágica, mas admirável, em contraposição à barbárie civilizada e racionalista de sua decapitação e

exumação. Nos bárbaros encontravam-se qualidades maiores, mais elevadas, que nos homens ditos civilizados, provenientes do mundo da moderna razão.

Euclides da Cunha, de certa maneira, contradiz seus próprios pressupostos – senão anulando-os, ao menos mitigando-os –, o que acaba por condenar duas barbáries: por um lado, o misticismo retrógrado dos seguidores de Conselheiro e, por outro, a modernidade cega e violenta do Exército. Euclides insiste em assinalar os equívocos que levaram os republicanos a se engajarem contra Canudos, colocando, frente a frente o fanatismo dos militares que gritavam “Viva a República!”. E, por outro lado, o mesianismo dos revoltosos. Ao opor a “sub-raça sertaneja” em formação à mestiçagem generalizada e degenerada do litoral, alude à diversidade racial e à multiplicidade cultural do país. Ao afirmar que os soldados quando perdiam seus uniformes tornavam-se indistintos dos sertanejos, acaba por mostrar (talvez involuntariamente) o quão semelhante eram mestiços do litoral e do sertão.

Admiração que, por vezes, os sertanejos lhes causam não foi capaz de reverter sua consciência mobiliada à ciência europeia. Para Euclides, a sociedade moderna é um destino inexorável. A violência do exército republicano pode ter-lhe embargado o otimismo com o regime, mas não a fé no progresso, na civilização e na ciência, que permaneciam senão intacta, ao menos em pé. O sertão permanece outro lugar, outra gente, outro tempo. Essa noção, que já aparecia em *Os Sertões*, envolta em linguagem rebuscada, reaparece em conferência proferida por Euclides, de maneira crua e direta: “[...] a luta de 1897 nos sertões baianos, a despeito de sua data recente, foi um refluxo do passado; o choque da nossa pré-história e da nossa modernidade” (Santana, 1998). Barreto de Santana nota que para Euclides penetrar no interior do Brasil significava se deparar com outra camada de tempo, como o geólogo que, ao se aprofundar na terra, encontra outras camadas geológicas.

Apesar da força literária do texto – e da recepção que elevou o livro à condição de monumento literário – Euclides quis erigir um texto científico,

embora se mostrasse cioso do estilo e da linguagem, até como um modo de obter visibilidade num ambiente intelectual em que a literatura, a crítica e a história literária gozavam de grande prestígio, como nota Luís Costa Lima: “em *Os sertões*, é permissível a entrada da literatura sob a condição de constituir uma cena de ornato” (Lima L, 1984, p.7).

Euclides articula uma relação complexa e imbricada entre a natureza e as formações sociais, entre literatura e ciência. As nações, como os indivíduos, necessitam do remédio certo, prescrito pela ciência, mas narrativa precisa ser elevada, para ouvido por uma audiência beletrista. *Os Sertões* narram uma sociedade “doente” – noção cara numa época em que a eugenia representava um instrumento explicativo de prestígio – e Canudos era uma expressão perfeita da chaga da nação. Mas a guerra que destruiu aquela sociedade “velha” e “retrógrada”, que habitava no corpo da modernidade brasileira, foi, no entanto, um crime, ou pior: uma covardia. A “sub-raça sertaneja”, condenada ao desaparecimento, especulava Euclides, deveria progredir e, como um organismo vivo, progrediria, ou morreria. Não haveria outro remédio para o sertão senão a civilização. Logo, a “rocha viva” da nacionalidade deveria ser arrastada para o “nosso tempo”, ainda que a guerra brutal não fosse remédio. A guerra foi a barbárie (do litoral e da civilização) contra a barbárie (do sertanejo místico e retrógrado).

Considerações finais

A autoridade do texto euclidiano reside não apenas na ciência, mas também, como se argumentou acima, no olhar do “observador-viajante”, na expressão de Leopoldo Bernucci (2001). Não se trata, é certo, de mero relato de viagem, mas de uma complexa composição, em que os determinismos cientificistas, oriundos da cultura europeia de seu tempo, resultam relativizados pela observação direta. Já ao acolher um mestiço sertanejo como positivo, Euclides está a subverter a condenação das “raças mistas”. Bernucci notou com pertinência a dupla autoridade, a da ciência e da observação direta:

[...] o que desnorteia Euclides, que busca uma relação congruente entre o que previamente (pensava que) sabia e o que depois vê, é a impossibilidade de facilmente harmonizar essas duas perspectivas, uma cognitivamente livresca; e a outra do saber da própria experiência ou da testemunha ocular (Bernucci, 2001, p.41).

A tensão entre a ciência e a literatura e, sobretudo, entre a observação direta e a autoridade livresca nunca se resolve. Euclides não se desfaz da massa de argumentos científicos que custosamente adquiriu (até porque isso lhe proporcionava autoridade entre seus pares). No entanto, a força da observação *in loco* quebra a onipotência da ciência. Não é à toa que a força literária e a denúncia política nascem justamente da observação dos acontecimentos trágicos da guerra. No fim do livro, Euclides busca ativamente a cumplicidade do leitor ante os derrotados (não apenas pelo exército brasileiro, mas também pela ciência europeia), e conclui arrebatador:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 [de outubro de 1897], ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos, e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5.000 soldados (Cunha, 1985, p.778).

Referências

- Abreu R. O Enigma de *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco: Funarte, 1998.
- _____. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os Sertões* na virada do século”. Rio de Janeiro. *Hist. Ciên. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro; jul./ago. 1998a; v(5) suplemento: 101-102.
- _____. “Veredas dos Sertões”. Caderno Mais. Folha de São Paulo. 02/08/2009.

- Amory F. Euclides da Cunha: *Uma odisséia nos trópicos*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2009.
- Bernucci L. Prefácio. In: Cunha E da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial, 2001.
- _____. *Discurso, Ciência e Controvérsia*. São Paulo. Edusp, 2008.
- Blankaert C. *La nature de la société: organicisme et Sciences Sociales au XIX siècle*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- Bomfim M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.
- Cândido A. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1963.
- Cunha E da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Contrastes e Confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- _____. *Os sertões*. Ed. crítica organizada por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Guimarães HS. “Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano”. *Estudos avançados*; São Paulo; Mai./Ago. 2004; v(18) n(51): 269-298.
- Hermes MJF. “Os militares e a política da República: o episódio de Canudos”. In: Euclides da Cunha. *Caderno de Cultura Brasileira*. Instituto Moreira Salles, n. 13 e 14. 2002.
- Holanda SB. “Do Império à República”. In: Holanda SB. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.7. São Paulo: Difel, 1983
- Kropf S. “Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso”. *Hist. Ciên. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro; Mar./Jun. 1996; v(3)n(1): 80-98.
- Lima, LC. *O Controle do Imaginário. Razão e Imaginação nos tempos modernos*. São Paulo: Brasileira, 1984.
- Lima NT. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”. *Hist. Ciên. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro; jul./ago. 1998; v(5) suplemento: 163-193.

- Maio MC, Santos RV (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996;
- Murari L. *Brasil, Ficção Geográfica: ciência e nacionalidade no país dos Sertões*. São Paulo: Annablume, 2007.
- Nascimento JL, Faccioli V. *Juízos críticos: os sertões e os olhares da sua época*. São Paulo: Nankin Editorial / Editora da Unesp, 2003.
- _____. *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- Nicolazzi F. “O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os sertões*”. *História da Historiografia*. Mar. 2009; n(2): 67-85.
- Rocha JCC. “O ruído das festas” e a fecundidade dos erros: como e por que reler Silvio Romero. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro; Abr./Jun. 2001; n(145): 73-93.
- Romero S. “Academia Brasileira de Letras. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção de Euclides da Cunha”. In: *Provocações e Debate: contribuição para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.
- _____. Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992 (1892).
- Roland AM. *Fronteiras da Palavra, fronteiras da história: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- Santana JCB. “Geologia e metáforas geológicas em *Os Sertões*”. *Hist. Ciên. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro; jul./ago. 1998; v(5) suplemento: 117-131-193.
- Schwarcz LM. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
- Sevcenko N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- Seyferth G. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- Skidmore TE. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Sousa RAS. “A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau”. *Revista Brasileira de História da Ciência*; Rio de Janeiro; Jan./Jun. 2013; v(6) n(1):21-34.
- Souza VS. “O Naturalismo de Euclides da Cunha: Ciência, Evolucionismo e Raça Em *Os Sertões*”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Mai./Ago. 2010; v(7)n(2): 1-22.
- Stepan NL. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- Ventura R. *O estilo tropical: história intelectual e polêmica literária no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. “Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha”. In: Brait B (org.). *O sertão e Os sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- _____. *Euclides da Cunha e a República*. Estudos avançados. São Paulo, Jan./Abr. 1996; v(10) n(26): 275-291.
- _____. “O homem”. In: Euclides da Cunha. *Caderno de Cultura Brasileira*. Instituto Moreira Salles, n. 13 e 14. 2002.
- Weber JH. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- Zola E. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1982 [1880].

Data de Recebimento: 17/03/2014

Data de aprovação: 04/11/2014

Conflito de Interesse: Nenhum declarado

Fonte de Fomento: Nenhum declarado

Silvio Romero, a escrita da história e o papel do homem de letras na formação nacional brasileira

Silvio Romero, the writing of history and the role of the man of letters in Brazilian national formation.

Daniel Pinha Silva¹

¹
Professor Adjunto de História do Brasil UERJ/PUC-Rio. Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Email: danielpinha@puc-rio.br

Resumo

O artigo trata da produção intelectual de Silvio Romero (1851-1914) destacando o modo como ele delineia o papel do homem de letras do tempo presente oitocentista na formação nacional brasileira. O autor elege o conceito de literatura para problematizar a produção do conhecimento sobre o Brasil e, mais do que isso, a forma pela qual o homem de letras deve agir com as palavras para a construção de uma independência mental brasileira. Tal reflexão assegura, também, um lugar próprio ao homem de letras, agindo na fronteira entre o mundo civilizado europeu e o contexto nacional.

Palavras-chave

Silvio Romero, história literária, história do pensamento brasileiro.

Abstract

This article deals with the intellectual production of Silvio Romero (1851-1914) highlighting how he outlines the role of the man of letters on the Brazilian national formation. The author chooses the concept

Zilberman examina os seguintes textos: “Résumé de l’Histoire Littéraire du Brésil” (1826), de Ferdinand Denis; “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” (1826), de Almeida Garrett; “Discurso sobre a história da literatura do Brasil” (1836), de Gonçalves de Magalhães; “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), de Santiago Nunes Ribeiro; “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira” (1843), de Pereira da Silva; além d’ “O ideal do crítico” (1865) e “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade” (1873), de Machado de Assis (Zilberman, 1999, p. 23-55).

of literature to discuss the production of knowledge about Brazil and, more than that, the way the man of letters must act with the words to construct a Brazilian mental independence. Such reflection also ensures an specific place to the man of letters, on the border between the civilized European world and the national context.

Key-words

Silvio Romero, literary history, history of Brazilian thought.

A serviço do presente

Ao analisar os primeiros textos de história da literatura oitocentista brasileira², Zilberman (1999) resalta a existência de um princípio ordenador comum, capaz de conferir sentido às conexões entre as épocas: em geral, o fio condutor dessas histórias era o conceito de nacional. Três seriam, assim, as atribuições principais dos primeiros historiadores literários brasileiros.

Nossos primeiros historiadores da literatura depararam-se com uma missão e tanto, a saber: a) listar o material, outorgando a visibilidade a um corpus, que tornaria o objeto de sua narrativa; b) elaborar uma estória (story), fornecendo-lhe um enredo coerente e aceitável; c) estabelecer as classificações, o que na linguagem dos românticos, significava ser competência deles a confirmação de que o material catalogado pertencia exclusivamente à nação brasileira, embora surgido antes de o próprio país existir; para tanto, cabia verificar a presença da cor local no interior do material incipiente com que labutavam. (Zilberman, 1999, p. 27).

A definição desse sentido explicativo significaria a eliminação de qualquer tipo de vazio. No entender de Zilberman, privilegiava-se um tipo de escrita que visava o exame do passado como se ele fosse um bloco monolítico bem definido, harmônico, causal, cuja característica principal seria “acasalar

os eventos e esclarecê-los, evitando lacunas ou contradições” (Zilberman, 1999, p.24).

O ponto desenvolvido por Flora Sussekind sobre esse assunto também é importante, especialmente quando ela chama a atenção para a relação entre essas histórias literárias e a produção romanesca, tanto no Romantismo como no Realismo pós-1870. A produção de uma identidade estaria pautada, assim, não só na relação entre sujeitos que viviam no mesmo espaço e poderiam se considerar “brasileiros”, mas também entre os sujeitos do presente e seus antecessores, escolhidos conforme o parâmetro da brasilidade.

Ao descreverem a procura de uma nacionalidade essencial, de uma identidade sem rachaduras, de uma linha reta, desvendam para quem os lê a origem da literatura brasileira. Quimera que constroem a cada novo passo, que acrescentam ao seu novo mapa de pesquisas (Sussekind, 1990, p. 20).

O delineamento do mapa nacional ia além dos limites da natureza descrita nos romances que constituíam os contornos da paisagem do Brasil. Descobrir e devassar o país significava também se voltar para trás no tempo, com a referência do nacional. O esforço do romancista em catalogar os nomes das diferentes espécies – fazendo o leitor “viajar” e conhecer o Brasil sem sair do lugar, através das narrativas – era semelhante àquele feito pelo historiador da literatura, detentor da tarefa de elaborar o inventário dos principais personagens e acontecimentos da história do pensamento do país. Tal empenho, no entanto, seria insatisfatório, se nele não estivesse contido um sentido capaz de integrar a alteridade do passado, criando, assim, uma “unidade no tempo”. No romance, a descrição da especificidade da natureza brasileira equiparava-se à busca do diverso em um todo, isto é, a natureza tropical em suas mais distintas formas. No caso da escrita da história literária, a exposição da diversidade do passado, capaz de balizar momentos distintos, existia no

3
Sobre a relação entre a escrita da história literária de Silvio Romero e o arcabouço histórico-geográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver Turin (2005).

4
Guimarães MLS. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". Rio de Janeiro, *Estudos históricos*, n(1), 1988.

sentido de justificar uma ideia de brasilidade constituída no presente oitocentista.

Trata-se de uma concepção de história que se estende também à formação da história como disciplina constituída sob os ditames do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Há diversas interseções entre esse tipo de história produzido no IHGB e as histórias literárias que começavam a ser escritas a partir, principalmente, da década de 1840³. A análise de Manoel Salgado Guimarães, sobre as tensões entre os conceitos de nação e civilização como componentes fundamentais da disciplinarização da história⁴, nos ajuda a compreender as características dessa cultura histórica oitocentista mais ampla.

A cultura histórica oitocentista, ao definir canonicamente os procedimentos adequados para o tratamento do passado, institui a História como disciplina capaz de, através do ordenamento do conjunto de experiências humanas passadas, legitimar um presente em construção (...) Um presente, que por estar no fim de certo percurso, pode olhar privilegiadamente para trás e reconhecer-se na História, escrita necessariamente como origem [Grifo Meu] (Guimarães, 2000, p. 138).

Para Guimarães, está em jogo uma leitura da história que visa à legitimação do passado a partir de um sentido político instituído no presente. Um projeto que objetiva dar conta de uma totalidade, isto é, a nação, tendo em vista a sua diversidade e multiplicidade de aspectos. Desse modo, a história possuía um sentido e um uso para a vida dos homens: estabelecer a legitimidade de um determinado presente em construção, isto é, o passado poderia oferecer o ponto de partida de uma trajetória, que possuía no presente uma ruptura, com o elo colonial, e uma continuidade, com a formação da nacionalidade.

O que está em jogo para Zilberman (1999), Sussekind (1990) e Guimarães (1988) é a centralidade ocupada pelo tempo presente – isto é, o contexto histórico de enunciação discursiva – nas propostas de escrita da história nacional. Ou seja, a

construção política e social do presente brasileiro oitocentista eleva-se como ponto de partida e de chegada das narrativas sobre o passado, literário ou não. Desse modo, confunde-se a todo o momento a tarefa da escrita da história e da experiência histórica do homem de letras que a escreve. Ou seja, a pena do homem de letras deveria estar a serviço da compreensão e solução dos problemas nacionais do seu tempo. Eis um tópico que se inicia com os primeiros românticos da década de 1830 e atravessa as reflexões críticas sobre a história e a literatura brasileira que tematizam o Brasil, chegando até um segundo momento de inflexão oitocentista, o desenvolvido pela geração de 1870. Encontraremos em Silvio Romero a síntese e a consolidação desse princípio: ao empreendimento de descoberta do Brasil através das letras e da história – ou seja, daquele que, ao mesmo tempo em que descreve, tece o fio condutor de sua história – é requisitada a essa tarefa uma dimensão eminentemente ética. Em Romero, a tarefa de escrita da história literária fará sentido se nela estiver contida uma contribuição para a independência mental brasileira, tarefa maior dos homens de letras que atuam no presente. Eis o ponto a ser desenvolvido nas linhas que se seguem.

Romero e o problema da independência mental brasileira

É desse modo que Silvio Romero conclui o prefácio de sua *História da Literatura Brasileira*, publicada pela primeira vez em 1888.

São estas as linhas diretoras da minha ação na literatura do país. Se me faltou o talento, resta-me em todo o caso, a face moral da empresa. A verdade e o patriotismo foram os meus guias.

Tal o sentido de certos ataques a influências estrangeiras, que desejaria ver anuladas de todo. Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho da minha vida. Sejam eles a tríplice empresa do futuro.

Tenhamos confiança! [Grifo meu] (Romero, 1902-3, XXVI.)

Escrito em forma de apelo, este trecho evidencia um ponto central da história literária de Silvio Romero, isto é, o profundo atrelamento existente entre os atributos nacional e ético, vistos por ele como condições essenciais para a elaboração de uma história literária verdadeira. Por aqui fica evidente que a preocupação principal do autor não era a definição de um programa historiográfico, enfatizando questões relacionadas à crítica e cotejo de fontes, ou utilização de um método; tampouco lhe preocupava problemas de ordem estética, compreendendo o fenômeno literário em sua particularidade. Para Silvio Romero, sua intervenção no presente e o sentido de sua história – isto é, a formação do povo brasileiro – estaria em função de uma missão presente, ou seja, todo o estudo acerca do passado literário do país só fazia sentido se estivesse inteiramente à disposição daquele desejo em ver concretizadas as diversas independências nacionais. Isso significa que, tão importante quanto dar conta do passado literário brasileiro e transformá-lo em história, seria pensar sobre o próprio sentido da escrita da história para as questões do seu tempo. O exercício de pensar a nação consolida-se como contínuo pensar sobre a própria atividade intelectual, que inclui, de maneira decisiva, uma dimensão ética, ou seja, voltada para a ação dos homens no mundo em que vivem.

Esse ponto se amplia quando conhecemos a compreensão de literatura defendida por Silvio Romero em sua História – concepção esta que refaz, em outras bases, o arcabouço teórico sobre o nacional definido desde os primeiros românticos. Em Gonçalves de Magalhães essa ideia de literatura conhece o principal esforço de sistematização. Primeiro, a leitura de Magalhães, de 1836:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de

mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores da importância do povo, do qual é ela o único representante de sua posteridade (Magalhães, 1980, p. 24).

Comparemos essa passagem a de Silvio Romero, do capítulo “Os estudos de história literária do Brasil”, retirado da primeira edição da sua *História da Literatura*, de 1888:

Para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações de inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências,... e não, como era de supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letras, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!... (Romero., 1980, p. 428).

Magalhães e Romero operam de maneira tão próxima que utilizam termos semelhantes para designar o que compreendem por literatura: enquanto para o primeiro ela é o “reflexo da inteligência de um povo”, para o segundo, ela diz respeito a “todas as manifestações da inteligência de um povo.” Para ambos a literatura é o conjunto do que há de mais apurado na produção de um povo em um determinado tempo, ou seja, as condições temporais e locais são as linhas constantes para a distinção do caráter literário. Para ambos, a literatura reflete imediatamente o que um povo produziu de melhor em seu pensamento, guardando em si o que deverá ser considerado memorável, ou seja, digno de ser lembrado no futuro; a partir dela, revela-se também o estágio de evolução do pensamento desse povo em relação a um processo histórico maior. Ou seja, essa concepção ampla e genérica de literatura proposta por Silvio Romero – exemplificada neste trecho – não rompe com a proposta de Magalhães, mas realiza

5

Na produção crítica de Machado de Assis, publicada fundamentalmente nas décadas de 1860 e 1870, ou seja, no mesmo contexto de produção letrada de Magalhães e Romero, encontramos um posicionamento dissonante em relação a essa concepção ampla e genérica do literário. Em “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade” (1873), Machado ressalta que tal abertura possui o perigo de inibir o traço essencial do texto literário, ou seja, sua propriedade artística. Importa-lhe, primeiro, repensar o lugar social do literato, sem que ele se prive de seu atributo principal ante a sociedade em que vive. Nas palavras de Machado: “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Assis, 1962, p. 804).

6

Roberto Acízelo considera esses artigos publicados por Joaquim Norberto na *Revista Popular*, entre 1859 e 1862, uma importante referência para a futura sistematização empreendida por Silvio Romero em 1888. Norberto apresentava ali uma relação entre história, costumes nacionais e representatividade literária, conectada pela ideia de nacionalidade (Souza, 2002).

a síntese de aspirações acumuladas anteriormente, especialmente quando ele analisa o fenômeno literário como desdobramento das expressões culturais e pensamentos de uma época. O literário, portanto, deve sempre alcançar fins para além do texto, ou seja, fins políticos, sociais, filosóficos, históricos ou éticos⁵. Ou seja, para Romero, o componente literário encontra no tempo presente um lugar de ação, ação através das letras: a do desenvolvimento de uma independência mental, considerando os vínculos de dependência existentes entre a produção letrada brasileira e àquela empreendida no contexto europeu, como se este vínculo refizesse, em termos modernos, a relação colonial estabelecida a partir da chegada dos portugueses no século XVI.

Se retomarmos a sentença romeriana destacada logo no início dessa seção, notaremos que essa ideia de independência mental articula política e letras, sem, contudo, diferir essencialmente da história literária propagada por Joaquim Norberto⁶ em 1862. Enquanto Romero afirma:

Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho da minha vida. Sejam elas a tríplice empresa do futuro. (Romero, 1902, p. XXVI, v.I).

Norberto (Apud Souza, 2002), por sua vez, já afirmara.

Nossos pais nos deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, seus filhos, os que devemos dar conta às gerações futuras do emprego que fizemos de nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência, quicá mais cara – a independência intelectual. [Grifo meu] (Norberto Apud Souza, 2002, p. 133).

Norberto conclama aos seus contemporâneos que continuem a revolução iniciada por seus pais que legaram a independência política; caberia a

Nas palavras do pensador francês: “A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse comum de um rico legado de lembranças; a outra, *o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valer a herança que recebemos indivisa*. (...) Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo.” [Grifo meu] Renan E. “O que é uma nação”. In: Rouanet (1997, p. 22).

eles, agora, instituir uma independência mais cara, a intelectual. Romero, por seu turno, dedica inteiramente seu livro ao que considera como um empreendimento maior voltado para o futuro, isto é, as independências do Brasil, todas elas, literária, científica, política. Repare que, para o caso político, Romero utiliza o qualificativo *reforço*, para designar algo que já existe e necessita ser constantemente revigorado. Vem à tona, nesse sentido, a lembrança da passagem de Ernest Renan, autor citado diversas vezes por Romero, que em sua famosa conferência proferida em 1882 sobre “O que é uma nação”, ressalta a necessidade de uma nação confirmar continuamente, em um *plebiscito diário*, a vontade de permanecer unida⁷. De um lado, o perigo da desintegração completa da unidade nacional parecia afastado de Romero – preocupação diferente viveu Gonçalves de Magalhães, numa década de 1830 marcada pelas revoltas regenciais; de outro, vivia-se um clima de crítica e crise do Império na década de 1880, em meio à efervescência das questões abolicionista e republicana. Nesse sentido, a *História da Literatura Brasileira* era requisitada por seu autor a cumprir a cara tarefa de *reforçar* a autonomia brasileira no quadro das lutas políticas de seu tempo.

A propósito, a indissociável relação entre política e letras foi uma das (poucas) constâncias do pensamento romeriano. No texto “O Brasil Social”, por exemplo, publicado vinte anos depois da *História*, Romero inclui jornalistas e literatos no mesmo patamar de dirigentes políticos do Estado no controle da vida mental brasileira. Eram todos responsáveis pela situação de profunda decadência social, política e moral na qual se encontrava aquele Brasil controlado pelas oligarquias em 1908. Em suas palavras,

As três classes que tem mais de perto dirigido a vida mental e pública do povo brasileiro – os políticos, os jornalistas e os literatos, levaram-no a um tão grau de confusão, pessimismo e desânimo, que nem eles mesmos tomam mais pé no meio dos desatinos que acumularam (Romero, 2001, p. 106).

O mesmo Silvio Romero atacava em maio de 1879 – recém-chegado ao Rio de Janeiro em artigos do jornal *O Repórter*, sob o pseudônimo Feuerbach – grandes figuras do Parlamento como Joaquim Nabuco, Visconde de Sinimbu, Francisco Otaviano, dentre outros. Ele denunciava nesses textos o que considerava como indigência mental dos protagonistas da cena pública brasileira, apontando-lhes a necessidade de conhecer as leis naturalistas e evolucionistas, como se o conhecimento do novo repertório científico moderno fosse condição para o bom exercício da política no Parlamento (Mota, 2000, p. 38). Nas palavras de Maria Aparecida Mota, para Romero,

O Parlamento deveria ser uma instituição onde só pudessem ‘entrar indivíduos em determinadas condições de ilustração e adiantamento intelectual’, de tal sorte que ‘os medíocres e os ignorantes fugissem dali pelo medo de fazer uma figura ridícula e mesquinha. (Romero, 2001, p.39)

Retornando ao texto de 1888, para Romero, se a independência política carecia de reforço contínuo por meio da tarefa letrada, o mesmo não se poderia dizer dos temas relacionados à ordem mental – caso das produções literárias e da escrita da história. Para estes não haveria reforço, mas sim todo um caminho novo a percorrer, a começar por uma nova leitura sobre o passado literário brasileiro, sistematizada em escrita da história – caso da sua *História da Literatura Brasileira*. “Sejam elas a tríplice empresa do futuro”, exalta o historiador: eram as independências que apareciam em primeiro plano no empreendimento intelectual de Silvio Romero. Mais importante do que apurar acontecimentos marcantes do passado literário brasileiro, ou revelar episódios ainda inéditos e desconhecidos do público leitor, seria encontrar, a partir do presente de 1880, um novo modo de dar sentido àquele passado. Desse modo, ampliava-se o sentido da ação dos homens de letras do seu tempo, responsáveis por conduzir o pensamento brasileiro ao caminho da verdade,

acarretando, necessariamente, no rompimento com tudo que havia se produzido até então sobre a história da literatura brasileira.

Traçando um panorama dos trabalhos estrangeiros e nacionais que se dedicaram a analisar a literatura nacional até então, Romero menciona apenas o livro do austríaco Ferdinand Wolf, *Le Brésil littéraire*, publicação datada de 1863, como mais próximo do que deveria ser considerado como uma verdadeira história da literatura no Brasil.

O livro de Ferdinand Wolf, feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático. (...)

Os escritores portugueses, atrás citados, acham-se no mesmíssimo caso, e os brasileiros, conquanto mais conhecedores do assunto, só quiseram escrever quadros isolados e só trataram de alguns tipos destacados. (...)

Um conhecimento, que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pitoresca deve levar a história filosófica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro. [Grifo meu] (Romero, 1902, p.3-6).

Sobre esse escrito havia a ressalva de que se tratava de um texto desprovido de contribuições teóricas, já que nele se fazia apenas a descrição de quadros isolados e tipos destacados do passado literário nacional. Mais do que dissertar sobre as circunstâncias históricas específicas que conformavam um pensamento próprio a cada momento da história das ideias brasileiras, importava a Silvio Romero explicitar, através das experiências passadas, a lei que presidia a formação do brasileiro. O desconhecimento desta lei levaria à mera descrição de casos isolados; desvendá-la, significaria estabelecer a chave

As reflexões de Silvio Romero sobre as criações populares estão reunidas de maneira mais sistematizada no livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, de 1888. A esse respeito, comenta Maria Aparecida Rezende Motta: "Um dos livros mais transparentes quanto aos modelos teóricos escolhidos por Romero para compreender a realidade brasileira é o 'Estudos sobre a poesia popular do Brasil', de 1888, onde aplicou as teses de Herder e de Spencer às nossas manifestações culturais. Analisando costumes, festas, cantigas e histórias populares, bem ao estilo herderiano da busca do 'espírito do povo', certificou-se de que havia uma uniformidade na cultura, apesar das peculiaridades de cada região do Brasil, acentuadas pela diversidade das atividades econômicas. A prova era a existência de uma poesia popular especificamente brasileira, diferente do lirismo herdado pelos portugueses. Essa poesia, conforme suas palavras era a que mais de perto nos pertencia e nos individualizava." (Mota, 2000, p. 89).

interpretativa capaz de ordenar em um fio condutor o conjunto de todas as experiências passadas.

O letrado no espelho: entre a nação e a Civilização

Não se pode afirmar que Silvio Romero desconhecesse as dificuldades das condições de circulação das ideias no Brasil. Ao contrário, ele tinha plena consciência de que a República das Letras brasileira era um círculo extremamente restrito, limitado pelas condições sociais de pobreza e analfabetismo que assolavam a imensa maioria da população brasileira. Nas palavras de Romero, ainda em *História da Literatura Brasileira*:

No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os criadores, os industriais, os políticos nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral. A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que tem a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélogo de imitações sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris (Romero, 1902-3, p. 97).

Se as condições de leitura entre os setores sociais mais pobres eram praticamente impossíveis, a situação que ele encontra entre a elite consumidora de livros e de produtos culturais é diversa, mas igualmente problemática: pairava entre as elites a concordância passiva de tudo que se remetia ao mundo europeu civilizado. Ao homem de letras cabia, portanto, ultrapassar uma dupla ausência no estado de coisas vigente: a falta de letramento da maioria mais pobre e a carência de crítica ante ao que vem de fora por parte da minoria abastada. Nesse sentido, para Romero, competia aos homens de letras darem voz àquilo que brotava espontaneamente das raízes populares⁸, essencialmente

Alberto Schneider acrescenta, ainda, que o objetivo de Romero com esses estudos seria oferecer subsídios à cultura letrada, lançando mão, para isso, do repertório científico moderno. “A tradição popular não deveria apenas servir para a vaga inspiração literária dos romancistas e dos poetas, mas, uma vez catalogada em registros objetivos e rigorosos, deveria estar apta a frequentar o repertório culto de cientistas, sociólogos e historiadores. Dessa maneira, após minuciosa chancela douta, as tradições populares ingressariam nos museus e academias, como autêntico depositário das experiências anônimas do povo, além de oferecer subsídios à literatura culta.” (Schneider, 2005, p.67).

nacionais – daí a ênfase dada pelo autor aos trabalhos de cultura popular⁹. Por outro lado, esses letrados deveriam saber selecionar criticamente o que o mundo civilizado havia produzido de melhor, traduzindo-o para a realidade nacional. Inserir o Brasil no movimento geral da Civilização, eis uma missão fundamental da literatura e dos homens de letras. Tal inserção implicava, no entanto, em uma atitude seletiva, a ser aplicada tanto aos estudos populares quanto às sistematizações letradas.

Esse ponto fica bastante evidente no trecho abaixo, retirado do capítulo II do livro I da *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, intitulado “Teorias da história do Brasil”:

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente.

Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica.

A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. (Romero, 1902-3, p.10-11).

Aqui os propósitos mais imediatos de Romero se tornam ainda mais explícitos: a adequação da

crítica e da história literária brasileira aos novos princípios científicos do tempo e a inserção das letras brasileiras no movimento geral das ideias do mundo ocidental. A particularidade da nação brasileira estaria sempre pautada no confronto com uma universalidade, a do conjunto das nações civilizadas do ocidente, ou seja, ao mundo das letras da Europa – o que não deixaria de configurar outra particularidade. A tensão entre o local e o universal se balizava não apenas pelo domínio da diversidade entre culturas, mas sim por uma diferença definidora de uma hierarquia, onde o Brasil ocupava o lugar de aprendiz ou reproduzidor daquilo que melhor se produzira no Velho Continente. Se a gênese do pensamento – ou a raiz, para tratar em termos romerianos – estava na Europa, cabia aos homens de letras brasileiros a tarefa de selecionar o que aqui devia sobreviver, isto é, o que aqui devia ser reproduzido. Se na época colonial predominava o espírito de imitação servil ao elemento português, no presente histórico dos oitocentos a imitação servil transformar-se-ia em imitação selecionada. Ou seja, o homem de letras se apresenta aqui como o sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da civilização, trazendo o olhar cuidadoso daquele que domina o que vem de fora, isto é, daquele que é balizado como outro.

O argumento desenvolvido por Roberto Ventura nos auxilia nesse sentido. De acordo com ele, para os homens de letras do século XIX brasileiro, “a nação se constrói, portanto, no movimento ambíguo entre a identidade e a diferença, entre a reprodução da experiência europeia e a sua relativa diferenciação nos trópicos” (Ventura, 1991, p.43). A pergunta a ser respondida seria: de que maneira os sistemas filosóficos europeus poderiam colaborar na interpretação da realidade local brasileira? A qual repertório intelectual o pensamento brasileiro deve se reportar? O olhar que um homem de letras brasileiro como Silvio Romero cria para o seu próprio país se produz a partir da idealização das Metrôpoles europeias, de tal modo que o intelectual ‘periférico’ percebe a realidade que o circunda como exótica. Constrói-se,

assim, um auto-exotismo do homem de letras na relação entre ele e o mundo letrado de seu país, o que o leva a construir uma visão etnocêntrica das culturas populares de origem africana, indígena ou mista (Ventura, 1991, 39). Nas palavras de Ventura:

Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista. (Romero, 1902-3, p.43).

A designação do homem de letras como o sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da civilização, tal como proposta por Silvio Romero, produz, assim, a distância que permite melhor observar os problemas da própria sociedade, relativizando perspectivas e pondo pontos de interrogação em pressupostos comumente aceitos pelo debate nacional. Tal distância, por outro lado, como ressalta Ventura, acaba por reproduzir determinações que reforçam os lugares de superioridade e inferioridade, considerando o contínuo processo de evolução das sociedades, balizados pelo conceito de Civilização. Nessa lógica, o Brasil, ao mesmo tempo em que pretendia se inserir na nova dinâmica da Civilização, não conseguia superar a marca indelével de sua formação, isto é, sua condição colonial.

Considerações finais

A compreensão do tema da missão nacional do homem de letras foi analisada aqui considerando dois aspectos. No primeiro, a ênfase na ideia de independência mental associada à consecução de um projeto político do tempo presente; tal associação se apresenta não só como a contribuição do homem de letras para o debate público de seu tempo, mas também para a contínua tarefa de formação cultural brasileira. O segundo aspecto nos abre a possibilidade de melhor ponderar uma tensão fundamental que percorre a proposta de Silvio Romero: de um lado, o sonho da “independência literária, independência

científica e reforço da independência política” – sonho porque entendido como projeto ainda irrealizado; de outro, a necessidade de que “a adaptação de doutrinas e escolas europeias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva”, levando em conta a lei da concorrência vital e da hereditariedade, aplicável a circunstâncias literárias. Aqui se estabelece o que para Silvio Romero é o sentido da identidade do homem de letras brasileiro no ambiente letrado oitocentista: um sujeito capaz de perscrutar o cerne do nacional, definindo o que é uno, comum, isto é, o que é o mesmo; e que, ao mesmo tempo, é um sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência positiva da Civilização, trazendo o olhar cuidadoso daquele que domina o que vem de fora, daquilo que é balizado como outro. Em outras palavras, o letrado está na fronteira entre o local e o universal, atuando como outro (civilizado) e devidamente autorizado – por ser dotado de uma superioridade, a do conhecimento do mundo letrado – a definir o que é próprio ao mesmo (nacional).

Referências

- Alencar J. *Obra Completa em 4 volumes*. v(IV). Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.
- Assis JMM. “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade” In: _____. *Obra completa*. v(3). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.
- Guimarães MLS. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1988; n(1).
- _____. “Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a Escrita da História”. Humanas. Revista de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2000; v(23) n(1/ 2).
- Magalhães DJG. “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”. In: Coutinho A (org). *Caminhos do pensamento crítico*. v(I). Rio de Janeiro: Pallas Brasília INL, 1980.

- Mota MAR. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- Renan E. “O que é uma nação”. In: Rouanet MH. *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IL, 1997.
- Romero S. *História da literatura brasileira*. 2 vols. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. (Romero S., 1902-3, XXVI).
- _____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001
- _____. “A poesia de hoje”. Cantos do Fim do Século. In: Coutinho A (org). *Caminhos do pensamento crítico*. v(I). Rio de Janeiro: Pallas Brasília INL, 1980.
- Schneider AL. *Silvio Romero, hermenêutica do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.
- Souza RAQ (org.) *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.
- Sussekkind F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Turin R. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Ufrgs, 2005.
- Ventura R. *O Estilo Tropical História Cultural e poéticas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- Zilberman R. “História da Literatura e Identidade Nacional”. In: Jobim JL (org). *Literatura e identidades*, Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1999, p. 23-55.

Data de Recebimento: 01/07/2014

Data de aprovação: 09/01/2015

Conflito de Interesse: nenhum declarado.

Fonte de Fomento: nenhum declarado.

Entre a arte e a ciência: a trajetória de Augusto Esteves

*Between art and Science:
the trajectory of Augusto
Esteves*

Jorge Augusto Carreta¹

¹
Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNICAMP, 1994), Mestre em Sociologia (UNICAMP, 1999), Doutor em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP, 2006) e Pós-Doutor em Medicina Preventiva (USP, 2014). Professor das Faculdades de Campinas (FACAMP). Contato: jorgecarreta@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo traça a trajetória de Augusto Esteves, desenhista e ceroplastia que atuou no Instituto Butantan e nos departamentos de dermatologia e medicina legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Esteves produziu centenas de trabalhos, com destaque para as peças em cera que reproduziam doenças dermatológicas, venéreas e temas do ensino de medicina legal, tais como ferimentos infligidos por instrumentos cortantes ou armas de fogo e lesões causadas por acidentes de trabalho. No Instituto Butantan, seu trabalho consistiu essencialmente em reproduzir por meio de desenhos e ceroplastia as serpentes e demais animais estudados na instituição.

Palavras-chave

Augusto Esteves, ceroplastia, Faculdade de Medicina de São Paulo, Instituto Butantan, Instituto Oscar Freire, dermatologia.

Abstract

This article traces the trajectory of Augusto Esteves, designer and specialist in wax modelling. He worked at dermatology and legal medicine departments in the Faculty of Medicine, University of São Paulo. Esteves made hundreds of pieces, mainly wax models depicting dermatologic diseases and issues from forensics such as knives or firearms wounds and occupational accidents. At Butantan Institute he depicted snakes and other animals by drawings and model waxes.

Key words

Augusto Esteves, ceroplastics, Faculty of Medicine of São Paulo, Butantan Institute, Oscar Freire Institute, dermatology.

O corpo modelado em cera

Como indica Monteiro (2009), a preocupação com a representação do corpo humano e o desvendamento de suas estruturas íntimas são componentes marcantes da cultura visual ocidental, sobretudo com o surgimento da chamada “ciência moderna”. Especificamente durante o Renascimento, quando há o resgate dos estudos anatômicos, as investigações sobre os mistérios do corpo não eram feitas apenas pelos médicos, mas também por artistas preocupados em representar a figura humana da maneira mais fidedigna possível (Landes, 2008).

A modelagem em cera estava inserida no movimento maior de mudança nas formas de conhecimento anatômico. Não há precisão exata quanto ao período em que modelos de cera foram usados para o ensino ou preparação de médicos. Modelos em cera do corpo humano ou de suas partes são produzidos desde há quatro mil anos. Podem-se encontrar peças feitas por egípcios, gregos e romanos (Haviland e Parish, 1970). O uso de imagens votivas, que representam partes do corpo curadas pela graça de santos ou da divindade, data desde os períodos pré-cristãos e até hoje podem ser encontradas nas igrejas. Em Florença, dos séculos XIII ao XVII, eram inúmeros os ateliês que produziam tais imagens.

2
Entretanto, Foucault (2006, p.137) diz que no século XVIII a obtenção de cadáveres para dissecação tornou-se mais fácil e os anatomistas trabalhavam tranquilamente.

3
Segundo Balestrieri (2009, p.224), as primeiras tentativas de preservar cadáveres com injeções de produtos químicos foram feitas pelo italiano Marcello Malpighi (1628-1694) e pelo naturalista holandês Jan Swammerdam (1623-1680). Os preparados podiam ser coloridos ou não e continham elementos variados, como álcool, mercúrio, metais (chumbo, bismuto ou ferro) e cera.

Como dito acima, o interesse científico pela exploração do interior do corpo ressurgiu durante o Renascimento, mobilizando médicos e artistas. Havia grandes dificuldades para se conseguir cadáveres e preservá-los. Muitas vezes os anatomistas eram acusados de manter ligações com criminosos que roubavam corpos recém-sepultados de cemitérios². Maneiras de preservação das peças anatômicas pelo maior tempo possível foram desenvolvidas, mas o tempo de duração era limitado³. A modelagem em cera foi a saída para reproduzir os órgãos e estruturas internas. O material era facilmente moldado, poderia ser colorido e receber implantes orgânicos para aumentar seu efeito de representação (pelos, cabelos, dentes etc.) (Balestrieri, 2009). Para os cirurgiões, os modelos em cera poderiam suprir a falta de cadáveres usados em demonstrações anatômicas.

Entre fins do século XVII e começo do XVIII, o interesse por modelos de cera dentro da profissão médica atinge o seu auge, com destaque para a produção feita por cirurgiões, tal como o francês Guillaume Desnoues (1650-1735). Utilizando-se da técnica de injeção de cera nas preparações, ele organizou em Paris um museu de peças anatômicas de cera aberto à visitação pública. As peças também foram expostas em Londres e atraíram grande atenção. Antes de alugar as peças para fins didáticos, o médico francês preferiu fazer um *tour* por cidades do interior da França e Inglaterra. Em 1726, as peças reaparecem em anúncios de palestras sobre anatomia humana (Haviland&Parish, 1970).

O surgimento da modelagem médica de doenças (chamada de *moulage*, termo derivado do francês *mouler*, ou seja, “moldar”) seguiu o desenvolvimento da anatomia patológica e de novas noções sobre saúde e doença. Esse processo pode ser localizado entre os séculos XIX e XX, mas desde o século XVII encontram-se esforços de descrição e classificação das enfermidades que acometiam os seres humanos (Sevalho, 1993, p.357). O médico inglês Thomas Sydeham (1624-1689) dizia que “para ajudar o doente era preciso delimitar e determinar o seu mal” (Canguilhem, 2007, p.11). Haveria, segundo ele,

Canguilhem (2007, p.26) apontou as dificuldades dessa concepção. Mesmo negando o caráter “ontológico” das doenças e seu caráter qualitativo, o que impediria a nosografia de Phillipe Pinel e outros. Broussais ainda se apegava a uma definição “valorada” de estado normal, quer dizer, a um ideal de perfeição não claramente definido.

espécies mórbidas, tal como existem as espécies vegetais ou animais.

O médico italiano Giovanni Battista Morgagni (1682-1771) criou a anatomia patológica por meio da associação entre as lesões presentes em tecidos corporais e os sintomas de certas doenças, permitindo que a classificação nosográfica encontrasse, como disse Canguilhem, apoio na “decomposição anatômica” (Canguilhem, 2007, p.12).

Essa identificação entre lesão histológica e doença abriu caminho para a evolução da fisiologia. François Broussais (1772-1838), combinando elementos das doutrinas de Xavier Bichat e John Brown, defendia a ideia de que as doenças eram de natureza quantitativa, isto é, surgiriam devido a uma maior ou menor excitação dos órgãos ou tecidos do corpo. O excesso de estímulos, provenientes do meio ou do próprio cérebro, teria mais importância que a falta e daí decorreriam a maioria dos estados patológicos. Nessa concepção, a patologia era um prolongamento da fisiologia. Saúde e doença, normal e patológico apresentariam uma relação de continuidade, seriam apenas a variação numérica de um mesmo estado. O corolário dessa concepção é a doença como algo visível, tangível e mensurável⁴. Essa teoria foi assumida e continuada por Claude Bernard (1813-1878), o grande nome da medicina experimental francesa.

Para Bernard, a medicina experimental compreendia três partes distintas: a fisiologia, a patologia e a terapêutica, sendo a primeira a sua base. Ele considerava a medicina de sua época essencialmente empírica. Apesar de apontar as limitações dessa prática médica, Bernard não a rejeitava. Afirmava que a observação era parte importante da medicina experimental. Dentro de seu esquema de evolução das ciências, exposto em *Introdução ao estudo da medicina experimental*, publicado em 1865, a medicina empírica era o primeiro período da medicina experimental. Mas todos os dados oriundos da observação deveriam ser submetidos à prova pela experimentação. Em sua época, dizia Bernard, a medicina se encontraria em uma fase de transição do empirismo

5
De acordo com Foucault (2006, p.149), a anatomoclínica aplicou “o princípio diacrítico a uma dimensão muito mais complexa e problemática: aquela em que se articulam as formas visíveis da história patológica [sintomas] e os elementos visíveis que aparecem quando ela acaba”.

6
Gaetano Giulio Zumbo (1656-1701), treinado na Escola de Anatomia de Bolonha, teria trabalhado em Florença sob a proteção da família Médici. De formação religiosa (era um abade), suas primeiras obras em cera tinham caráter marcadamente religioso, mas o reconhecimento veio pelos chamados “Teatros da Morte” (ou “Teatrini”), que expressavam a decadência do corpo, o senso de precariedade da vida e a morte. Para mais detalhes, ver Poggesi (2009).

puro para a observação combinada à experimentação laboratorial (Bernard, 1944, p.266-268).

Essa maneira de pensar o patológico vai se opor à clínica, conjunto de formulações médicas oriundas da observação dos sintomas clínicos dos doentes feitas à beira dos leitos (Foucault, 2006). Essa medicina “racionalista” deu origem ao que se chamou de concepção ontológica de doença, isto é, aquela que considerava que todos os males tinham sua própria “história natural” e podiam ser ordenados em classes, ordens, gêneros e espécies (Sevalho, 1993, p.357). Foucault (2006, p.139) observa que “a clínica, olhar neutro sobre as manifestações, frequências e cronologia, preocupada em estabelecer parentesco entre sintomas e compreender sua linguagem, era (...) estranha a essa investigação de corpos mudos e atemporais (...). Anatomia e clínica não têm o mesmo espírito”.

No entanto, essa oposição vai aos poucos enfraquecendo e surge no século XIX aquilo que Foucault chamou de “anatomoclínica”, resultante de uma “litigiosa estruturação” na qual a clínica e a anatomia patológica se confrontaram. A clínica e sua nosografia ganharam uma nova base proveniente da anatomia patológica de Xavier Bichat (1771-1802), que privilegiava a análise dos tecidos formadores do corpo e não dos órgãos⁵ (Foucault, 2006).

Os modelos em cera, inicialmente, buscavam representar de forma fidedigna a anatomia humana e traduzir as leis naturais. Mas desde o artista siciliano Zumbo podemos perceber a preocupação com a doença e a decadência do corpo⁶. A *moulage* se torna relevante no começo do século XIX. Conforme aponta Schnalke (1995, p.47), ela acompanhou as mudanças que transformaram a medicina em uma disciplina clinicamente orientada.

Da metade do século XIX em diante, as especialidades médicas começavam a se multiplicar, impulsionadas pelo avanço das técnicas cirúrgicas, do diagnóstico clínico mais apurado e da experimentação. A dermatologia e a venereologia se tornaram disciplinas médicas reconhecidas no início do século XIX, separando-se de outras (Haviland e Parish 1970,

Como assinalam os autores, ao final do século XIX todos os grandes centros de dermatologia (Paris, Londres, Viena) possuíam importantes museus ceroplásticos. A coleção parisiense serviu de modelo para os demais hospitais dermatológicos europeus. (Haviland e Parish, 1970, p.69).

p.69). Sua origem, entretanto, está na anatomia patológica do final do século anterior (Schnalke, 1992). Inicialmente, a anatomia patológica desenvolveu a noção de que as doenças estavam associadas a um órgão específico. Com isso, a prática clínica ganhou ênfase, com a observação do doente e a descrição dos sintomas. Os diagnósticos eram confirmados pelas disseções. Essas práticas identificaram novas doenças e as classificaram em sistemas nosológicos. Os grupos se relacionavam com os órgãos e seus sistemas, o que serviu de base para o surgimento das especialidades médicas. (Schnalke, 1992, p.134)

A pele humana não era vista como um órgão e suas afecções apenas refletiriam a doença de órgãos internos. Aos poucos, essa concepção mudou e ela passou a ser vista como local de condições patológicas específicas, que poderiam ser descritas e tratadas. Por volta de 1860, como indicam Haviland e Parish (1970), a dermatologia ainda fazia parte das disciplinas médicas iniciantes e seus praticantes começaram a perceber a importância dos modelos de cera para fins didáticos⁷.

Foi no Hôpital Saint Louis, em Paris, que ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de Dermatologia e Sifiliologia, em 1889. Segundo Schnalke (1992), esse evento marcou o início do período de florescimento da arte da moldagem na Europa. A instituição francesa teve papel central na consolidação da disciplina e a influenciou até meados do século XX.

A prática do “ensino do olho” (“teachingof-theeye”) no Saint Louis já estava presente nas aulas do médico Jean Louis Alibert (1768-1837), que lançava mão de ilustrações, gravuras, aquarelas e pinturas a óleo para melhor caracterizar para os seus alunos as doenças dermatológicas. Isso abriu caminho para a introdução da moldagem em cera no ensino do hospital, o que foi feito por Charles Lailler (1828-1898) na década de 1860. Seu principal colaborador foi Pierre François Baretta (1834-1923), artista de origem belga, contratado pelo Saint Louis em 1870. Ele produziu aproximadamente duas mil peças para o Hospital, mas também para médicos particulares da França e de outros países. Além disso, foi o

8
De acordo com Schnalke (1992), a coleção de moulages do Hôpital Saint Louis é a maior do mundo, contando com mais de quatro mil peças.

9
“Many representants of the young discipline recognized the vividness of moulages, which had a lasting effect on the observers memory. They accepted the moulage as a ‘modern’ dermatologic teaching medium that overcame the two-dimensional abstraction of plane illustrations. Many dermatovenereologists left Paris with the wish to establish moulage collections at their own local hospitals. (Schnalke, 1992, p.137).

10
Os modelos feitos de plástico, por exemplo, podiam ser reproduzidos diversas vezes a partir de um negativo. Eram mais resistentes, flexíveis e duradouros, além de apresentarem cores mais fidedignas. Mas mesmo eles não resistiram ao desenvolvimento da fotografia dermatológica (Schnalke, 1993).

principal colaborador do Museu de Patologia do Saint Louis⁸ (Schnalke, 1992, p.135).

O Primeiro Congresso Internacional de Dermatologia e Sifiliologia colocou em evidência as obras de Beretta, que foram vistas por médicos de diversas partes da Europa, despertando o interesse de formar coleções em seus próprios hospitais⁹. A moldagem dermatológica restringia-se aos grandes centros e ainda não era utilizada na Alemanha ou no Império Austro-Húngaro. O evento parisiense certamente teve importância decisiva para a disseminação dessa técnica.

A “*moulage*” teve seu apogeu nas quatro primeiras décadas do século XX e conheceu sua decadência a partir da década de 1950. As peças, usadas no ensino, educação pública e pesquisa perderam força face ao surgimento de novas tecnologias de documentação e representação das doenças¹⁰. Muitas coleções foram descartadas ou armazenadas de forma inadequada. A profissão de modelador médico foi extinta e as técnicas esquecidas.

Augusto Esteves: artista e ceroplasta

A trajetória de Augusto Esteves confunde-se com a história da ciência e da medicina em São Paulo. Ele atuou em instituições paulistas como desenhista e ceroplastia, essencialmente produzindo objetos para uso científico e didático. Como ele mesmo afirma em sua autobiografia, desde a adolescência conviveu com médicos e seus métodos científicos, o que permitiu o apuro de sua técnica. Ele atuou nos anos que, segundo seu relato, “tiveram papel preponderante para que se processasse o movimento científico que hoje é um padrão de orgulho para o Brasil”. Entre o final do século XIX e começo do XX, ele assistiu a propagação das epidemias que causavam elevado número de mortes e “punham em brios a secular resistência e perseverança dos Bandeirantes”. (Esteves, 1960, p.1)

Nascido em 1891, na cidade de São José da Boa Vista, no Paraná. Antes de completar um ano, mudou-se com os pais para a cidade paulista de Avaré. Mostrou aptidão para o desenho desde as

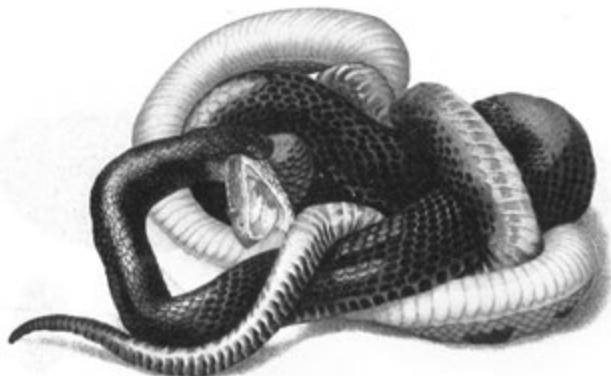
Pedro Strina, na verdade o italiano Pietro Strina, nasceu em Ascoli Piceno, em 1874. Faleceu em 1927, em Nápoles. Residiu no Brasil até 1924. Fez pinturas decorativas no Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, Na faculdade de Direito de São Paulo e no Liceu Coração de Jesus. Também se dedicou a pintar retratos e, eventualmente, paisagens. Além de Augusto Esteves, foi de professor de outros artistas, tais como Cimbélino Freitas e Gastão Formenti (Tarasantchi, 2002, p. 341)

primeiras séries primárias. Concluída a instrução primária, mudou-se para São Paulo em 1904, aos treze anos. Empregou-se na firma Martins Costa & Cia., que vendia tecidos e roupas feitas. Apesar do pequeno ordenado que recebia, comprou tintas e pincéis para fazer a sua primeira pintura em um tela de algodão cru.

Aos domingos, aproveitava para visitar o Museu do Ipiranga e contemplar as obras de Almeida Júnior, Pedro Alexandrino, Benedito Calixto, Pedro Américo e Antônio Parreiras. Sem nunca ter recebido lições formais de arte, Esteves teve dois trabalhos aceitos (um desenho a lápis e uma aquarela) para integrar a Exposição do Primeiro Centenário da Abertura dos Portos, em 1908. Os quadros foram contemplados com a medalha de prata da exposição preparatória para o centenário, ainda em 1907.

Em 1908 deixou a casa Martins Costa e apresentou-se ao artista italiano Cesar Formenti. De partida para o Rio de Janeiro, Formenti não pode tomar Esteves como aluno, mas o indicou para Pedro Strina . Durante um ano pagou as aulas com dinheiro economizado, mas findas as reservas, abandonou o professor e se empregou em uma indústria metalúrgica como auxiliar de escritório. Em um encontro casual, Pedro Strina¹¹ convidou Esteves a voltar aos estudos artísticos, garantindo-lhe um pequeno pagamento.

Figura 1
Ilustração de Esteves para A
defesa contra o ophidismo (1911).

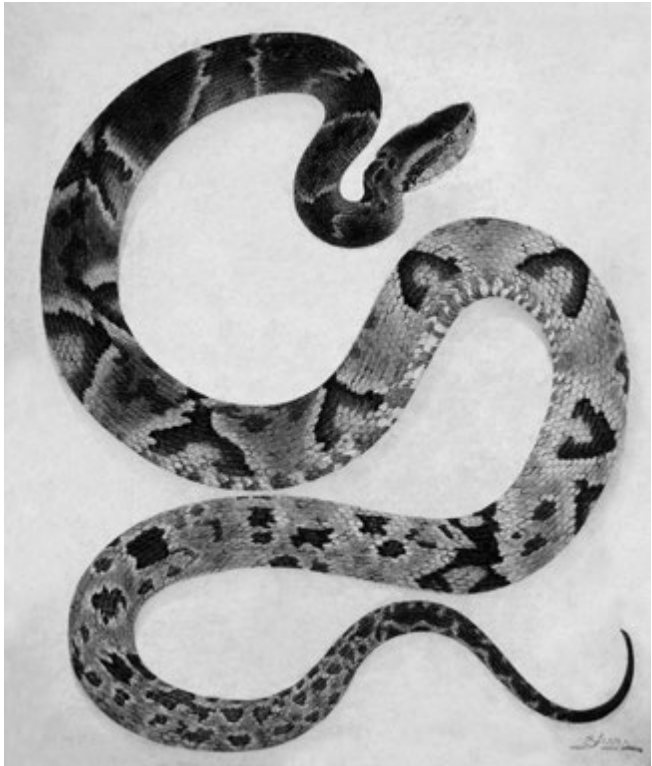


A atuação no Instituto Butantan

A permanência no atelier de Strina permitiu ao jovem Augusto Esteves a convivência com o meio artístico, numa época que pintores e escultores eram vistos como devassos e boêmios. Conheceu o escultor Lorenzo Petrucci, o pintor Adolfo Fonzari e o fotógrafo Giovanni Sarracino, todos italianos. Foi justamente este último que o levou para conhecer o Instituto Butantan em março de 1912. Esteves foi apresentado a Vital Brazil, que o convidou para ilustrar a edição francesa de *A defesa contra o ofidismo* (figura 1).

Esteves relata que para a primeira tentativa de desenhar uma cascavel recebeu uma fotografia do animal e várias peles que serviriam como guia para as cores. (Esteves, 1960, p.9) O trabalho foi aprovado por Brazil e, seis meses após o primeiro encontro, Esteves foi contratado para ilustrar *La défense contre l'ophidisme* e a *Monografia do Instituto Butantan*, livros editado em 1914 por Pocai & Weiss. Seu salário

Figura 2
Jararaca (Bothrops),
desenho de Augusto Esteves.
Cortesia de Osvaldo Esteves,
Instituto Butantan.



12

No acervo do Instituto Butantan não há mais nenhuma peça remanescente da produção inicial de Augusto Esteves. Em artigo publicado em 1950, Esteves afirma que além das cobras, eram feitos modelos em cera de suas mordeduras, que eram expostas junto às peças. Também fez moldes dos diversos aspectos da vacinação jennériana e das lesões das picadas de aranhas (Esteves, 1950)

13

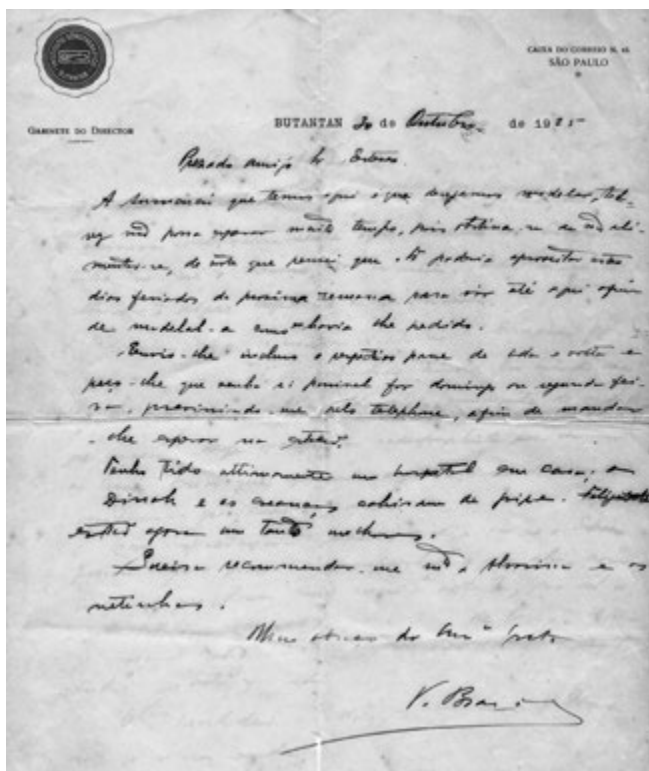
Esteves também produziu cartazes de educação sanitária a serem usados nas escolas primárias e secundárias e outras repartições públicas do estado de São Paulo. (Esteves, 1960, p.15)

inicial correspondia a quinhentos mil réis, que correspondia a sobra da verba de “expediente”. O trabalho de Esteves no Butantan consistia em produzir moldes de cobras em cera e desenhos das cobras e serpentes estudadas no Instituto (figura 2).

Insatisfeito com os modelos de cera importados da Alemanha, considerados imperfeitos e frágeis, Brazil incumbiu Esteves de moldar as peças a serem usadas em ensino e pesquisa¹². Embora não tenham restado vestígios das cobras em cera, uma carta datada de 30 de outubro de 1925, e assinada por Vital Brazil, confirma que o trabalho de Esteves ia além do desenho e abrangia a ceroplastia¹³. Na carta, Brazil, que à época dirigia também o Instituto Vital Brazil em Niterói, pede a Esteves que compareça o mais rápido possível ao Butantan para fazer os estudos para a modelagem de uma surucucu que recusava a se alimentar e, portanto, não teria muito tempo de vida (figura 3).

Figura 3

Carta de Vital Brazil a Augusto Esteves, 30/10/1925. Cortesia de Osvaldo Esteves.



Esteves eventualmente colaborava com cientistas do Butantan, como no caso do estudo sobre a biologia da mosca do berne (*Dermatobia hominis*), conduzido pelo dr. João Florêncio Gomes. O estudo se beneficiou do conhecimento de “Nho Quim Gomes”, homem rural de Piracicaba, que descreveu para o médico do Butantan o ciclo de vida da larva do berne e chamou a atenção para um hospedeiro intermediário, uma mosca silvestre, que conduzia a larva até o hospedeiro definitivo. Esteves fez o desenho da mosca, que ilustrou o artigo publicado por João Florêncio nos *Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia* (vol. VIII, no 9, set. 1917) (Figura 4).

A ceroplastia e a atuação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

As primeiras experiências em modelagem de lesões anatômicas começaram em 1914. A primeira peça representava a úlcera de Bauru na parte frontal da cabeça de um menino, paciente do dr. João Florêncio. Foi feita com o espermacete obtido a partir de uma vela Clichy. O artista também fez um desenho da afecção. Mais tarde, graças a volumosa produção, foi nomeado “desenhista-ceroplasta” do Instituto Butantan. Em fins de setembro e começo de 1918 realizou-se em São Paulo um congresso médico, no qual figuraram duas dezenas de peças em cera de Esteves que representavam úlceras atônicas e fagedênicas (Esteves, 1960, p. 20).

Vital Brazil deixou o Instituto Butantan em 1919 (mas ainda o comandaria entre 1924 e 1927) e fundou o Instituto de Higiene, Soroterapia



Figura 4
Desenho a bico de pena da
mosca portadora dos ovos de
Dermatobia hominis. (Fonte:
Esteves, 1960).

14

Segundo Ribeiro (2001), o “Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S. A.” foi criado em 1928 por médicos treinados no Instituto Butantan. Um dos fundadores, Mário Pereira, trabalhou com Vital Brazil em seu Instituto de Niterói, assim como Esteves. O Instituto Pinheiros produzia vacinas e soros, inclusive antiofídicos, chegando a ser responsável por 80% do abastecimento do mercado nacional. Havia peças de cera de autoria de Esteves no instituto, que se perderam quando uma empresa estrangeira o comprou.

15

Flaminio Fávero, catedrático de medicina legal da Faculdade de Medicina da USP após a morte de Oscar Freire, em 1923, foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, que presidiu a partir de 1937, diretor da Faculdade de Medicina entre 1937 e 1938, membro do Conselho Penitenciário desde 1926 e diretor do Departamento de Presídios do Estado de São Paulo entre 1943 e 1945. É, sem dúvida, um dos expoentes do esforço de consolidação da medicina legal paulista, tratando de coligir os escritos de Oscar Freire e publicá-los após sua morte. Ele mesmo se dedicou a tarefa de escrever um tratado de medicina legal que foi utilizado durante décadas pelos alunos de sua cátedra. Ele também publicou numerosos artigos sobre os diversos temas da medicina legal (Ferla, 2009, p. 81)

16

Segundo relato de Lacaz (1993), Esteves foi admitido no Instituto Oscar Freire em 1937 e produziu cerca de uma centena de peças, que representavam hímens, esgorjamentos, lesões por armas brancas ou de fogo, cicatrizes, tatuagens, lesões ocupacionais e alterações causadas pela sífilis na pele e em órgãos genitais.

17

No Fundo Aguiar Pupo do Museu Histórico Carlos Silva Lacaz

e Veterinária (mais tarde, Instituto Vital Brazil) em Niterói, estado do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2001). Esteves o acompanhou, assumindo tarefas administrativas. De volta a São Paulo, em 1934, trabalhou no Instituto Pinheiros como desenhista e distribuidor de anúncios¹⁴.

A contratação de Augusto Esteves pela Faculdade de Medicina de São Paulo se deu em 1936. Ele ocupou inicialmente uma sala conseguida por Aguiar Pupo, titular da cátedra de dermatologia, na Santa Casa de Misericórdia. Atuou também no Instituto Oscar Freire e na cátedra de Medicina Legal sob supervisão de Flaminio Fávero¹⁵. Entre 1943 e 1959 foi auxiliar técnico da Clínica Dermatológica, contratado por Aguiar Pupo. Nesse período, dedicou-se intensamente à *moulage* dermatológica, produzindo aproximadamente 259 peças¹⁶. Elas representavam principalmente lesões dermatológicas próprias da nosologia tropical. Também consta em sua produção desenhos a carvão e retratos a óleo de personagens importantes da Faculdade de Medicina (Lacaz, 1993).

As fontes documentais disponíveis na Faculdade de Medicina da USP não indicam a que tradição de *moulage* médica se filiava Augusto Esteves. Contudo, podemos supor que o modelo possa ter sido fornecido pela coleção de cera do Hôpital Saint-Louis, em Paris, que detém uma coleção de aproximadamente cinco mil peças.

No acervo do Museu Histórico da FMUSP encontra-se uma carta em francês de Aguiar Pupo dirigida ao médico dermatologista francês Ferdinand Jean Darier (1856-1938), chefe do departamento clínico do Hôpital Saint-Louis, em Paris, entre 1909 e 1922. Datada de 12 de julho de 1929, a carta sugere que os dois médicos se conheciam há algum tempo. Nela, o médico francês é chamado por Pupo de “mestre”¹⁷. De fato, Darier é considerado um dos nomes mais importantes da dermatologia francesa e influenciou vivamente a dermatologia nacional.

A relação entre Pupo e Darier fornece a pista para entendermos as peças ceroplásticas. O Hôpital Saint-Louis, como vimos, reúne enorme coleção de

há um número dos *Annales de Dermatologie et Syphiligraphie* de novembro de 1929. Na capa, há uma dedicatória de Darier a Aguiar Pupo ("Ao meu eminente colega e caro amigo"). O periódico traz um único artigo de Darier, intitulado *Lettre Du Brésil*. Nele, o médico francês trata das doenças dermatológicas presentes no Brasil (boubas, pian, blatomicoses, lepra, sífilis etc.). No começo do texto, Darier faz menção à recente viagem que fizera ao Brasil. Ele visitou São Paulo acompanhado dos patologistas Archard e Chauffard. Essa informação é confirmada por Aguiar Pupo no necrológio de Darier, publicado no segundo volume dos *Archivos de Dermatologia e Syphiligraphia de São Paulo*, em fins de 1938. No necrológico texto, Pupo exprime "o grande pesar dos dermatologistas de São Paulo" pelo falecimento do mestre francês.

18

Em 1980, por iniciativa de Carlos Silva Lacaz (1915-2002), diretor da Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978 e idealizador do Museu Histórico, criou-se o Museu Ceroplástico Augusto Esteves. Ele foi instalado em um dos saguões do Departamento de Microbiologia e Imunologia da Faculdade. A exposição foi desmontada anos depois e as peças foram armazenadas por Lacaz no Museu Histórico da Faculdade de Medicina, onde ainda hoje permanecem.

19

O pênfigo foliáceo, também conhecido como "fogo selvagem", é doença autoimune que provoca lesões dolorosas, em formato de bolha, na pele de todo corpo. Comum nas áreas tropicais do Brasil, ataca primeiro a face e o couro cabeludo e, no estágio seguinte, o tórax e outras partes do corpo. A etiologia é desconhecida, mas há evidências de predisposição genética. Fatores ambientais ou medicamentos podem concorrer para desencadear a doença. (Disponível em <http://www.sbd.org.br/doencas/penfigo/>. Acesso em 24 nov 2014)

peças ceroplásticas de dermatologia. Em suas prováveis visitas à França, Aguiar Pupo conheceu essas peças e trouxe a ideia de montar um acervo próprio, priorizando a nosografia nacional. Há escassos registros dos usos dessas peças, mas supomos que eram utilizadas sobretudo em sala de aula, com fins didáticos. Apenas mais tarde elas se tornaram objetos de exposição¹⁸.

Cabe ainda frisar que as peças de dermatologia da FMUSP apresentavam o mesmo padrão de confecção das peças francesas. A peça de cera apresentada dentro de uma caixa de madeira, protegida por um vidro e envolvida por um tecido branco drapeado, quase lembrando um campo cirúrgico (figuras 5 e 6). Tal como no museu do Hôpital Saint-Louis, as peças nacionais também eram acompanhadas por desenhos detalhados, apresentando a lesão causada pela doença em duas dimensões.

Augusto Esteves também produziu um conjunto de peças representando uma doença de pele chamada pênfigo foliáceo.¹⁹ Elas estão sob a guarda do Museu Emílio Ribas, ligado administrativamente ao Instituto Butantan. A coleção abriga vinte e uma peças representando diferentes estágios e variedades do pênfigo foliáceo. As fichas de identificação que sugerem que as peças foram produzidas entre 1946 e 1948 no Instituto Adhemar de Barros, localizado no bairro paulistano do Mandaqui²⁰. Também há no Museu Emílio Ribas desenhos emoldurados de autoria de Esteves, indicando que a feitura das peças em cera seguia o mesmo processo que as peças depositadas no Museu Histórico da FMUSP (figuras 7 e 8).

Além da produção em cera, Esteves retratou a pena os prédios que abrigaram cátedras da Faculdade de Medicina para o evento de comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Também compunha essa mostra um retrato do primeiro diretor da faculdade, Arnaldo Vieira de Carvalho (Figuras 9 e 10).

Além de trabalhar para a cadeira de dermatologia e sifiligrafia, Esteves também atuou no Instituto Oscar Freire (IOF) sob a supervisão de Flaminio Fávero. Ele foi admitido no IOF em 1937

O Hospital do Mandaqui foi criado por Adhemar de Barros, interventor federal em São Paulo durante o primeiro governo Vargas (Decreto 9.566, de 27/09/1938). Idealizado inicialmente para abrigar pacientes que sofriam de tuberculose, o complexo foi ampliado e ganhou, em 1940, um hospital para o serviço do pênfigo foliáceo. Em 1947, ano da eleição de Barros para o governo de São Paulo, o hospital do pênfigo passou a se chamar Instituto Adhemar de Barros.

e produziu cerca de uma centena de peças representando hímens, esgorjamentos, lesões por armas brancas ou de fogo, cicatrizes e acidentes de trabalho (Figuras 11 e 12).

Esteves também confeccionou materiais para uso nas aulas de medicina legal, além das peças em cera. No acervo do Museu do Instituto Oscar Freire há uma centena de pranchas desenhadas por Esteves, que representam temas da medicina legal e, ao que tudo indica, eram usadas nas aulas ministradas pelo departamento (figuras 13 e 14). A maior parte das pranchas está numerada e datada. As datas constantes nos desenhos permitem estabelecer que elas foram produzidas entre as décadas de 1930 e 1950.

O legado de Augusto Esteves

Augusto Esteves aposentou-se em 1959 e faleceu poucos anos depois, em 4 de fevereiro de 1966. Seu fêretro saiu do Instituto Oscar Freire e diversas

Figura 5
Acne conglobada, moulage de Augusto Esteves Acervo do Museu Histórico da FMUSP.
Fonte: Mota, 2010, p. 72.



Figura 6
Lupus erythematosus, moulage de Stephane Littre, Hôpital Saint-Louis, Paris, 1939. Fonte: Schnalke, 1995, p. 88.



Figura 7
Pênfigo foliáceo. Instituto Adhemar de Barros, setembro de 1948. Acervo do Museu Emílio Ribas. Foto do autor.

Figura 8
Pênfigo foliáceo. Detalhe de desenho de Augusto Esteves, julho de 1946. Serviço do Pênfigo Foliáceo, Instituto Adhemar de Barros. Acervo do Museu Emílio Ribas. Foto do autor.

Figura 9
Arnaldo Vieira de Carvalho por
Augusto Esteves. Acervo do
Museu Histórico da Faculdade de
Medicina da USP.



Figura 10
Instituto Oscar Freire por
Augusto Esteves. Acervo do
Museu Histórico da Faculdade de
Medicina da USP.

Figura 11
Ferimento perfuro-cortante
(degola). Acervo do Museu Oscar
Freire. (Foto do autor).



Figura 12
Acidente de trabalho. Coto do
dedo médio. Acervo do Museu
Oscar Freire. (Foto do autor).

homenagens foram prestadas à sua memória. O professor Carlos da Silva Lacaz publicou artigo na Folha de S. Paulo de 13 de fevereiro de 1966, no qual afirmava que as peças de cera por eles confeccionadas lhe conferiam “valor eterno”. Flamínio Fávero, em publicação interna da Faculdade de Medicina e exposta no Museu Oscar Freire, destacava a importância para o ensino das peças e materiais didáticos deixados pelo artista, além das ilustrações que fez para as publicações do departamento de Medicina Legal.

Em 1980, por iniciativa do professor Carlos Silva Lacaz (1915-2002), diretor da Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978 e idealizador do Museu da instituição, fundado em 1977, criou-se o Museu Ceroplástico Augusto Esteves. Ele foi instalado em um dos saguões do Departamento de Microbiologia e Imunologia da Faculdade. A exposição foi desmontada anos depois e as peças foram armazenadas por Lacaz no Museu da Faculdade de Medicina, onde ainda hoje permanecem. Na década de 1990 foi

Em 1948, na IV Semana Paulista de Medicina Legal, Augusto Esteves defendeu que as peças ceroplásticas feitas para a medicina legal poderiam ser exibidas como provas durante o julgamento de processos criminais. Dizia ele que era “perfeitamente justo que as moldagens, do ponto de vista de documentação para fins judiciários tenham um papel relevante e ímpar como elemento de prova e convicção”. (Esteves, 1950, p.238) Contudo, não encontramos nenhuma indicação de que as peças tenham sido realmente utilizadas em processos criminais.

produzido um vídeo sobre a obra de Augusto Esteves, idealizado por Lacaz e José Eduardo Costa Martins, naquele momento presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia. A obra foi financiada por um laboratório farmacêutico (Lacaz, 1993).

No presente momento, as obras ceroplásticas de Augusto Esteves estão divididas entre o Museu Histórico da Faculdade de Medicina e o Museu do Instituto Oscar Freire da Universidade de São Paulo. Estima-se que a sua produção em São Paulo chegue a pelo menos três centenas de peças em cera. Há peças de medicina legal depositadas no Memorial da Medicina de Pernambuco, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, que podem ser de autoria de Augusto Esteves.



Figura 13
Duplo suicídio. Prancha de Augusto Esteves, setembro de 1938. Acervo do Museu do Instituto Oscar Freire. (Foto do autor).

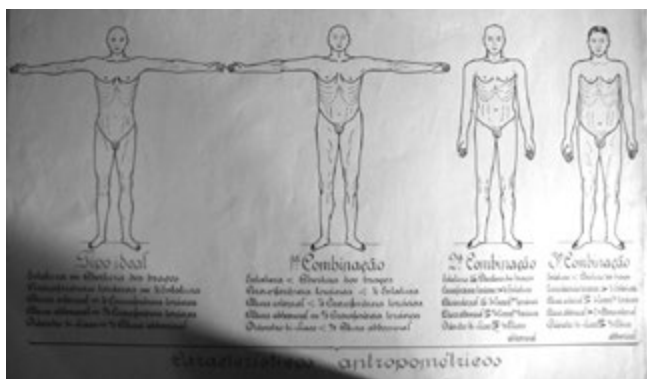


Figura 14
Características antropométricas. Prancha de Augusto Esteves, sem data. Acervo do Museu do Instituto Oscar Freire. (Foto do autor).

Não há indicação clara sobre todas as formas de utilização das peças, mas sabe-se que o seu fim primordial era didático²¹. Durante vários anos elas serviram ao ensino nas cátedras de dermatologia e medicina legal. Augusto Esteves produziu outros tipos de material didático, tal como pranchas (desenhos e gravuras) para uso nas aulas de medicina legal. Há cerca de uma centena dessas pranchas sob guarda do Museu do Instituto Oscar Freire.

A produção de Augusto Esteves realça, sobretudo, as relações entre a arte e a ciência, entre uma atividade “subjativa” e uma atividade que se pretende “objetiva”. Seu exemplo pessoal parece borrar os limites entre as duas atividades e jogar por terra a pretensão da ciência de se apresentar como

atividade racional, neutra e isenta de subjetividade. Atualmente, as imagens e modelos médicos são majoritariamente produzidos por máquinas, supostamente livres da subjetividade e das imprecisões humanas. A fotografia terminou por substituir a ceroplastia e outras formas de representação artística. Alcançou-se por fim a objetividade? Estes seriam os temas possíveis para um estudo sobre as relações entre arte e ciência observáveis nas peças ceroplásticas.

Referências

- Ballestriero R. *Anatomical models and wax Venuses: art masterpieces or scientific craft works?* Journal of Anatomy, 2010; n(216): 223-234.
- Bernard C. *Introducción al estudio de la medicina experimental*. Buenos Aires: Losada S.A., 1944.
- Brazil V. *A defesa contra o ophidismo*. São Paulo: Pocaí & Weiss, 1911.
- Canguilhem G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- Esteves A. *Das moldagens a serviço da Medicina Legal e da Justiça*. IV Semana Paulista de Medicina Legal da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. São Paulo, Tip. do Departamento de Investigações, 1950.
- _____. Autobiografia. c. 1960, mimeo. (Fundo Augusto Esteves – Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo).
- Foucault M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- Haviland TN, Parish LC. *A brief account of use of wax models in the study of medicine*. Journal of history of Medicine and allied sciences, 1970; v(XXV) n(1): 52-75.
- Lacaz CS. *Museu Ceroplástico “Augusto Esteves”*. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, abr.-jun. 1993; v(26) n(2): 125-126.
- Landes JB. *Wax fibers, wax bodies and moving figures: artifice and nature in Eighteenth-Century anatomy*. In: Panzanelli R (ed.). *Ephemeral bodies: wax sculpture and human figure*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008.

- Mota A (org.). *Arte e medicina: interfaces de uma profissão*. São Paulo: FMUSP/Casa de Soluções e Editora, 2010.
- Ribeiro MAR. *Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, nov. 2000-fev. 2001; v(7) n(3): 607-626.
- Sevalho G. *Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença*. Cadernos de Saúde Pública, jul/set, 1993; v(9) n(3): 349-363.
- Schnalke T. *Diseases in wax: The history of the medical moulage*. Berlim: Quinteessence Books, 1995.
- . *A brief history of dermatologic moulage in Europe – Part III: Prosperity and decline*. International Journal of dermatology, Jun. 1993; v(32) n(6): 453-463.
- . *A brief history of dermatologic moulage in Europe – Part II: Breakthrough and rise*. International Journal of dermatology, Feb. 1992; v(31) n(2): 134-141.
- . *A brief history of dermatologic moulage in Europe – Part I: The origin*. International Journal of dermatology, Mar. 1988; v(27) n(2): 134-139.
- Tarasantchi RS. *Pintores paisagistas: São Paulo, 1890 a 1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Data de Recebimento: 25/07/2014

Data de aprovação: 19/01/2015

Conflito de Interesse: nenhum declarado.

Fonte de Fomento: nenhum declarado.

Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889) de Ana Carolina Vimieiro Gomes

A modern and imperial science: brasilian physiology at the end of the nineteenth century (1880-1889), by Ana Carolina Vimieiro Gomes

Márcia Regina Barros da Silva¹

¹
Professora de História das Ciências no Departamento de História – FFLCH / USP. Bolsista Produtividade do CNPq.

O presente livro é fruto de pesquisa de doutoramento e foi premiado como melhor tese dos anos 2011-2012 pela Sociedade Brasileira de História da Ciência – SBHC, esse prêmio permitiu sua publicação por um pool de editoras. O laboratório é seu tema. Mas como um laboratório vem a ser o que é? Como uma atividade se torna moderna, se ela não nasce necessariamente moderna?

Uma área em particular serve de caminho para acompanhar essas perguntas iniciais, a fisiologia. Não toda fisiologia, mas aquela que começava a ser praticada junto ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ao analisar a constituição, as atividades, as realizações e os insucessos do Laboratório de Fisiologia Experimental a autora percorre os caminhos que fizeram com que os principais cientistas envolvidos na criação do Laboratório, João Batista de Lacerda, funcionário do Museu Nacional que depois veio a ser seu diretor, e o francês Louis Couty, atuassem juntos. Os dois médicos passaram a realizar em parceria esforços para a consecução do Laboratório e empreenderem trabalhos e estudos sobre a ação fisiológica do

veneno do curare e sobre os efeitos do veneno da serpente jararaca.

A eficácia das pesquisas realizadas foi o incentivo à criação do Laboratório de Fisiologia Experimental. O destaque de sua importância para a pesquisa brasileira foi o principal argumento utilizado no convencimento das autoridades para a necessidade e utilidade do Laboratório, criado em 1879.

De organização provisória à instituição permanente o Laboratório passou por diversas etapas. Aquisição de equipamentos, a definições de temas de pesquisa e os modos de praticá-las, assim como a aquisição de expertise, são todas etapas a que a autora recorre na busca por identificar ‘os sentidos locais’ da fisiologia ali realizada, demonstrando tanto a constituição quanto os limites do trabalho de institucionalização da fisiologia no Brasil.

Neste panorama outro ponto de interesse que o texto destaca é a questão da circulação dos conhecimentos produzidos e da legitimação destes em fóruns nacionais, e principalmente, internacionais. Como os fins ‘estratégicos’ da produção local da fisiologia, outras searas foram percorridas na busca por criar permanências. A partir de um momento, controvérsias e conflitos são recorrentes, refletindo, segundo a autora, acentos de desconfiança na comunidade local, que reproduzia atitudes existentes também na comunidade internacional; formas de disputa entre a clínica médica e as pesquisas experimentais e o uso do laboratório para assessorá-las.

Segundo a autora, de controvérsias quanto ao resultado de determinados experimentos, a ação terapêutica do permanganato de potássio contra o veneno de cobras, foi investida como ponto de discordância de uma possível prevalência entre teoria e prática. Houve a partir dos espaços do laboratório, lugar de experimentação e de validação dos conhecimentos produzidos, um crescente descontentamento. Principal desacordo vindo de Couty, como aquele que discordava dos resultados, apresentados em fóruns nacionais e internacionais, especificamente na Academia de Ciências de Paris, e Lacerda o mantenedor da proposição de eficácia para o antídoto

recém-indicado. A própria fisiologia saía perdendo ante as contraposições da também nascente microbiologia na década de 1880, com suas diferentes práticas, causações e explicações. Para a autora a emergência da microbiologia, ou bacteriologia, relacionada à debelação de doenças infectocontagiosas, foi a responsável intelectual pelo fim das pesquisas em fisiologia experimental junto ao Museu Nacional e seu Laboratório. A morte de Louis Couty em 1884 foi, por seu lado, o ponto final nas referências a trabalhos de fisiologia experimental ali desenvolvidos.

Todo o cenário construído por Ana Carolina, para discutir a ascensão da fisiologia experimental, visualizada como possibilidade de associar as noções de progresso e modernidade ao declinante sistema de governo do Império no Brasil, está fortemente sustentado pelo uso pertinente que ela faz da bibliografia.

O suporte principal da discussão da autora é o extenso uso de autores e trabalhos dos Science Studies. Ana Carolina utiliza amplamente os principais textos internacionais que caracterizaram a historiografia dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia contemporâneos, além de apresentar aquelas que se constituem as suas mais recentes, além também, das mais tradicionais publicações. Neste sentido a autora aparenta realizar na sua escrita a mesma trajetória de seus personagens, a validação internacional dos estudos locais. Há todo mérito nesse procedimento. Ele representa a abordagem que deu novo sentido aos estudos latino-americanos e nacionais quanto à existência de atividades científicas na América Latina e, portanto também no Brasil, em períodos cada vez mais precoces das histórias locais.

Os temas da mundialização das ciências europeias através do ocidente, ao invés e como crítica de seu simples espraçamento, que seria apenas a absorção lenta e progressiva de verdades, acertos e decisões da ciência e dos cientistas dos países centrais, é o que tem possibilitado a existência de um amplo contingente de historiadores das ciências dos países não europeus. Por todo texto vemos demonstrações de um esforço articulado de assentar os dados locais nesta perspectiva de troca de conhecimentos entre

instâncias de diferentes partes do mundo. Tal empenho historiográfico caracteriza a noção de circulação de conhecimentos como mais produtiva para garantir nossos entendimentos do que a aceitação pura e simples de fatos universais. É neste sentido que a autora demonstra que os dados do laboratório, sua linguagem e estrutura, podem estar entrelaçados com a prosa fina de Machado de Assis, por exemplo, a referendar o circuito que é científico e também social.

Uma questão que faltaria ainda enfrentar, e que não é somente do presente texto, mas de modo geral dos estudos brasileiros da área, é discutir mais ainda a noção de circulação internacional de conhecimento. Se por um lado a forma de entender a história das ciências ‘periféricas’ é nossa, da contemporaneidade, se somos nós que vemos a circulação como um caminho de duplo sentido, algo que sai da Europa, por exemplo a fisiologia experimental do século XIX, e que aqui é apropriada, reutilizada e reapropriada, algo ainda nos falta discutir.

Seguindo as conclusões de Ana Carolina vemos que o significado de apropriação é central em todo o seu texto:

Desta feita, constatou-se que a fisiologia oitocentista adquiriu sentido no país porque mediada, ou melhor, amalgamada à cultura científica brasileira daquela época e, por conseguinte, porque também contemplava os interesses agrícolas, econômicos e comerciais das elites agroexportadoras dominantes. (p. 144).

Em complemento os resultados das pesquisas brasileiras também fazem parte desse sentido de apropriação. Esse esforço é claro quando a autora indica que

Essa originalidade, para além de proporcionar identidade científica ao país e, assim, significativa notoriedade para a ciência nacional perante os fóruns científicos internacionais – especialmente na França –, fez da fisiologia experimental elemento importante no processo de desenvolvimento do Brasil de fins dos oitocentos. Símbolo de progresso do país. E é nessa

perspectiva que a concebemos como uma ciência moderna e imperial. (p. 144).

Associando a apropriação e a resignificação das ciências a que a autora alude, vemos que de certa forma nossas práticas e seus resultados tiveram que retornar à Europa como modo de confirmar sua originalidade, e aí sim se tornarem universais. E nesse quadro de enfrentamento historiográfico por um lugar ao sol da história das ciências o retorno à Europa fica pouco problematizado. A noção de apropriação é com certeza diferente de assumir que a ciência europeia por ser portadora da verdade que se implanta em todos os lugares, destituindo as práticas locais avessas à cientificidade objetiva, ora enfrentando resistências ignorantes e teimosas, ora se implantando com mais facilidade. Mas a circulação de conhecimento circula a ponto de intervir nas ciências europeias? O que das práticas locais se insurge daquelas ciências? Nós buscamos reconhecimento ou o que? Circular deveria ser um movimento de ida e vinda, e nessa associação ainda vemos pouco como as ciências e os conhecimentos locais modificam aqueles que se intitulam o centro. Apesar de tantos esforços continuamos com um universal de mão simples? Essa é uma pergunta que teremos ainda que nos esforçarmos por empreender.

Referências

Gomes ACV. *Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte (MG): Fino Traço; Campina Grande (PB): UDUEPB; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

Data de Recebimento: 01/09/2014

Data de aprovação: 10/09/2014

Conflito de Interesse: Nenhum declarado

Fonte de Fomento: Nenhum declarado

Seção Fontes e Documentos

Allocução proferida pelo Dr. Arthur Neiva, director do serviço sanitario de S. Paulo, na inauguração, no Instituto de Butantan, em 20 de fevereiro de 1918, do Horto Oswaldo Cruz, destinado ao cultivo de plantas toxicas e medicinaes¹

Arthur Neiva²

1
Transcrição de Folheto publicado originalmente em 1918, respeitando a grafia do documento original, a partir de exemplar que compõe o Arquivo Pessoal Arthur Neiva, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc-FGV, Rio de Janeiro, consultado em maio de 2014.

2
Arthur Neiva (1980 – 1943), nascido em Salvador-BA, foi um médico, cientista, escritor e político brasileiro. Atuou no Instituto Manguinhos, com importantes pesquisadores como Carlos Chagas e Oswaldo Cruz. Ao lado de Belisário Penna, em 1912, percorreu estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste e publicou, quatro anos depois, um relatório em que são denunciadas as más condições de vida e saúde da população rural.

Em 1865, Ladislau Netto lia na Sociedade Botânica de França, uma proposta sobre a criação, no Brasil, de um horto de plantas medicinaes. O botânico Naudin abraçou com entusiasmo a idéia do cientista brasileiro e teve a esperança de que o Imperador do Brasil de prompto realizaria tão importante commettimento, que iria servir á causa geral do progresso humano.

Apezar do incontestável desejo, tantas vezes manifestado por D. Pedro II, não se poudo realizar naquella época, mau grado o cognome de Mecenas que os coevos lhe concederam e que é de justiça reconhecer, a aspiração de dotar o Brasil com um horto onde se estudasse, além das especies de uma flora riquissima, os productos vegetaes uteis ás industrias e á medicina.

E pois com viva satisfação que, 53 annos após a solicitação de Charles Naudin, assistimos, hoje, a realisação pratica de um *Horto Botânico* ideado segundo os moldes imaginados pelo cientista patricio. E não

Participou do movimento que congregou cientistas, médicos e intelectuais em prol do saneamento do país. Com a tese intitulada “Revisão do gênero Triatoma”, sobre um dos gêneros de barbeiros, tornou-se livre-docente da cadeira de história natural médica e parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914. Atuou como diretor do Serviço Sanitário de São Paulo (1916 – 1922), diretor do Museu Nacional no Rio de Janeiro (1923-1927), chefiou a Comissão de Estudos da Praga Cafeeira (1924 a 1926). Foi um dos idealizadores do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo (1927) e ao longo de sua trajetória, assumiu por diversas vezes a direção superintendente do Instituto. Foi eleito Deputado Federal (1933), Presidente da Comissão de Saúde Pública (1934), Diretor Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura (1936). Retornou ao Instituto Oswaldo Cruz (1937) onde encerrou sua carreira.

deixa de ser muito lisongeiro para a nova forma adoptada pelo paiz que o commettimento julgado impraticavel pelo antigo regimen, apesar da protecção de um chefe de Estado amigo das artes e das sciencias, seja agora realizado em São Paulo, no Instituto de Butantan, sob a égide de um glorioso nome nacional, o que vae obrigar o Director dessa casa a um compromisso de trabalho e de investigações scientificas conducentes a honrar o prestigioso nome de Oswaldo Cruz, sob cujos auspícios, e em honra á sua memoria, o Governo de S. Paulo, attendendo a uma solicitação da *Sociedade de Medicina e Cirurgia*, decidiu crear o horto que agora se inaugura.

Uma homenagem

Aproveitando essa oportunidade, o illustre Director desta casa, seus auxiliares e eu, deliberamos inaugurar na galeria dos homens que auxiliaram o desenvolvimento do Butantan, a effigie do illustre Secretario do Interior, como prova do nosso reconhecimento e gratidão pelos elementos dos trabalhos que tem proporcionado ao Instituto de Butantan, permitindo desdobrar seu campo de acção scientifica, dando-lhe uma possibilidade de poder supportar colejo com as melhores instituições congêneres do paiz e do estrangeiro.

É uma homenagem particularmente sincera rendida por um grupo de homens de sciencias, a quem, em época tão anormal, tem fornecido os meios que são solicitados e necessarios á acção scientifica que o Instituto de Butantan pretende desenvolver em nosso paiz. Não se trata de um convencional preito suggerido pela lisonja; ao contrário, é uma manifestação espontanea que une modestos scientistas, cheios de contentamento, que querem demonstrar a um illustre collega e homem de Governo, que tanto se tem esforçado em prestigiar as coisas de sciencias via de regra tão pouco protegidas em nossa Patria.

O progresso brasileiro

Neste particular o progresso brasileiro tem-se feito da maneira geral que caracteriza nossa civilização; acampamos. O que é hoje um centro scientifico,

amanhã será apenas uma sombra, a recordar o prestígio antigo.

O tempo da fulgurante Escola da Bahia, quando revolucionava a medicina patria, na época de Wucherer, Paterson e Silva Lima, apenas hoje é recordado com saudades e orgulho pela primorosa rethorica dos brilhantes herdeiros de mestres de tal valia e que tão alto elevaram o nome brasileiro.

O Museu Nacional, que teve a dita de iniciar na America do Sul as mais importantes pesquisas ethnographica, viu-se ao cabo de algum tempo, obrigado a passar o bastão de commando ás instituições scientificas do Rio da Prata. E se não fora a dedicação pela causa da sciencia do General Rondon, e o esforço de um pugillo que alli ainda se bate pelos ideaes antigos, como agora demonstrou com a série de publicações fomentadas pelo material fornecido pelo illustre General, pouco haveria para lembrar os dias cheios de gloria do palácio da Bôa Vista.

Mas de quem a culpa perguntarão? A resposta é difficil. O problema é complexo. Em grande parte tem cabido aos Governos e, isto, desde os tempos coloniaes. As celebres viagens philosophicas de Alexandre Rodrigues Ferreira, realizadas com um devotamento inegualavel, até hoje jazem sepultadas na Bibliotheca Nacional do Rio; o extraordinario naturalista brasileiro acabou seus dias enjaulado em um manicomio, após ter sido arrancado do ergastulo em que lançara a policia lisboeta, isto em tempos de D. José I, quando este soffria a influencia de um espirito de escól, o Marquez de Pombal.

Depois, em pleno reinado do Imperador Macenas, nós vimos organizar-se a *Commissão Scientifica Brasileira*, dirigida pelo grande Freire Allemão e Barão de Capanema, disposta a estudar, com elementos nacionaes o infinito campo que o nordeste brasileiro apresentava aos nossos homens. De todo o litanico esforço, mau grado prestígio que até o fim lhes concedeu D. Pedro II, os gloriosos Quichotes só conseguiram publicar um único volume como resulttando das suas investigações. O ridiculo que os jornaes da opposição lançaram sobre a Commissão Scientifica, as calunnias inventadas, os baldões com

que cobriam os abnegados investigadores, puros e desinteressados, levaram ao fracasso um grande empreendimento que certamente iria exaltar, no estrangeiro, o nome do Brasil.

Hontem, vimos a derrocada na Inspectoria de Pesca por uma pennada do Ministro da Agricultura, enquanto no Prata os nossos vizinhos ampliavam as installações scientificas necessárias ás pesquisas do plancion sem embargo de não possuírem elementos capazes de diagnosticar as especies, obrigados a recorrerem ás luzes do pessoal technico do Instituto Oswaldo Cruz, afim de fazerem certas pesquisas imprescindiveis á industria da pesca.

A industria e a sciencia

O contraste não deixa de ser doloroso, não é possível, modernamente, desenvolver qualquer industria sem que o aparelhamento scientifico seja perfeito, afim de defendel-a de todas as causas capazes de ameaçar o seu desenvolvimento. E como, nesse terreno, caminhamos através de altos e baixos, as alternativas se succedem e não deixa de ser consoladora a circumstancia do actual detentor da pasta da Agricultura no Rio de Janeiro, organizar o combate á lagarta rosada, séria ameaça dos algodões do norte e para cuja defesa o Estado de São Paulo terá de se aparelhar quanto antes.

O digno Secretario da agricultura do Estado de S. Paulo nortearou-se felizmente pelo único caminho que levará ao sucesso, querendo defender a nascente e futura industria pastoril e agricola, com a protecção que, seguramente, a sciencia lhe poderá dispensar na criação do Instituto de Veterinaria, que garantirá as inúmeras probabilidades presentes neste campo, sem o perigo de serem entravadas pelas dizimadoras epizootias que devastam e assolam os rebanhos em toda a extensão do territorio nacional.

É, portanto, com verdadeiro jubilo que assistimos a uma reacção confortadora, iniciada pelo ilustre Presidente do Estado, secundada valorosamente pelo Secretario do Interior, o qual tem proporcionado todos os elementos para dar um cunho scientifico aos empreendimentos e iniciativas por

elle tomadas no Serviço Sanitario, departamento sob a minha actual direcção.

O saneamento do Brasil

A prophylaxia das endemias, que assolam a nação tomou tal incremento em São Paulo, que irá repercutir beneficemente em todo o paiz incitando os outros Estados a se esforçarem para resolverem o problema maximo da nossa terra – o saneamento. Temos de inicial-o pois do contrario, não tenhamos illusões a respeito, iremos ficar submettidos á fiscalização dos nortes-americanos, como já fazem actualmente para as colonias inglezas cujo intercambio com os Estados Unidos é elevado.

A excursão realizada ao nosso paiz no anno passado pelo General Gorgas, o saneador do Panamá, afim de verificar se de facto tínhamos extincto a febre amarela no Rio de Janeiro e no Pará e até que ponto o mal grassava em alguma cidade do norte do paiz, quaes as verdadeiras condições de salubridade das povoações da nossa terra, percorridas do Rio Grande do Sul ao Amazonas, do litoral aos rincões mais centraes de Minas, para mim tem uma significação de uma sondagem commercial feita com todos os requisitos scientificos, afim de ver quaes as probabilidades do desenvolvimento do intercambio com os Estados Unidos e até que ponto o emprego de capitaes poderá contar com o progresso crescente de um meio que foi applicado, isto é, qual a verdadeira capacidade de consumo per capita.

E verificar também se o consumo está em relação directa com a salubridade da população independente do factor densidade, pois que as Indias com 300 milhões de habitantes, devastados por todas as enfermidades conhecidas, valem infinitamente menos que o minuscuro Uruguay, independente, prospero e sadio. Entre o cúli, cuja exigencia indumentária não vae além da necessidade de possuir uma tanga, e o camponez robusto e feliz da Republica do Prata cuja existencia, da infância á velhice, se desenrola em um ambiente de conforto, somente excedivel pelo norte-americano ou allemão, o emprego de

capital se poderá fazer com segurança de quem resolve uma equação.

Problema da raça

Pois bem: nós, que temos de resolver tão importantes problemas em relação á nossa população, assistimos, não ha muitos dias, ser proclamada, em prosa e verso, a vantagem da immigração indú, os párias mais typicos que o mundo conhece, verdadeira escória humana que virão ainda mais complicar o nosso problema racial, nós que ha 100 annos soffremos as consequências da mistura com sangue negro que tem entravado o nosso progresso.

Eis mais uma demonstração de que atrás de qualquer problema, encontra-se a sciencia prompta a dar o seu veredictum. Incontestavelmente a affluencia de braços não importa de que raça, resolverá a difficuldade de momento. Si porém, tivéssemos de solucionar o problema com preocupação scientifica e com olhos fitos no futuro do Brasil, veríamos qua as raças orientaes são inassimilaveis pelas occidentaes, e os immigrants indús ou japonezes fatalmente se enquistarão entre nós ou usando de uma imagem mais expressiva, a nação terá ingerido um alimento, o qual, uma vez tragado, não poderá ser digerido ou regorgitado.

Encaremos como convem os problemas nacionaes

Nem sei como fui conduzido a essas considerações bastante remotas do fim que nos reúne aqui.

Lembra-me agora; tratando-se da inauguração de uma nova secção scentifica em nosso Paiz, fui levado a fazer apologia da sciencia, que ao ser olvidada pela administração publica, torna os paizes tributarios de outros, quando não os transforma em méras expressões geographicas. Todas as industrias que possuímos dependem da bôa ou má vontade dos nossos amigos que poderão entrar todo o progresso da nação, se por ventura, nos quizerem negar a matéria prima necessária á marcha das nossas locomotivas e vapores e de todos os artefactos criados pela industria metallurgica, ou, como na recente questão da soda, paralyzar um sem numero de industrias que

aqui viviam prosperando, desde a dos vidros á dos desinfectantes. No entanto, se quizessemos encarar scientificamente nossos problemas, certamente que os poderíamos resolver com a mesma precisão e providencia que levaram os inglezes do Ceylão a arruinarem a nossa industria nativa da borracha, transplantando para a Taprobana dos nossos maiores, uma fonte de riqueza, cujas primeiras tentativas de acclimatação foram recebidas com aquelle ar de mofa, com que nós brasileiros, sabemos envolver todos os perigos que nos ameaçam.

E como um rio que, no seu caminho, vae reproduzindo as paisagens multiformes que as suas margens lhes proporcionam e que no entanto, espraiaando-se ou reduzindo-se é levado a um destino prefixado, fui conduzido, por uma natural associação de pensamentos, a reflectir uma série de considerações que meu espirito era obrigado a fazer antes de chegar a um dos objectivos que tinha em mente, relatando-o como se fôra um pedido feito por toda a Nação aos detentores do poder aqui presentes e para o qual implora a attenção pela grande importância que tem.

Um appello da sciencia

Se a guerra prolongar-se, a Nação ver-se-á a braços com uma calamidade, contra a qual só há uma coisa a fazer desde já, apparelharmo-nos para resolver esta ameaça. Quero referir-me a possibilidade de se obter quinina, medicação sem seccedanco para o impaludismo, que assóla do Amazonas á Santa Catharina e para cujo combate o Brasil, imporia algumas toneladas annualmente. A Inglaterra e a Itália já prohibiram a exportação dos saes daquelle alcaloide. Estamos agora na dependência dos Estados Unidos e se, em 1918, a malaria assolar os exercitos em guerra na mesma proporção do anno passado, o que aliás é de prever, nós teremos de perder o ultimo fornecedor iniciando-se para o Brasil uma época de declínio.

Ora está nas mãos do Governo, resolver agora o problema da quinina do Estado, que a nova Lei sanitária prevê e cuja materia prima é de facil obtenção, sendo a preparação dos productos e medicamentos mais facil e barata do que geralmente se pensa. Antes, porém, me

sinto na necessidade de informar que é inútil procurar quina brasileira. Hoje, com este nome vulgar, existem varias plantas nacionaes que não encerram o cobiçado alcaloide, e de algumas plantações realizadas no Brasil, quando se tentou transplantar para aqui a quina do Perú, foi verificada a sua impraticabilidade pelo baixo teor de alcaloide fornecido pelas arvores aqui desenvolvidas. O insucesso aqui, porém, ainda foi devido á circumstancia de nos termos divorciado da orientação scientifica quando se realizaram aquellas tentativas. As mudas foram plantadas a trouxe e mouxe sem nenhum critério. Como são arvores que levam grande numero de annos a se desenvolver, o tempo perdido foi verdadeiramente considerável.

Os hollandezes e inglezes, porém, iniciaram culturas baseadas em rigorosos methodos scientificos e, o que aconteceu com a nossa borracha, está succedendo para a quina da Bolívia e do Perú, onde a arvore nativa produzia até 3% de alcaloide enquanto os productos seleccionados da *Chinchona Calisaya* e da variedade *Ledgeriana*, obtida por selecção e hybridação, alcançarem nas Indias e em Java, por vezes, a alta cifra de 9%.

Antigamente os centros productores exportavam a quina em casca; hoje porém, os hollandezes extraem os saes em usinas bem montadas em Java e os enviam para Amsterdam, Londres e Nova York, onde o producto é dirigido aos laboratórios de chimica, afim de ser desdobrado em diversos saes utilizados pela medicina e que depois vão ser vendidos nas terras assoladas pelo impaludismo.

O assumpto, deste anno passado, foi estudado pelo Serviço Sanitario, em quasi todas as suas minucias. Nutro a esperanza de que hoje as altas autoridades que presidem esta singela festa, ordenarão seja tão importante problema resolvido definitivamente, determinando o inicio do preparo da quinina do Estado no *Instituto Butantan*, a exemplo da Italia, que faz no seu Instituto de Turim. O assumpto é premente, pois além de escassez e dos preços exorbitantes a que attingiram os saes de quinina, as falsificações alcançaram proporções verdadeiramente inauditas e confectionadas por firmas até então das mais reputadas,

como já tive ocasião de levar ao conhecimento do illustre Secretario do Interior.

Ainda ha poucos dias, o professor Afrânio Peixoto, em valioso trabalho sabido nos *Annaes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* dizia, referindo-se á implantação do serviço da fabricação da quinina pelo Estado: Não é illusão dizer que destárte o Estado venderá saude, porque contra a malária não ha outro especifico, porque para a prevenção e o tratamento della não se conhece melhor recurso que a quinina abundante, barata, garantida, isto é, a quinina official.

Possa ter no Brasil um homem de Estado - bem mais difficil de conseguir que o maravilhoso recurso sanitário, - o qual nos dote com a quina official, exclamava elle.

Vós, senhores Presidente do Estado e Secretario do Interior, sois moços e por isso e pelas exuberantes provas de capacidade já demonstradas tendes deante de vós magnífico futuro. Eis mais uma oportunidade para prestardes relevantissimo serviço á nossa terra e á nossa gente, instituindo em Butantan, sob a direcção de um scentista de escól que tanto tem honrado e nome brasileiro, um serviço de importancia transcendental para os nossos destinos como Nação, justamente no momento em que a humanidade decisivamente resolvem só permitir o direito de um lugar ao sol aos paizes de gente forte, sadia e povoados por homens capazes de affirmarem sua vontade pelo vigor de seus filhos.

E com esta esperança, Sr. Presidente do Estado, termino minhas palavras, agradecendo em nome dos que trabalham nesta casa, a honra que nos proporcionastes inaugurando o *Horto Oswaldo Cruz* e o pavilhão destinado á nova secção de ophoterapia e installação de varias officinas, realizadas com o auxilio que nos tem prestados no Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior, cujo retrato, como um penhor da nossa gratidão, aproveitamos o ensejo para collocar entre os dos benfeitores do Butantan.

Reproduzido do *Jornal do Commercio de S. Paulo*, de 21 de Fevereiro de 1918.

Francisca Hislly Bandeira
Cavalcante
Karoline Viana Teixeira
Alberto Luiz Schneider
Daniel Pinha Silva
Jorge Augusto Carreta
Márcia Regina Barros da Silva
Arthur Neiva

ib butantan

